

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR

2005 – 2007



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

A transformação em curso no Exército do Estados Unidos da América, a Brigada como unidade táctica fundamental. Adaptação do conceito ao Battle Group e a sua implicação no SFE – COp.

PAULO J. P. S. DE CASTRO FERREIRA
MAJ INF

Presidente do Júri: Tenente General José Luís Pinto Ramalho

Arguente Principal: Coronel Tirocinado de Infantaria Luís Manuel Martins Ribeiro

Arguente: Tenente Coronel de Cavalaria João Carlos Vaz Ribeiro do Amaral Brites

Arguente: Major de Infantaria Luís Fernando Machado Barroso

ESTE TRABALHO É PROPRIEDADE DO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES
MILITARES

ESTE TRABALHO FOI ELABORADO COM UMA FINALIDADE ESSENCIALMENTE ESCOLAR, DURANTE A FREQUÊNCIA DE UM CURSO NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES, CUMULATIVAMENTE COM A ACTIVIDADE ESCOLAR NORMAL. AS OPINIÕES DO AUTOR, EXPRESSAS COM TOTAL LIBERDADE ACADÉMICA, REPORTANDO-SE AO PERÍODO EM QUE FORAM ESCRITAS, PODEM NÃO REPRESENTAR DOCTRINA SUSTENTADA PELO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES.

PROFESSOR ORIENTADOR:

MANUEL NUNES ROSA
TCOR INF

RESUMO

O actual ambiente estratégico, consequência do desaparecimento do sistema bipolar característico do período da Guerra-fria, bem como o aparecimento de novas ameaças características de um processo de globalização, obrigou os Estados a adaptar algumas das suas estruturas para fazer face aos actuais desafios em matérias de segurança e defesa.

Os Estados Unidos da América (EUA), potência hegemónica, cedo se apercebeu que o desaparecimento do Bloco de Leste e do Pacto de Varsóvia, e o alargamento de fenómenos como a globalização, lhe iriam determinar a **transformação** do seu aparelho militar.

Paralelamente, a União Europeia (UE) tem vindo a aumentar as suas aspirações em matérias de segurança e defesa, de forma a assumir a sua quota parte de responsabilidade nestas matérias, adequadas ao estatuto de actor global que possui. O conceito de **Battle Group** é considerado um passo determinante para conferir à União Europeia a ferramenta adequada, que lhe permita dar uma resposta credível aos actuais problemas de segurança.

Portugal, membro fundador da NATO e Estado Membro da UE, tem vindo a estruturar as suas forças militares de forma a melhorar o seu produto operacional. Numa conjuntura, marcada pela falta de recursos e pelo processo de reestruturação do Exército, impõe uma criteriosa adequação dos meios para fazer face às obrigações que ambas as organizações determinam.

O percurso deste trabalho, leva-nos a identificar e comparar os objectivos estratégicos dos EUA, UE, NATO e Portugal. Tais objectivos impõem obrigações que, aliadas aos actuais oferecimentos de forças do **Sistema de Forças do Exército – Componente Operacional (SFE-COp)**, bem como às evoluções e limitações previsíveis da Lei de Programação Militar, que condicionam as opções em termos de participação no esforço de Segurança e Defesa da UE, em particular no que diz respeito ao Battle Groups.

Como principais conclusões do estudo apresentam-se as razões que levaram à transformação do Exército dos EUA, a melhor adequação das BCT aos desafios que se lhe colocam, a caracterização do conceito de BG da UE e a melhor forma de participação do SFE-COp no conceito de BG.

É assim imperioso que, face às obrigações que Estado Português possui em matérias de segurança colectiva, e face aos constrangimentos impostos pela limitação de recursos, sejam tomadas as decisões mais adequadas, para as quais o presente trabalho pretende apresentar alguns contributos.

ABSTRACT

The strategic environment nowadays, a consequence of the disappearance of the bipolar system present during the Cold War period, as well as the emerging of new threats which makes part of the globalization process, forced all the states to adapt some of their structures, in order to face the present challenges regarding security and defence.

The United States of America (EUA), as the dominant power, soon realised that the disappearance of the Eastern Block and the Warsaw Pact, along with the spread of phenomena like globalization, would determine the need to *transform* their military structure.

On the other hand, the European Union (UE) has been increasing its ambition, in matters relating to defence and security, in order to assume its fair share of responsibility in these matters, adequate to its importance as a global player. The *Battle Group* concept is regarded as a major step to provide the European Union with the adequate tool that will allow a credible answer to the current security problems.

Portugal, a founding member of NATO and a Member State of the EU, has been restructuring its military forces in order to improve its operational outcome. In an environment marked by the lack of resources and by the process of restructuring the Army, it is imperative that the means available to fulfil the obligations determined by both organisations are the most adequate.

This work identifies and compares the USA, UE, NATO and Portugal's strategic objectives. Such objectives impose obligations which, along with the present commitments of the *Army Forces System – Operational Component (SFE-COp)*, as well as the predictable evolution and limitations of the Military Programming Law, reduces the options in terms of the Portuguese Army contributes to the EU Security and Defence effort, in particular what concerns the Battle Group concept.

The main conclusions that this study reached were, the reasons that lead the USA Army to transform, the better adequacy of the BCT to the its challenges, the characterization of the EU BG concept and the most adequate way for the SFE-COp to participate in the BG concept.

This enhances the extreme importance that the appropriate decisions are taken, having in mind the obligations that Portugal has in matters of common security as well as the restrains imposed by the limited resources available. This work intends to provide some contribution to help in making those decisions.

AGRADECIMENTOS

O meu reconhecido agradecimento a todos quantos contribuíram para que este trabalho fosse possível. À minha esposa Zorana Orlić, pela paciência infinita e pelo apoio incondicional. Ao Sr. Major de Cavalaria José Carlos Loureiro pelo apoio prestado.

Ao Ice, pelos passeios e tempo que não lhe pude dedicar em detrimento do empenhamento no trabalho.

Uma palavra especial ao Sr Tenente Coronel de Infantaria Nunes Rosa, meu orientador, pela forma como me acompanhou ao longo deste caminho por vezes tortuoso.

LISTA DE ABREVIATURAS

A	
A/G	Apoio Geral
APOD	Air Port of Debarkation
ARNG	Army Reserve National Guard
B	
BAAA	Bateria de Artilharia Anti-aérea
BAAT	Batalhão de Apoio Aéroterrestre
BApSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
BCT	Brigade Combat Team
BG	Battle Group
BI	Batalhão de Infantaria
BiH	Bosnia & Herzegovina
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
C	
C2	Command and Control
C3	Command, Control and Communication
C4I	Command, Control, Communication, Computers and Intelligence
CC	Carro de Combate
CCmds	Companhia de Comandos
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEng	Companhia de Engenharia
CEM	Conceito Estratégico Militar
CIMIC	Civil and Military Cooperation
CIS	Communications e Information Systems
CJTF	Combined Joint Task Force
Cmd e CCS	Comando e Companhia de Comando e Serviços
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRO	Crises Response Operations
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CTm	Companhia de Transmissões
D	
DoD	Departamento de Defesa Norte-americano
DPKO	Department of Peace Keeping Operations
DSACEUR	Deputy Supreme Allied Command Europe
E	
ECAP	European Capabilities Action Plan
EEINC	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjectural
EEINP	Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente
EM	Estado Maior
EOD	Explosive Ordnance Disposal
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ESDI	European Security and Defence Identity
EUA	Estados Unidos da América

EUFOR	European Force
EUISS	European Union Institute for Security Studies
EUMC	European Union Military Committee
EUMS	European Union Military Staff
EW	Electronic Warfare
F	
FA	Forças Armadas
FCdr	Force Commander
FCS	Future Combat Systems
FHQ	Force Headquarters
FND	Força Nacional Destacada
FOC	Full Operational Capability
FOE	Forças de Operações Especiais
FOPE	Força Operacional Permanente do Exército
FT	Forças Terrestres
FwN	Framework Nation
FYROM	Former Yugoslav Republic of Macedonia
G	
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GAM	Grupo de Auto Metralhadoras
GE	Guerra Electrónica
GCC	Grupo de Carros de Combate
GM	Guerra Mundial
H	
HBCT	Heavy Brigade Combat Team
HFC	Helsinki Force Catalogue
HG	Headline Goal
HHG	Helsinki Headline Goal
HQ	Headquarter
HRF	High Readiness Force
HGTF	Headline Goal Task Force
HUMINT	Human Intelligence
I	
IBCT	Infantry Brigade Combat Team
IEF	Initial Entry Force
IESD	Identidade Europeia de Segurança e Defesa
IOC	Interim Operative Capability
ISR	Intelligence, Surveillance, Reconnaissance
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance
L	
LPD	Landing Platform Deck
LPM	Lei de Programação Militar
M	
MCCC	Military Capabilities Commitment Conference
MOD	Ministry of Defence
N	
NAC	North Atlantic Council
NATO	North Atlantic Treaty Organisation
NBQR	Nuclear, Biológica, Química e Radiológica
NRF	NATO Response Force

NU	Nações Unidas
O	
OHQ	Operation Headquarter
OpCdr	Operational Commander
OPLAN	Operation Plan
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
P	
PESC	Política Externa de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PfP	Partnership for Peace
PM	Polícia Militar
PSC	Political and Security Committee
Q	
QG	Quartel General
R	
RAM	Revolução nos Assuntos Militares
RRF	Rapid Response/Reaction Force
RSTA	Reconnaissance, Surveillance & Target Acquisition
S	
SB	Support Brigade
SBCT	Stryker Brigade Combat Team
SFE-COp	Sistema de Forças do Exército – Componente Operacional
SFN-COp	Sistema de Forças Nacional – Componente Operacional
SFN-CFT	Sistema de Forças Nacional – Componente Fixa
SG/HR	Secretary General/High Representative
SOp	Special Operations
SOTG	Special Operation Task Group
SPOD	Sea Port of Debarkation
STA	Surveillance and Target Acquisition
T	
TACP	Tactical Air Control Party
TO	Teatro de Operações
TUE	Tratado da União Europeia
U	
UALE	Unidade de Aviação Ligeira do Exército
UAV	Unmanned Aerial Vehicle
UE	União Europeia
UEB	Unidade de Escalão Batalhão
UEC	Unidade de Escalão Companhia
UE _x	Unit of Employment x
UE _y	Unit of Employment y
UEO	União da Europa Ocidental
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	United States of America
USAR	United States Army Reserve
V	
VBR	Viatura Blindada de Rodas
VCI	Viatura de Combate de Infantaria
W	
WMD	Weapons of Mass Destruction

INDICE

Introdução.....	1
Importância do Estudo.....	2
Definição do Objectivo de Investigação.....	2
Delimitação do Estudo.....	2
Metodologia.....	4
Corpo de Conceitos.....	5
Cap I – Estratégias de defesa – EUA, UE e Portugal.....	7
A política de defesa Norte-americana.....	7
A estratégia de segurança da União Europeia.....	9
O conceito estratégico de Defesa Nacional.....	13
Síntese conclusiva.....	17
Cap II – Transformação em Curso no Exército dos EUA.....	18
As razões para a mudança.....	18
Campos de actuação do processo de transformação.....	19
O emprego da Brigada como unidade táctica no Exército dos EUA.....	20
Síntese conclusiva.....	23
Cap III – O conceito de Battle Group da União Europeia.....	25
Antecedentes.....	25
O Battle Group.....	26
Síntese conclusiva.....	31
Cap IV – Análise.....	32
O Exército Norte-americano.....	32
Battle Group da União Europeia.....	33
Sistema de Forças do Exército – Componente Operacional.....	34
Cap V – Conclusões / Recomendações.....	43
Conclusões.....	43
Recomendações.....	46

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

APÊNDICES

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A – Características das actuais Brigadas

ÍNDICE DOS APÊNDICES

Apêndice A – Modelo de Análise

Apêndice B – Evolução da PESC e PESD

Apêndice C – Constituição das Actuais BCT

Apêndice D – Constituição da Unit of Employment X

Apêndice E – Análise Comparativa dos QG das Divisões e das UE_x

Apêndice F – Conceito Estratégico da NATO

Apêndice G - Análise das ameaças

Apêndice H - Estrutura de Comando e Controlo de operações da UE

Apêndice I - Oferecimentos dos Estados Membros para os BG

Apêndice J - Processo de decisão na UE

Apêndice K - Comparação NRF e BG

Apêndice L - Quadro Histórico das FND

Apêndice M - Previsão de Emprego de Forças até 2008

Apêndice N - Estimativa de custos de participação num BG

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Capacidades existentes nas Brigadas do SFE-COp

Quadro 2 – Capacidades existentes nas Unidades de Apoio Geral do SFE-COp

Quadro 3 – Lista de oferecimentos para BG

INTRODUÇÃO

Após o fim da 2ª Guerra Mundial e com o aparecimento das Nações Unidas a 26 de Junho de 1945, poder-se-ia afirmar que o mundo tenderia para um sistema onde reinasse a paz entre os Estados. Durante o período designado por guerra-fria, que teve o seu terminus com a queda do muro de Berlim e a consequente implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o cenário de grandes unidades militares pesadas, maioritariamente blindadas, a combater uma invasão soviética na Europa era o pano de fundo que determinava muito do planeamento e geração de forças típico desta era, no entanto as ameaças que resultaram do desaparecimento do “invasor” levaram ao aparecimento de um novo cenário.

Os Estados Unidos da América (EUA) e consequentemente, a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) sofreram, desde essa data, alterações de fundo. Se por um lado, o fim da guerra-fria retirou à Aliança e aos EUA os seus inimigos tradicionais, por outro lado, o fenómeno da globalização levou à profusão de uma nova estirpe de ameaças, para as quais as estruturas militares existentes se mostraram inadequadas para dar resposta em tempo oportuno.

Das novas ameaças identificadas destacam-se:

- O terrorismo com a sua capacidade de provocar danos elevados sem a mínima restrição quanto ao nível de violência empregue, fazendo uso de tecnologia de ponta;
- A proliferação de armas de destruição maciça (WMD) que em mãos menos apropriadas poderão levar a níveis de destruição sem precedentes;
- Os conflitos regionais com potencial capacidade de degenerarem em conflitos de maior escala;
- Os estados falhados¹ que se tornam uma base de operações quer para o terrorismo quer para o crime organizado constituindo focos de instabilidade regional.
- A Criminalidade organizada sendo a Europa um alvo primário para a criminalidade organizada. As actividades desenvolvidas neste âmbito consistem no tráfico de droga, de seres humanos, imigrantes clandestinos e armas. (Solana, 2003)

¹ A definição de Estado falhado não é de forma alguma consensual. Assim para efeitos do presente trabalho iremos utilizar a definição apresentada pela revista Foreign Policy de Maio - Junho de 2006. “Um estado falhado é aquele cujo governo não garante o controlo efectivo sobre todo o seu território, cuja legitimidade não é aceite por uma porção significativa da sua população, que não assegura a segurança interna nem os serviços públicos básicos aos seus cidadãos e que não possui o monopólio do uso da força. Pode estar sujeito a actos de violência activa ou simplesmente vulnerável a tal situação. Estado fraco é um estado que contém tensões étnicas, religiosas ou linguísticas que limitam ou diminuem a capacidade desse Estado de exercer o controlo político. Estes Estados encontram-se no limite e podem degenerar num conflito aberto”. Tradução livre do autor.

Importância do Estudo

As novas ameaças impuseram às estruturas militares a necessidade de se adaptarem para lhes fazer face. Essas estruturas, ainda baseadas em defesas estáticas activas, vêem-se agora na contingência de se tornarem capazes de conduzir missões de segurança em áreas consideradas, até então fora do seu interesse estratégico, bem como a adquirir novas capacidades. Princípios como, modularidade, capacidade de projecção e de sustentação, são hoje amplamente aceites pelos Estados como características importantes, para que as suas forças militares possuam capacidade de fazer face às ameaças tipificadas.

Estes princípios lançam o desafio às unidades militares para que se tornem mais ligeiras, capazes de se auto-sustentar por períodos de tempo mais longos, possuindo um sistema eficaz de informações que lhe permitam estar um passo à frente dos acontecimentos, mantendo a sua letalidade e se possível incrementá-la.

É esta a matriz essencial do que nos propomos desenvolver neste trabalho, dando mais ênfase às necessidades de adaptação do SFE-COp para fazer face aos compromissos internacionais assumidos no esforço de segurança e defesa da UE.

Definição do Objectivo da Investigação

O objectivo da investigação, tem como finalidade última, identificar as eventuais alterações que o SFE-COp necessita de sofrer para se adaptar ao conceito de BG² da UE, e determinar quais as capacidades já existentes, passíveis de ser oferecidas para essas forças.

Paralelamente o estudo aborda, de uma forma descritiva, as alterações em curso no Exército Norte-americano, as alterações em curso na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), as consequentes obrigações impostas aos Estados Membros e quais os compromissos assumidos pelo Estado português relativamente à segurança colectiva. Neste último aspecto, pretende-se uma reflexão descritiva sobre esses compromissos.

Esta abordagem pretenderá contribuir para que se encontrem as modalidades de acção julgadas mais convenientes para a contribuição do SFE-COp para os BG.

Delimitação do Estudo

O estudo incidirá o seu objectivo fundamental, no SFE-COp, na certeza de que as características dos actuais campos de batalha, obrigam ao aprofundamento de uma lógica

² Conceito adoptado pela União Europeia em 2003, que designa uma unidade militar de escalão batalhão com aproximadamente 1500 militares, essencialmente terrestre mas podendo incluir componentes marítimas e aérea, desenhados para dotar a UE de uma capacidade de reacção imediata para fazer face a todas as missões de Petersberg. (Silva, 2005)

conjunta³ e multinacional e, dentro deste, às capacidades existentes e à necessidade de eventuais adaptações do SFE-COP para se adequar ao conceito de BG da UE.

Desde 2003 que o Exército Português, se encontra em processo de transformação, visando tornar o SFE-COP o centro de gravidade do Exército (Exército Português, 2003, pp.5,6).

Reveste-se de particular interesse, a análise referente ao processo de transformação em curso no Exército dos EUA, que como potência hegemónica que é, se constitui como uma referência em matérias de segurança e defesa.

Paralelamente, a União Europeia têm vindo, nos últimos anos, a reforçar as suas aspirações em matérias de política de segurança e defesa, assumindo cada vez mais a sua quota parte de responsabilidade nessas matérias. O *Helsinki Headline Goal*⁴ (HHG) e o *Headline Goal 2010*⁵ (HG 2010) são documentos de referência, que manifestam a vontade da UE em adequar as suas capacidades militares, para fazer face aos actuais desafios que se colocam à sua segurança. Reveste-se de particular importância o conceito de BG, na medida em que se constitui na primeira opção de empenhamento do aparelho militar da UE.

Portugal, como membro fundador da NATO e Estado Membro da UE, fruto das suas obrigações, vê-se na contingência de assumir a sua parte de responsabilidade nestas matérias contribuindo com forças militares para estas organizações. No entanto, os seus recursos militares são limitados, o que impõem a necessidade de uma adequada e criteriosa gestão do seu sistema de forças.

Outras organizações, às quais Portugal pertence, como sejam as Nações Unidas (NU), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), poderão solicitar o emprego de forças militares portuguesas. Tais empenhamentos, serão fruto de arranjos *had hoc*, pelo que não serão analisados neste trabalho.

Dado que os processos de transformação das Forças Armadas quer nos EUA, NATO, UE e Portugal, são processos que estão em curso, este estudo fica delimitado, em termos temporais, até à data de 30 de Junho de 2006.

³ Operações Conjuntas - Operações envolvendo mais do que um ramo das Forças Armadas por ex. Exército, Força Aérea e Armada. (BOWYER, 2004) pp 134.

⁴ Documento aprovado no Conselho Europeu de Helsínquia em Dezembro de 1999, que determina que, em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados Membros deveriam estar em condições, até 2003, de posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, forças militares até 50000 – 60000 efectivos (15 Brigadas), capazes de desempenhar toda a gama de missões de Petersberg. (EU, 1999b)

⁵ Documento aprovado pela UE em Março de 2004 que para além de reafirmar o objectivo traçado em Helsínquia, define que a UE deve adquirir capacidades suplementares que lhe permitam afirmar-se como actor global. (Silva, 2005, p. 693)

Metodologia

O estudo seguirá um modelo dedutivo, e consiste numa pesquisa bibliográfica e documental inicial complementada com entrevistas exploratórias. Tem importância aqui, a transformação em matérias de defesa Norte-americana, quer sejam o que se encontra vertido nos seus documentos estratégicos orientadores, quer as alterações em curso no seu Exército. Seguidamente, elabora-se uma pesquisa das actuais estruturas militares dos EUA e dos BG da UE. Finalmente, face aos compromissos assumidos por Portugal e as suas forças militares, pretende-se alcançar uma breve análise, sobre a complementaridade de futuros compromissos do SFE-COp para com os BG com os actuais, nomeadamente para com a NRF. Como estado final desejado, pretende-se determinar quais capacidades existentes no SFE-COp que podem ser oferecidas para integrarem um BG e, simultaneamente, o levantamento eventual de lacunas existentes. Deste modo pretendemos concluir qual a forma mais adequada de participação do SFE-COp no conceito de BG da UE.⁶

Assim, a questão central que estabelece a linha de orientação geral do trabalho é a seguinte: De que forma, à luz da transformação em curso no Exército dos EUA e da adopção do conceito de BG pela UE, poderá o SFE-COp participar num BG?

Após a identificação da questão central, levantaram-se as seguintes questões derivadas cujas respostas auxiliaram a encontrar a resposta à primeira:

1. Quais as razões que deram origem a este processo de transformação no Exército dos EUA?
2. Quais as transformações que estão a ocorrer nos sistemas operativos do Exército dos EUA?
3. Quais as capacidades dos BG da EU?
4. A participação de Portugal na NATO condiciona a sua participação nos BG?
5. Que capacidades existentes no SFE-COp são passíveis de integrar um BG?

Após o levantamento das questões derivadas apresentam-se as hipóteses julgadas necessárias para validar as perguntas derivadas, anteriormente referidas:

1. O sistema de forças dos EUA, baseado em Divisões, não é adequado para fazer face à nova tipologia de ameaças.
2. A Brigada do actual sistemas de forças dos EUA, tem as mesmas capacidades que as anteriores Divisões.
3. A dimensão e capacidades do BG da UE dão respostas às novas ameaças;
4. Os conceitos de NRF e de BG são complementares podendo coexistir.
5. O SFE-COp possui capacidades para integrar um BG.

⁶ Consultar apêndice A – Modelo de Análise

Corpo de conceitos

Ameaça – “Uma ameaça é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais”⁷.

Ameaças Assimétricas – “Ameaças com métodos e meios não convencionais, para tentar enganar ou negar capacidades ao adversário, explorando a sua fraqueza, com o emprego de um potencial de que resultam efeitos desproporcionados”⁸.

Battle Group – Conceito adoptado pela União Europeia em 2003, que designa uma unidade militar de escalão batalhão com aproximadamente 1500 militares, essencialmente terrestre mas podendo incluir componentes marítimas e aérea, desenhados para dotar a UE de uma capacidade de reacção imediata para fazer face a todas as missões de Petersberg⁹.

Capacidade - Aptidão ou possibilidade de uma força militar para desempenhar uma determinada tarefa, missão ou atingir um objectivo, gerada através da combinação eficiente de pessoal, equipamento, infra-estruturas e/ou treino, assentes em doutrina adequada¹⁰.

Coerência de uma Unidade Militar – Qualidade detida por uma unidade militar em que o desenho da sua estrutura, bem como dos meios e das capacidades à sua disposição, permite-lhe ser a adequada para o cumprimento de uma determinada missão.

Framework Nation – Modalidade de participação num BG da UE em que um Estado membro ou um conjunto de Estados membros aceitam voluntariamente um conjunto de responsabilidades específicas numa operação em que a UE exerce o controlo político. A *Framework Nation* providencia o OpCdr/OHQ, a estrutura principal da cadeia de comando militar, apoio de estado-maior, a enquadrante logística, comunicações, informações e contribui uma parte significativa de meios e capacidades para a operação¹¹.

HRF (High Readiness Forces) – Forças militares limitadas mas de proporção significativa de meios terrestres, aéreos e navais, capazes de conduzir rápida ou imediatamente, se necessário, operações de defesa colectiva (artº 5) ou Operações de Resposta a Crises. Deverão também estar aptas a reagir, tão rápido quanto necessário, a uma variedade de eventualidades, incluindo um ataque inesperado a um Aliado. Abrangem um leque de prontidão entre os zero e os noventa dias de acordo com oito possíveis categorizações¹².

⁷ COUTO, Abel Cabral – Elementos de Estratégia: apontamentos para um curso, p. 329.

⁸ FINAL Decision on MC 472, p. 1-A-1.

⁹ SILVA, Nuno Miguel P. D. Pereira da (2005) – Actualização da Política Externa de Segurança e Defesa, p.691

¹⁰ Exército Português (2005) p. 82.

¹¹ UE – EU Military Rapid Response Concept, pp.8-9.

¹² MC 317/1, pp 9.

Network Centric – Conceito de operação que permite obter vantagem nas informações, gerando um aumento nas capacidades para o combate, através de sensores em rede, decisores e forças militares no terreno, de forma a alcançar uma imagem operacional comum, um aumento na velocidade da tomada de decisão, maior impacto das operações, aumento da letalidade, aumento da capacidade de sobrevivência e um grau de auto sincronização. Na sua essência, traduz a superioridade em informação em superioridade nos combates, ligando efectivamente as entidades envolvidas nos mesmos.¹³

NRF – Pacote de forças militares modular, conjunta, treinada, certificada e coerente, mantida em elevado grau de prontidão e capaz de ser agrupada de acordo com uma determinada missão¹⁴.

SFE-COP – Conjunto de unidades de manobra, apoio de combate e apoio de serviços que constituem o centro de gravidade do Exército sendo os seus atributos operacionais credíveis, certificadas configurados como facilitadores para a participação em missões no âmbito de Organizações Internacionais (OI) bem como, no cumprimento de outras missões que lhe sejam atribuídas¹⁵.

Soft Power – Forma indirecta de exercer poder em que um Estado influencia outro, sem recorrer à coacção, a seguir o seu exemplo através da admiração dos seus valores, aspiração a ter o mesmo nível de prosperidade, traços culturais e ideologia. Traduz a capacidade de atracção / sedução de um Estado relativamente a outro.¹⁶

Transformação – Processo que visa adequar o Exército às circunstâncias sociais, económicas e tecnológicas do futuro, num quadro de estabilidade e permanência dos seus valores institucionais, o primeiro dos quais é de que o Exército, como instituição estruturante do Estado, existe em função do País.¹⁷

¹³ RAND (2005), Network Centric Operations Case Study – The Stryker Brigade Combat Team, p. 117

¹⁴ NATO (2003), MC 477 - Military Concept for the NATO Response Force, p. 5.

¹⁵ Exército Português, (2005), Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2005 – 2023), p. 28

¹⁶ Joseph Nye Jr. “O paradoxo do Poder Americano” p. 29.

¹⁷ Directiva 193/CEME/03 p. 4

CAP I - ESTRATÉGIAS DE DEFESA – EUA, UE E PORTUGAL

A Política de Defesa Norte-americana

*"Os ideais que inspiraram a nossa história – liberdade, democracia e respeito pela dignidade do ser humano – estão cada vez mais a inspirar indivíduos e nações pelo mundo. ... Nós escolhemos liderar em detrimento do isolacionismo e a constante procura da liberdade comercial e mercados livres em vez do proteccionismo. Escolhemos fazer face aos desafios agora em vez de os deixar para gerações futuras. Combatemos os nossos inimigos longe das nossas fronteiras em vez de esperar que cheguem ao nosso país. Pretendemos dar forma ao mundo em vez de ser moldados por ele; influenciar os acontecimentos em vez de estar à sua mercê."*¹⁸

Presidente George W. Bush

Nota Introdutória do *"The National Security Strategy"*

16 de Março, 2006

Parece ser claro e facilmente deduzido das palavras do Presidente Norte-americano quais as bases da estratégia de defesa dos EUA. A defesa dos ideais da liberdade, democracia e dignidade humana, a determinação em liderar nos vários fora internacionais em oposição ao tradicional isolacionismo, bem como a procura dos benefícios dos mercados livres em oposição ao proteccionismo. Lidar com os desafios agora e lutar contra os seus inimigos fora do seu território, ser a causa de mudança e não a consequência, influenciar os acontecimentos em vez de estar à sua mercê. Assim, os objectivos estratégicos designados pelo *"The National Security Strategy 2006"* emanado pela Casa Branca e assinado pelo Presidente Bush, são os seguintes:

- Melhorar as condições que permitam o aumento da dignidade humana;
- Fortalecer alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques contra os EUA e os seus amigos;
- Trabalhar com outros para resolver conflitos regionais;
- Impedir que os seus inimigos ameacem os EUA, os seus aliados e amigos com WMD;
- Dar início a uma nova era de desenvolvimento económico global, através de mercados livres;
- Expandir áreas de desenvolvimento através da abertura das sociedades e a construção das instituições democráticas;
- Desenvolver iniciativas para a condução de acções cooperativas com outros centros de poder global;

¹⁸ Tradução livre do autor

- Transformar as instituições ligadas à segurança nacional Norte-americana para estarem à altura dos desafios e oportunidades do século XXI;
- Aproveitar as oportunidades e confrontar os desafios oferecidos pela globalização.

Analisando porém mais atentamente o documento em causa podemos perceber de que a sua estratégia nacional de segurança assenta em dois pilares:

Um primeiro baseado na promoção da liberdade, justiça e dignidade humana, bem como na promoção de democracias efectivas e no aumento da prosperidade através de mercados livres e justos e políticas de desenvolvimento inteligentes.

O segundo pilar da sua estratégia de segurança nacional, assenta nos desafios que são colocados com a actual conjuntura mundial e, neste capítulo, apenas uma situação de liderança serve aos EUA. Os desafios que actualmente se opõem aos estados – a ameaça de doenças pandémicas, a proliferação de WMD, o terrorismo, o tráfico de seres humanos, os desastres naturais – não se detém nas suas fronteiras mas ultrapassam-nas. Só um esforço multinacional poderá fazer face a tais desafios, tendo no entanto a história demonstrado que só quando os EUA fizerem a sua parte é que outros fazem a sua e por isso continuarão a liderar estes processos.

Assim, a intenção manifestada é a de focalizar o seu planeamento militar, a sua postura bem como as suas operações, para uma defesa activa, avançada e de uma forma faseada inicialmente na defesa da nação, dos seus interesses e dos seus amigos. Neste âmbito, é assumido que uma postura defensiva reactiva, já não permite defender o seu território, nem o seu modo de vida como uma sociedade livre e aberta, sendo a solução para este problema o trilhar do caminho de uma defesa activa desses valores, numa clara alusão à guerra contra o terrorismo.

Os EUA assumem e pretendem manter a posição de liderança nos assuntos a nível global. A percepção de que as fronteiras de defesa começam bem longe das suas fronteiras naturais, obriga os EUA a terem uma atitude pró activa, influenciando os acontecimentos em vez de estarem à sua mercê. A este respeito, parece oportuno recordar as palavras do Presidente George Bush aquando do seu discurso sobre o Estado da União¹⁹ em 31 de Janeiro de 2006:

“... Procuramos o fim da tirania no nosso mundo. Alguns designam esse objectivo como idealismo mascarado. Na realidade, a segurança futura da América depende dele. A 11 de Setembro de 2001, descobrimos que os problemas com origem num estado falhado e opressor, a 7000 milhas de distância conseguiram trazer morte e destruição para o nosso país”.

(Bush, 2006).

¹⁹ *State of the Union Address by The President*

A Estratégia de Segurança da União Europeia

“União de 25 Estados com mais de 450 milhões de habitantes e uma produção que representa um quarto do produto nacional bruto mundial, a União Europeia é forçosamente um actor global; deve pois, estar pronta a assumir a sua parte de responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor. Nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que hoje em dia se colocam.”

(Solana, 2003)

A citação acima descrita, refere bem o nível de aspiração da União Europeia em matérias de segurança e defesa. Assume que está na altura da UE assumir a responsabilidade que lhe compete face à sua dimensão. Este documento, apresentado por *Javier Solana* ao Conselho Europeu em Junho de 2003, com o título “Uma Europa segura num mundo melhor” (Solana, 2003), realça a necessidade da UE trabalhar para fortalecer as instituições de governação global, bem como, implicitamente solicita um papel mais interventivo e efectivo da UE nas questões de segurança mundiais. É um documento fundamental no que diz respeito à “criação de uma cultura de segurança Europeia” (EU, 2001b).

Assume que os EUA tiveram e continuam a ter um papel fundamental no processo de integração europeia, particularmente através da NATO, mas que, apesar do papel de supremacia militar ocupado pelos EUA após o fim da guerra-fria, não está ao alcance de nenhum país enfrentar isoladamente os desafios que hoje se colocam.

A crise desencadeada nos Balcãs em 1991, veio lembrar europeus que a guerra ainda não tinha sido erradicada da Europa, tendo no entanto a maioria dos conflitos que eclodiram nesta última década uma lógica intra – estatal.

Os desafios identificados advêm do actual sistema político internacional, caracterizado pela crescente abertura das fronteiras e consequente mistura entre o carácter interno e externo da segurança.

O fenómeno da globalização originou um aumento e abertura dos fluxos de comércio, apoiados pelos avanços tecnológicos, levando à disseminação da democracia e a um sentimento de liberdade e prosperidade.

Se por um lado, a existência de um ambiente de segurança é uma condição prévia para a ocorrência de desenvolvimento, por outro a concorrência por matérias-primas, particularmente as que estão ligadas aos recursos energéticos, vêm colocar regiões já por si conflituosas sob uma

pressão exagerada. Os recursos energéticos assumem particular importância para a Europa, dado que actualmente é o maior importador mundial de petróleo e gás. (Solana, 2003, pp 3)

As principais ameaças reconhecidas neste documento são:

- **O terrorismo** – Representa uma crescente ameaça estratégica para toda a Europa. Estas actividades possuem, cada vez mais, recursos importantes e capacidades de ligação entre si através de redes electrónicas, e são capazes de recorrer à violência sem limites. É uma ameaça, que se reveste de um cariz de extremismo religioso, sendo por isso a Europa simultaneamente um alvo e uma base para estas actividades.
- **A proliferação de WMD** – É potencialmente a maior ameaça à segurança Europeia. Neste campo a região do Médio Oriente é apontada como a mais preocupante. Os progressos que estão a ocorrer ao nível dos estudos no campo da biologia, poderão num futuro aumentar as consequências nefastas de armas deste tipo. A aquisição deste tipo de armas por parte de um grupo terrorista configura o cenário mais assustador.
- **Os conflitos regionais** – Regiões como a de Caxemira, dos Grandes Lagos, da Península da Coreia e do Médio Oriente, têm gerado um impacto directo e indirecto nos interesses europeus, pelas situações de conflito existente. Aqui, também não são esquecidos os conflitos latentes, que grassam nas fronteiras da UE, potenciais geradores de conflitos regionais com tendência para alastrarem.
- **O fracasso dos Estados:** São várias as razões apontadas para a existência deste fenómeno, entre os quais, a corrupção, o abuso de poder, a debilidade das instituições e ausência de responsabilização e as guerras civis. Este é um fenómeno que muitas das vezes é causa e consequência da criminalidade organizada ou do terrorismo. É apontado como gerador de insegurança à escala global, contribuindo para a instabilidade regional.
- **A criminalidade organizada:** O documento assume que a Europa é um alvo primário para este tipo de ameaça, dado que os fluxos transfronteiriços que gozam do espaço de livre circulação de bens e pessoas, levam ao tráfico de droga, seres humanos e armas. Este fenómeno possui ligações ao terrorismo, na medida em que estas actividades fornecem os fundos necessários para o desenvolvimento dessas actividades.

“Numa era de globalização, as ameaças longínquas podem ser tão preocupantes como as que estão próximas de nós... A primeira linha de defesa há-de muitas vezes situar-se no exterior. As novas ameaças são dinâmicas. Em matéria de prevenção de conflitos e ameaças, nunca é demasiado cedo para começar.” (Solana, 2003)

Como facilmente se consegue inferir pela citação supra citada, que elucida uma nova forma de enfrentar as ameaças, duas ideias prevalecem: A primeira indica que o papel da UE em matérias de segurança, não se poderá cingir às suas fronteiras mais próximas, face à capacidade de actuação das ameaças anteriormente levantadas. As fronteiras físicas deixaram de constituir barreiras à proliferação deste fenómeno e por isso, a UE deverá ser capaz de tomar as medidas tendentes a combater essas ameaças, mesmo fora das suas tradicionais fronteiras de segurança.

A segunda, alerta para que a UE deverá adoptar uma postura mais activa, em detrimento de reagir aos acontecimentos, assumindo que as ameaças levantadas, têm tendência para alastrarem se ignoradas. Assim as capacidades de actuação em matéria de segurança, deverão ser orientadas para actuar antes de terem ocorrido as crises, em Estados em colapso e não em Estados já colapsados.

No entanto, a UE assume que a geografia ainda determina o ambiente de segurança, e por isso assume como determinante a criação de um ambiente de segurança na sua vizinhança. A este respeito, o alargamento para Leste das fronteiras da UE determinou o aumento das capacidades de segurança mas, no entanto, aproxima as suas fronteiras de zonas conturbadas. Logo, torna-se fundamental para a UE, a criação de um ambiente de segurança na Europa de Leste e na orla do Mediterrâneo, bem como na região do Sul do Cáucaso que, poderão em breve, constituir a fronteira da UE.

A resolução do conflito israelo-árabe é considerada uma prioridade estratégica da UE, e encarada como condição primordial para a resolução de outros problemas existentes no Médio Oriente. São estas as regiões em que se defende uma actuação «mais acentuada e activa» para a resolução dos problemas que nelas grassam.

A UE manifesta ainda como seu objectivo estratégico, a criação de uma ordem internacional baseada num multilateralismo efectivo. Tal condição só será atingida se as instituições internacionais funcionarem sem atritos, e se a ordem internacional respeitar as normas estabelecidas. Aqui, é determinante o desenvolvimento do Direito Internacional onde se reveste da maior importância o papel das NU e do seu Conselho de Segurança CSNU, sendo atribuída a este último, a responsabilidade primária pela manutenção de paz e segurança internacionais. Assim, para a Europa é uma prioridade o reforço das capacidade das NU, devendo enveredar esforços para a dotar dos meios necessários para ser eficaz e eficiente.

Em matérias de segurança, outras organizações revestem-se de um papel fundamental, e por isso deverão ser estreitados os laços entre a UE e as mesmas. A Organização Mundial para o Comércio (OMC), a NATO, a OSCE, o Conselho Europeu, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Africana (UA), são

outras das instituições cujo diálogo deverá ser privilegiado. Paralelamente, a UE deverá apoiar instituições como o Tribunal Penal Internacional (TPI) como forma de aumentar o respeito pelo primado do Direito Internacional. O reforço de todas estas relações de cooperação estruturada, contribuirão para a criação de um mundo onde os valores democráticos imperam, contribuindo assim para o alargamento da esfera de segurança.

Definidos assim os objectivos estratégicos da UE, nomeadamente o aumento da sua capacidade para enfrentar as ameaças, a criação de um ambiente de segurança na sua vizinhança e a criação de uma ordem internacional baseado num multilateralismo efectivo, descrevem-se a seguir quais as implicações políticas que tais objectivos determinam.

A história recente, indica que a UE dispõe de meios susceptíveis de serem utilizados de forma eficiente, no que diz respeito à existência de uma política externa coerente e um mecanismo de gestão de crises eficaz. São exemplos desta afirmação as operações conduzidas, nomeadamente na região dos Balcãs, sob os auspícios da UE. No entanto assume-se que tais meios ainda estão aquém do potencial da UE e que por isso, têm de ser mais activos, dotados de maior coerência e desenvolvidos em colaboração com outros parceiros.

Uma maior pró-actividade na prossecução dos objectivos estratégicos da UE, implica o desenvolvimento de todos os instrumentos que possui para a gestão de crises e a prevenção de conflitos, sejam eles de cariz político, diplomático, civil, militar e comercial. O desenvolvimento destas capacidades, ditará no futuro um aumento do peso político da UE.

Relativamente à coerência, é primordial que exista uma maior coordenação entre os vários instrumentos à disposição da UE e as pertencentes aos Estados-Membros que a integram. Essa é a justificação da existência da PESC e da PESD²⁰, como uma tentativa de se chegar a uma Identidade Europeia de Segurança e de Defesa.

A necessidade de colaboração com os parceiros, deriva da assunção que a UE não consegue enfrentar os problemas de uma forma isolada, tornando assim a cooperação internacional uma necessidade. Neste aspecto, a relação com os EUA assume papel de destaque, sendo mesmo considerada insubstituível, devendo a UE enveredar esforços para estreitar laços com a Rússia, Médio Oriente, África, América Latina e Ásia, em particular o desenvolvimento de parcerias estratégicas com o Japão, a China, o Canadá e a Índia.

²⁰ Consultar apêndice B ao presente trabalho para informação detalhada sobre a evolução destes dois conceitos.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Para encontrar respostas que indiquem qual o caminho estratégico escolhido por Portugal, o presente trabalho elaborou uma análise assente em dois documentos estruturais: O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e o Conceito Estratégico Militar (CEM). Ambos os documentos datam de 2003 tendo o CEM sido confirmado em sede de Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) em Janeiro de 2004. Convém ainda realçar que o CEDN é uma Resolução do Conselho de Ministros, a n.º 6/2003 e por isso não possui qualquer classificação, ao contrário do CEM que é um documento com a classificação de confidencial.

Da análise destes documentos, resulta a constatação que o ambiente estratégico envolvente, para Portugal, é determinado pelo fim do antagonismo Leste – Oeste após fim da guerra-fria e a oposição entre os dois grandes blocos, consequência da implosão da URSS e consequente fim do Pacto de Varsóvia.

Por outro lado, o espaço de relativa livre circulação de pessoas e bens, determinado pelo fenómeno da globalização, permite uma maior acessibilidade à informação e os consequentes benefícios para as economias, criando um espaço de desenvolvimento alargado. No entanto, este fenómeno trouxe também consequências indesejadas, criando factores de instabilidade e imprevisibilidade. As ameaças tipificadas neste documento estruturante, são classificadas com sendo multifacetadas e multidimensionais e nelas incluem-se:

- Terrorismo transnacional com capacidade global – Tornando impossível aos Estados deter a capacidade de garantir isoladamente a sua segurança, bem como esbate os limites entre o que é segurança interna e externa;
- A Proliferação de WMD;
- O tráfico de pessoas e de estupefacientes;
- O crime organizado;
- Desestruturação dos Estados;
- A desregulação ambiental e ecológica;
- Desregulação da gestão dos recursos naturais;
- O fenómeno do radicalismo político, ideológico e religioso;
- O crescimento dos fluxos migratórios.

As características inerentes a estas «novas»²¹ ameaças tornam difícil estabelecer a fronteira entre segurança e defesa levando a que, para que estas sejam garantidas, seja necessário a criação de sinergias entre as Forças Armadas e Forças de Segurança, para o combate eficaz das mesmas.

Por outro lado, o espaço de influência Euro-Atlântico é caracterizado pela instabilidade, pois contém regiões problemáticas de onde se destacam, a África do Norte, a África Subsariana, o Médio Oriente, os Balcãs, o Cáucaso, a Ásia Central e a Ásia do Sul. Um outro factor determinante para o actual ambiente estratégico, tem sido a utilização mais frequente nesta última década, do exercício do direito de ingerência por parte da comunidade internacional, levando ao aparecimento de ressentimentos contra essa actuação, particularmente dos Estados que são alvo dessa ingerência.

É no entanto admitido “*que o sistema de segurança do Estado Nação que é Portugal, tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica e vector relevante a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)*”²² dando, neste caso, Portugal prioridade em matérias de defesa à Aliança e só depois à UE.

A CPLP viu serem dados os primeiros passos, na sua dimensão de segurança e defesa em 1998, de que são exemplo os exercícios realizados sob os seus auspícios da série “Felino”.

Portugal, caracteriza-se pela sua tradição humanista no respeito pela ordem internacional, privilegiando o primado da resolução pacífica dos conflitos, e sempre que tal não seja possível intervêm, na medida das suas capacidades, sempre debaixo do «chapéu» legitimador da Carta das Nações Unidas.

Carece aqui também de importância, a definição do espaço estratégico de interesse nacional e da sua parcela permanente e conjectural, na medida em que ambas determinam modos de actuação diferente e que, fruto do carácter descontínuo do território nacional, implicam o desenvolvimento de capacidades que permitam a garantia de soberania, bem como a satisfação das condições ditadas pelo Direito Internacional. Assim, no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP), as capacidades a adquirir deverão ser capazes de dissuadir ameaças à integridade do território nacional e garantir a segurança da circulação de pessoas e bens entre as parcelas do território.

Por outro lado, no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjectural (EEINC) o emprego das FA deverá privilegiar as opções que contemplem a integração em forças aliadas bem como,

²¹ O termo “novas” não é o adequado pois as ameaças sempre existiram. Deverá ser entendido como novas pela capacidade acrescida que hoje possuem bem como, pela prevalência com que hoje em dia acontecem.

²² Discurso proferido por S.Ex.^a O Ministro da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas aquando do encerramento do seminário da Euro Defense, em 26 de Setembro de 2002. Esta afirmação é suportada quer pelo CEDN quer pelo CEM.

uma capacidade autónoma de projecção de forças conjuntas num espaço e período de tempo limitados.

As missões atribuídas às Forças Armadas (FA) compreendem a defesa militar do País; a concretização dos objectivos do Estado e da satisfação dos seus compromissos internacionais, actuar como instrumento da política externa; e a realização de missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar. Para cumprir tais missões as FA deverão dispor de:

- Capacidade dissuasora para desencorajar ameaças e capacidade para repor o controlo do território e a autoridade do Estado em caso de agressão;
- Capacidade de resposta rápida, na perspectiva de actuação em qualquer parte do território nacional e, justificando-se, além fronteiras;
- Capacidade de vigilância e controlo do território nacional e do espaço interterritorial, nele se incluindo a fiscalização dos espaços aéreo e marítimo nacionais;
- Capacidade de protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise;
- Capacidade para, em colaboração com as forças de segurança, na ordem interna, e em estreita relação com os aliados na ordem externa, prevenir e fazer face às ameaças terroristas;
- Capacidade para, em conjugação com os aliados, prevenir e fazer face à proliferação de armas de destruição maciça;
- Capacidade para, nos termos da lei, participar na prevenção e combate a certas formas de crime organizado transnacional, especialmente o tráfico de droga, o tráfico de pessoas e as redes de imigração ilegal, e para participar na prevenção e combate contra as ameaças ao nosso ecossistema;
- Capacidade de participação em missões de paz e humanitárias, nomeadamente no quadro das Nações Unidas, da Aliança Atlântica e da União Europeia;
- Capacidade para realizar acordos bilaterais e multilaterais na área de defesa e desenvolver acções de cooperação técnico-militar e militar;
- Capacidade de, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar, realizar outras missões de interesse público, nomeadamente busca e salvamento, fiscalização da zona económica exclusiva, pesquisa dos recursos naturais e investigação nos domínios da geografia, cartografia, hidrografia, oceanografia e ambiente marinho, apoio à protecção civil e auxílio às populações em situação de catástrofe ou calamidade, e, em colaboração com as autoridades competentes, contribuir para a protecção ambiental, defesa do património natural e prevenção dos incêndios;
- Capacidade para organizar a resistência em caso de agressão.

Face a todas estas capacidades levantadas, é óbvio a necessidade das FA possuírem uma organização baseada no conceito de flexibilidade e modularidade, que seja adequada aos actuais requisitos operacionais, seguindo uma filosofia conjunta e combinada. A interoperabilidade dos meios à sua disposição é determinante para a condução de operações, e desejavelmente deverá possuir uma capacidade crescente de projecção, sustentação, protecção de forças e infra-estruturas, comando, controlo, comunicações e informações. O desenvolvimento destas capacidades, deverá estar de acordo com os padrões estabelecidos quer pela NATO, quer pela UE.

O nível de ambição do SFE-COP e do dispositivo de Forças do Exército deverão ser capazes de assegurar:

- O empenhamento sustentado e continuado de uma força de escalão batalhão, em três TO em simultâneo, respeitando um a uma situação de conflito de alta intensidade e os dois restantes a missões humanitárias e de apoio à paz;
- O empenhamento, em alternativa, de uma força de escalão brigada num único TO para todo o espectro de missões;
- As capacidades necessárias para garantir a mobilidade táctica e a flexibilidade de emprego das forças, designadamente os meios aéreos orgânicos para conduzir operações de escalão batalhão;
- A disponibilidade permanente de forças de Operações Especiais, bem como a contribuição adequada com elementos e estruturas de Estado-maior para um QG conjunto de Operações Especiais, para emprego sustentado em todo o espectro de missões;
- A capacidade para apoiar, com os meios orgânicos, as Forças Aéreas na defesa Antiaérea de áreas e de pontos sensíveis no território nacional;
- A capacidade para, quando necessário, comandar e controlar o empenhamento integrado de todos os meios militares da componente terrestre no TO nacional;
- As capacidades necessárias para assegurar o empenhamento nas missões de interesse público, sem prejuízo das missões de natureza intrinsecamente militar;
- A manutenção das capacidades necessárias para, nas situações previstas na lei, assegurar a vigilância e o controlo do território nacional.

É pertinente aqui mencionar que algumas destas capacidades, só serão possíveis de alcançar se vigorar uma lógica conjunta na actuação das Forças Armadas. Nesse âmbito, revestem-se de extrema importância os programas da LPM que lidam com a capacidade de projecção estratégica, nomeadamente o programa de aquisição do Navio Polivalente Logístico (LPD), que se prevê estar em operação a partir de 2010 (A.A.V.V., 2005, pp 8-9) e o programa de aquisição

desta capacidade por parte da Força Aérea, ainda sem data de conclusão. A obtenção desta capacidade no seio das FA será um elemento multiplicador das capacidades do SFE-COp.

No apêndice F descreve-se o conceito estratégico da NATO, dado que é uma organização à qual Portugal comete volume considerável de oferecimento de forças do SFE-COp.

Síntese Conclusiva

O apêndice G apresenta um quadro onde se comparam as ameaças identificadas pelas estratégias de defesa dos EUA, UE, NATO e Portugal. Pode-se facilmente concluir, a existência de uma tendência para a convergência no que é reconhecido como uma ameaça, não se levantando assim qualquer impedimento, quanto aos objectivos, à participação de forças militares do SFE-COp em operações desenvolvidas pelas organizações anteriormente mencionadas.

No entanto, existe uma ressalva a fazer quanto aos EUA. A UE a NATO e Portugal acreditam num multilateralismo efectivo e no reforço das instituições que regem a ordem internacional, tendo como linha orientadora, actuar sempre legitimadas pelas NU. Por outro lado, os EUA assumem que as suas acções devem ser legitimadas pelas NU, se possível, mas assumem actuar isoladamente, se necessário. Parece ser esta, no nosso entender, a linha fracturante no que diz respeito à comparação elaborada.

Portugal assume que dentro das missões a ser cometidas às FA, revestem-se de particular importância, as que resultam da satisfação dos seus compromissos internacionais, quer no quadro das NU, NATO e UE. No entanto, a NATO é encarada como o eixo estruturante desses compromissos, constituindo a UE um vector relevante, sendo intenção futura a tendência para equilibrar estes conceitos. Assim, em termos de objectivos estratégicos, não existem incompatibilidades na participação do SFE-COp em missões enquadradas pela NATO ou pela UE, assumindo-se a preferência pelo eixo transatlântico em questões de defesa.

CAP II - TRANSFORMAÇÃO EM CURSO NO EXÉRCITO DOS EUA

As Razões para a Mudança

Quando em 29 de Outubro de 2001, O Secretário da Defesa Donald H. Rumsfeld estabelece o Departamento da Transformação da Força²³, ainda estavam bem presentes os acontecimentos do 11 de Setembro. Este acontecimento veio dar um impulso à já reconhecida necessidade de transformar as forças militares Norte-americanas. Poder-se-ia daqui inferir que esse processo de transformação, teve como objectivo dar uma resposta cabal à globalização do terrorismo, no entanto, a preocupação com a modificação da estrutura do Exército Norte-americano já vinha do passado.

A intervenção americana no Iraque em 1991, provou que as suas forças eram demasiado “pesadas” para permitir uma entrada em teatro de forma rápida. Mais tarde em 1999, no Kosovo, foi novamente levantado o problema da entrada em teatro de uma força de intervenção e da necessidade de garantir a mobilidade da força numa região altamente marcada pela orografia acentuada e vias de comunicação deficientes.

Os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, foram assim o elemento que determinou que a transformação das Forças Armadas Norte-americanas não era só necessário mas também urgente. No entanto, já haviam esforços tendentes a esta adaptação à realidade das actuais missões, dado que em Maio de 2000, foi estabelecida a primeira *Interim Brigade Combat Team*²⁴. Esta força é baseada na modularidade e toma a designação de interina por não ser uma finalidade por si. Constitui-se antes como uma fase transitória, no processo de transformação das FA Norte-americanas, mas que permite uma adequação às missões que actualmente se apresentam às suas forças militares.

Os EUA são uma nação em guerra, tendo mais de 300 000 militares fora do seu território em operações²⁵, e ao mesmo tempo a tentar adaptar os instrumentos militares que possuem às actuais ameaças. Forças com estrutura divisionária estão ainda presentes hoje em dia no Afeganistão e no Iraque com relativo sucesso, não obstante as diversas opiniões sobre essas operações.

²³ O *Office of Force Transformation* foi estabelecido em 2001, quando o presidente George W. Bush tomou posse como Presidente dos EUA. Faz parte do Departamento de Defesa Norte-americano e tem como objectivo primordial o fortalecimento da transformação das suas forças militares, num elemento mais eficaz em termos tecnológicos, de forma a caminhar para a força do século XXI.

²⁴ As *Interim Brigade Combat Team* são forças modulares que nasceram da necessidade de aligeirar as forças militares com o objectivo de aumentar a sua capacidade de projecção bem como de aumentar a sua flexibilidade de emprego. (HEADQUARTERS, 2003c)

²⁵ *The Army Modular Force brief*, disponível em http://www.blueskybroadcast.com/Client/Army_Stratcom

Então quais foram as razões que levaram à necessidade da implementação deste processo de transformação?

A primeira razão é a de que é um imperativo estratégico. Na sequência dos ataques de 11 de Setembro ao *World Trade Central* e ao Pentágono, os decisores militares assumiram que a partir desse momento a surpresa seria a norma em vez da previsibilidade característica do período da guerra-fria, não se conhecendo sequer os limites terrestres dos diversos teatros de operações (TO). Assim as forças que estão a ser desenhadas têm como finalidade conterem determinadas capacidades em vez de serem desenhadas de acordo com determinada ameaça (Defense, 2004).

A segunda razão levantada é a adequação à ameaça. Hoje em dia as operações decorrem num ambiente cada vez mais imprevisível, caracterizado pela maior capacidade da ameaça interna ou externa infligir danos. A par desta situação, surgiram alguns poderes regionais, a desenvolver capacidades militares que podem vir a ameaçar a hegemonia militar dos EUA e comprometer os seus interesses estratégicos. Nesse mesmo ambiente, os actuais actores do Sistema Político Internacional (SPI) quer sejam estatais quer não estatais (Couto, 1988a pp 19-23), tentam fazer face à superioridade militar dos EUA, desenvolvendo capacidades que lhe permitam utilizar outro espectro da guerra que não o convencional. Intimamente ligado a este ponto a proliferação de WMD que, nas mãos de actores que têm comportamentos não aceites pela comunidade internacional, poderão ter consequências catastróficas para a humanidade (Defense, 2004).

Outra razão para a transformação ocorrer, é a de que se tornou um imperativo de ordem tecnológica. O acesso a tecnologias altamente capazes e de baixo custo é generalizado. Desvaneceram-se as barreiras que anteriormente existiam quando os EUA eram exclusivos detentores de tais tecnologias. Assim, torna-se necessário para os EUA, estarem sempre um passo à frente em termos tecnológicos (Defense, 2004).

Finalmente a transformação é também um imperativo de diminuição de riscos. Assim, o processo de transformação é a adequação das forças militares para os combates de amanhã, mantendo-se em condições de conduzir os combates de hoje. Isso implica uma maior agilidade e letalidade das actuais forças de forma a não serem afectadas, na sua operacionalidade pelas transformações em curso (Defense, 2004).

Campos de actuação do processo de transformação

De forma a operacionalizar a implementação desta transformação, estabeleceu-se uma lógica de abordagem, que permite tornar mais visíveis os campos de actuação desse processo. Assim, foram considerados seis aspectos essenciais, que dividem em áreas específicas os objectivos do processo de transformação, são os elementos essenciais de combate: Fogo, Manobra, Protecção,

Comando, Controlo e Comunicações, Informações, Vigilância e Reconhecimento (ISR) e Apoio Logístico.

- Fogo – É área onde estão a haver grandes investimentos, na tentativa de aumentar a letalidade e precisão dos mesmos, em detrimento do investimento em fogos não letais;
- Manobra – É uma das áreas a desenvolver não apenas para a melhor coordenação da dimensão terrestre, aérea e naval, mas para simplificar a tomada da decisão em operações conjuntas encontrando-se uma base comum;
- Protecção – Claramente a área onde existe a necessidade de uma substancial melhoria através da implementação de contramedidas activas e passivas, biológicas e médicas, de forma a fazer face ao aumento da probabilidade de utilização de armas NBQR no actual campo de batalha. Paralelamente, existe a necessidade urgente de estudar, treinar e praticar técnicas e procedimentos em terreno urbanizado onde o objectivo não é conquistar nem destruir, mas sim estabilizar e manter em funcionamento estruturas sociais e económicas vitais.
- C2&C – O objectivo final é uma robusta e segura rede de informações na qual, todas as comunicações do Departamento de Defesa serão interoperáveis. O fim último é, não só, aumentar a interoperabilidade mas também a interdependência de todos os sistemas;
- ISR – Neste campo existe a necessidade de capacidades de vigilância do espaço para apoio a operações específicas. Assim, existe a capacidade do lançamento de satélites, de baixo custo, para apoio directo a uma força conjunta específica. Existe também a necessidade de uma centralização a um nível mais alto de toda a informação recolhida no campo de batalha, pelos meios no terreno;
- Logística – O apoio logístico mais centralizado, tem como objectivo agilizar o apoio logístico a um campo de batalha, cada vez mais caracterizado pela dispersão de meios.

A ideia base da transformação no Exército dos EUA, bem como nos outros ramos das suas Forças Armadas, é a transformação da sua unidade básica fundamental – a Divisão – numa unidade modular de escalão Brigada, aumentando no entanto a sua capacidade de combate.

Alguns dos apoios que anteriormente só estariam disponíveis a nível orgânico no escalão Divisão e Corpo de Exército, aparecem agora no escalão Brigada dando assim a estas unidades capacidades extra.

O Emprego da Brigada como Unidade Táctica no Exército dos EUA

O Exército Norte-americano, fruto do seu empenhamento em diferentes conflitos ao longo da história tem vindo a adaptar as estruturas tácticas fundamentais, de forma a aumentar a eficiência e eficácia das mesmas. Por vezes, é a tecnologia a pedra de toque que provoca adaptações, por

outras é a alteração do ambiente estratégico, os níveis e os tipos de ameaças que levam à ocorrência dessas alterações.

Assim, o Exército Norte-americano está envolvido neste momento num processo de transformação onde o nível Brigada, apesar de não substituir o nível Divisão, passa a ser o patamar mais baixo onde se pode encontrar o conceito de armas combinadas a nível orgânico. A este conceito o Exército Norte-americano passou a designar como *Brigade Combat Team* (BCT). Assim dentro deste novo conceito de BCT podemos ver unidades não só de Carros de Combate (CC) M1, Viaturas de Combate de Infantaria (VCI) Bradley, mas também unidades orgânicas de Reconhecimento, Engenharia, de Recolha e Tratamento de Informações, Apoio de Fogos, Apoio Logístico, Polícia Militar (PM), Reconhecimento Biológico e Químico e Transmissões²⁶. Estas capacidades, são reconhecidas como necessárias para a condução de operações de combate, logo torna-se desejável que sejam capacidades orgânicas em vez de serem cedidas sob um determinado grau de autoridade.

Existe no entanto a excepção levantada à Brigada de Aviação dado que, fruto da limitação de recursos, é impossível dotar cada uma das suas BCT de um módulo orgânico de aviação. Para fazer face a esta necessidade sem a incluir a nível orgânico, o Exército Norte-americano constituiu uma variedade de Brigadas de Apoio (SB)²⁷ uma das quais é a de Aviação.

Ao reduzir o escalão da unidade táctica fundamental, levantaram-se algumas vulnerabilidades como por exemplo, a necessidade de cobrir os espaços entre BCT, e o apoio logístico entre os escalões recuados e as BCT. Tais lacunas são supridas com a Brigada de Aviação, as Brigadas de Apoio à Manobra²⁸, Sustentação²⁹, Apoio de Fogos e Vigilância do Campo de Batalha. Debrucemo-nos um pouco sobre cada uma delas.

A Brigada de Apoio de Fogos possui uma diferença fundamental da Brigada de Artilharia de Campanha anterior. Ela foi incrementada com pessoal de Estado-maior (EM) que lhe permite conduzir o planeamento de efeitos de fogos não letais e operações de informação.

Relativamente à Brigada de Sustentação, do antecedente existia apoio logístico a nível dos Comandos de Apoio de Serviços de Divisão, Corpo de Exército e escalões superiores, podendo ser descrito como sendo robusto e com muitos níveis de decisão. Com esta Brigada de Sustentação desaparecem os vários níveis de decisão mantendo-se no entanto, a robustez do mesmo apoio na medida em que o número de Batalhões de Apoio de Serviços se manteve.

²⁶ Ver Anexo A - Características das Actuais Brigadas.

²⁷ Na terminologia Anglo-saxónica designam-se por *Support Brigades*

²⁸ O termo Anglo-saxónico é “*Maneuver Enhancement Brigade*”.

²⁹ O termo Anglo-saxónico é “*Sustainment*”.

As Brigadas de Vigilância do Campo de Batalha eram anteriormente designadas por Brigadas RSTA³⁰, passando a ter esta designação em virtude da função RSTA estar atribuída a um dos seus batalhões, bem como ter sido desenhada à volta da necessidade de vigiar o campo de batalha em todas as suas dimensões.

Talvez o conceito mais inovador seja o representado pela Brigada de Apoio à Manobra pois este conceito ainda não existia no Exército Norte-americano. É um conceito que pretende “envolver” as Unidades de Manobra, em termos de Protecção Anti-aérea, Polícia Militar e Protecção Química. Os Batalhões que a compõem são de Assuntos Cíveis, Polícia Militar, Engenharia, EOD, Manutenção entre outros, que embora já existissem do antecedente nunca tinham sido incorporados debaixo do mesmo comando.

As BCT de combate actualmente existentes no Exército Norte-americano são: a *Infantry Brigade Combat Team* (IBCT) a *Heavy Brigade Combat Team* (HBCT) e a *Striker Brigade Combat Team* (SBCT)³¹. A ideia subjacente ao conceito é a de constituir um “menu” que permita o “desenho” de uma força adequada para uma missão específica.

Relativamente à SBCT, ela serviu e continua a servir como campo de experimentação para o desenho de uma BCT do futuro, apoiada em inovadores sistemas de combate (FCS)³² e numa rede de informação computadorizada, que permita aos comandantes um ciclo de reacção aos acontecimentos reduzido no tempo, aumentando assim a eficiência e eficácia do sistema C2, permitindo um aumento de cerca de 800% na qualidade e pertinência da informação e aumentando a velocidade de comando de 48 para 3 horas (RAND, 2005).

A IBCT possui mais meios auto que a anterior Divisão de Infantaria ligeira conferindo-lhe maior mobilidade. A HBCT possui meios que a anterior Divisão Pesada não possuía organicamente, como é o exemplo das equipas sniper que lhe permite uma melhor adaptabilidade ao combate em áreas urbanas.³³

A todas as BCT bem com às SB foi dada a designação de Unidade de Acção (UA)³⁴ pois quer uma quer outras designam unidades executoras, as primeiras de tarefas ligadas directamente com o combate, as segundas de tarefas ligadas ao apoio a essas mesmas tarefas de combate.

Um segundo nível de transformação está a operar-se na capacidade de Comando e Controlo. Ao eliminar o nível comando de Divisão e superiores houve a necessidade de criar outras estruturas que comportassem as capacidades de comando e controlo das unidades de acção

³⁰ RSTA - Reconnaissance, Surveillance and Target Acquisition

³¹ Ver apêndice C – Constituição das Actuais BCT

³² FCS – Future Combat Systems

³³ Consultar anexo A ao presente trabalho

³⁴ UA – Units of Action

anteriormente mencionadas. Assim o Exército Norte-americano designou por *Unit of Employment* (UE_x ou UE_y) e dentro destas estabeleceu dois níveis, o tipo X e o tipo Y que vamos a seguir descrever. Esta designação UE_x e UE_y é uma designação temporária até que se encontre uma adequada. Ambas designam quartéis-generais (QG) e têm como função aglomerar as tarefas anteriormente efectuadas pelos QG das Divisões, dos Corpos de Exército e do Exército, diminuindo o número de escalões de comando e ao mesmo tempo aumentando as capacidades e a celeridade da tomada de decisão.

As UE_x³⁵ não possuem um número fixo de BCT sendo a sua organização determinada pelas necessidades da Nação e dos Comandantes. Uma UE_x é menor que um QG de Divisão, no entanto esta possui as capacidades anteriormente detidas pelos QG das Divisões e dos Corpos de Exército³⁶. A UE_y possui as capacidades dos anteriores QG do Corpo de Exército e do Exército, tornando-se assim mais robustas.

Assim, as UE_x e UE_y foram desenhadas para operarem 7 dias por semana 24 horas por dia e 365 dias por ano. Capazes de conduzir operações conjuntas com o seu equipamento orgânico, necessitando apenas de aumentos de pessoal se necessário. Não estão ligadas por um laço hierárquico tendo a UE_y como objectivo uma dada região sendo nesse caso responsável pelo apoio da Força Conjunta em toda a área de responsabilidade.

O Exército Norte-americano está a adaptar-se aos desafios do futuro, em todas as suas componentes: na activa e na reserva, quer seja a Reserva do Exército do EUA (USAR)³⁷ ou a Guarda Nacional (ARNG)³⁸. O estado final desejado é o de reorganizar quer a sua componente activa quer a reserva, em módulos de BCT, admitindo-se que no conjunto das duas componentes o seu número atinja entre as 77 e as 82 BCT.

Síntese conclusiva

Do anteriormente descrito importa reter que, mais que necessária a transformação do Exército dos EUA era premente. A forma como se revelam as ameaças hoje em dia, caracterizadas pela imprevisibilidade e surpresa, bem como, pelo fácil acesso a tecnologias de ponta, obrigaram o Exército dos EUA tornar as suas forças modulares, de forma a facilitar a construção de pacotes de forças, com determinadas capacidades, adequadas para uma missão específica.

³⁵ Consultar apêndice D – Constituição da Unit of Employment X

³⁶ Consultar apêndice E - Análise comparativa dos QG das Divisões e as UE_x

³⁷ USAR – United States Army Reserve

³⁸ ARNG – Army Reserve National Guard

O instrumento julgado adequado, para fazer face a estes desafios, foi a BCT nas suas três versões (HBCT, SBCT e a IBCT). Sendo uma força de menores dimensões (3500 a 3800 militares) em comparação com a Divisão (10 a 18000 militares) nem por isso perdeu capacidades. As BCT passaram a ser o escalão mais baixo onde existem as armas combinadas a nível orgânico. Paralelamente, a nível tecnológico estão a ser elaborados estudos para aumentar as capacidades dos elementos essenciais de combate. Os sistemas de armas estão a sofrer alterações que permitem aumentar que a sua precisão quer letalidade e, em termos de manobra, tende-se para a simplificação nas tomadas de decisão. Quanto à protecção da força, estão a ser implementadas contramedidas activas e passivas contra ameaças NBQR. Outro campo que houve melhorias profundas foi na ISR, na medida em que, hoje é possível o lançamento de satélites para o apoio a uma missão específica. Tal nível de sofisticação, é sustentado por uma sólida capacidade de comando e controlo baseado numa rede de informações computadorizada. As BCT, necessitam ainda de um apoio logístico mais centralizado que permita acompanhar as vicissitudes do combate. As capacidades que as BCT adquiriram, para além das armas combinadas, foram reconhecimento blindado, engenharia, módulos de informações, apoio de fogos, apoio logístico, polícia militar e reconhecimento químico. Para além destas, os seus Batalhões dispõem, organicamente, de equipas sniper julgadas essenciais para a adaptação a ambientes em áreas edificadas. Desta forma, as BCT constituem-se como “blocos de capacidades” que permitem, aos Comandantes, a construção de forças mais adequadas para o cumprimento de uma determinada missão.

O espaço que uma BCT ocupa é substancialmente inferior ao de uma Divisão, obrigando à existência de uma descontinuidade no campo de batalha. No entanto, esse espaço é ocupado pelas SB (Apoio de Fogos, Aviação, Apoio à Manobra, Vigilância do Campo de Batalha e Sustentação). Estas Brigadas são as responsáveis por colmatar os espaços vazios criados entre as Brigadas de Manobra, através das capacidades que cada uma delas detém.

A nível de C2 ao eliminar-se os escalões Exército, Corpo de Exército e Divisão criaram-se duas estruturas – as UE_x e as UE_y. As primeiras com o intuito de assumir o comando de duas ou mais BCT, e as segundas possuem a responsabilidade do apoio da força conjunta numa determinada região, não existindo por isso uma relação hierárquica entre elas. Este facto, permite a eliminação de níveis de comando o que só por si agiliza o processo de comando e controlo, tendo a velocidade de decisão aumentado significativamente.

CAP III - O CONCEITO DE BATTLE GROUP DA UNIÃO EUROPEIA

Antecedentes

Como foi abordado no capítulo I, a UE tem vindo a dotar-se dos meios militares adequados para a condução efectiva de uma PESD. O primeiro passo, parece ter sido dado em Colónia, durante o Conselho de Ministros em Junho de 1999, onde os líderes europeus acordaram que “...a União deve possuir a capacidade de acção autónoma, assente em forças militares credíveis, nos meios para tomar a decisão de as empregar, e na prontidão desejada, de forma a responder às crises internacionais sem prejudicar as acções levadas a cabo pela NATO.” (EU, 1999a)³⁹

Em Dezembro desse mesmo ano, durante o Conselho Europeu de Helsínquia, ficou acordado o HHG, (EU, 1999b, II., 28.) concretizando o que tinha sido acordado em Colónia. Determina que, a partir de 2003, a UE deveria estar dotada das forças descritas no HHG bem como, a implementação de estruturas militares no Conselho de Ministros que assegurassem a condução política e direcção estratégica a tais operações. Tais estruturas, hoje existentes são o *Political and Security Committee*, o *European Union Military Committee* e o *European Union Military Staff*.⁴⁰

A 20 de Dezembro de 2000, realizou-se a Conferência de Comprometimento de Capacidades (CCC) onde os Estados Membros da UE comprometeram as suas capacidades militares, no Catálogo de Forças de Helsínquia (HFC)⁴¹, com o intuito de, até 2003, dotar a UE da capacidade de conduzir todo o espectro de missões descritas no Artº 17 do Tratado da União Europeia (TEU). No entanto, uma análise mais pormenorizada do HFC, evidenciou que algumas das capacidades necessitavam de melhoramentos, quer em termos qualitativos quer quantitativos.

Em Maio de 2003, o Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, confirmou que a UE possuía a capacidade operacional para a condução de todo o espectro das missões de Petersberg⁴², limitadas por algumas faltas, nomeadamente no prazo de intervenção e do risco inerente à condução das missões mais exigentes, particularmente na eventualidade de decorrerem duas ou mais missões concorrentemente.

Desde o ano de 2000 que tem vindo a ocorrer uma série de conferências no sentido de alcançar o determinado no HHG, nomeadamente:

³⁹ Tradução livre do autor.

⁴⁰ Consultar apêndice B ao presente trabalho pp 3.

⁴¹ Na terminologia Anglo- Saxónica - *Helsinki Forces Catalogue*

⁴² Consultar apêndice B, pp 6.

- Novembro 2000: O *Headline Goal Task Force*⁴³ (HTF) foi constituído e viu-se reforçado por peritos da NATO, face aos acordos Berlim plus, tomando a designação de HTF plus. As capacidades levantadas como necessárias, constavam num documento confidencial - o HFC⁴⁴ – e de onde se conseguiu os seguintes comprometimentos dos Estados Membros: 100000 militares, 400 aeronaves de combate, 100 navios de guerra. Foram ainda levantadas um número de faltas a colmatar.
- Novembro de 2001: Realizou-se uma *Capabilities Improvement Conference* (CIC), no sentido de colmatar as falhas identificadas em 2000. Nesta conferência os Estados Membros, identificaram mais algumas falhas e acordaram um plano para as suprimir. As áreas onde se identificaram foram: Protecção da Força, Logística e mobilidade operacional. Até ao final desse mesmo ano, cinco das cinquenta e cinco falhas identificadas como mais importantes, foram supridas, tendo sido acordado estabelecer um plano, designado por *European Capability Action Plan* (ECAP), para resolver as restantes.
- Dezembro de 2003: Adopção da Estratégia de Segurança Europeia (Solana, 2003) que aumentou o alcance do HHG adoptando o que se designa do *Headline Goal* (HG) 2010.
- Fevereiro de 2004: Adopção do conceito que é o cerne deste capítulo e que mais à frente será abordado – o *Battle Group*.
- Novembro de 2004: Realizou-se a *Military Capabilities Commitment Conference* (MCCC) onde foram incrementados os oferecimentos para o HHG e ao mesmo tempo o oferecimento para os BG.

O Battle Group

A 12 de Junho de 2003, o Conselho Europeu adoptou o plano de operações e a decisão de lançar uma operação militar na República Democrática do Congo. A operação recebeu o nome de código ARTEMIS, e foi conduzida de acordo com a resolução do Conselho de Segurança (CS) das NU n.º 1484 de 30 de Maio de 2003 (UN, 2003) e o *Council Joint Action* 2003/423/CFSP (EU, 2003b).

Foi uma operação lançada em auxílio da operação das NU (MONUC⁴⁵) a decorrer na altura e que já não conseguia lidar com o aumento das tensões na região. A França constituiu-se como a *Framework Nation*⁴⁶, tendo contado com a participação de forças de 9 países (França, Alemanha,

⁴³ Grupo criado no Conselho Europeu de Stª Maria da Feira em Junho de 2000.

⁴⁴ *Helsinki Forces Catalogue*.

⁴⁵ Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

⁴⁶ A UE define *Framework nation* como sendo um Estado membro ou um conjunto de Estados membros que aceitam voluntariamente um conjunto de responsabilidades específicas numa operação em que a UE exerce o controlo político. A *framework nation* providencia o OpCdr/OHQ, a estrutura principal da cadeia de comando

Bélgica, Grécia, Suécia, Reino Unido, África do Sul, Brasil e Canada) e com apoio adicional em pessoal de Estado-maior de mais 7 países (Áustria, Espanha, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal e Hungria). Mobilizou cerca de 1800 militares e possuía o seu Quartel-general Operacional (OHQ) em Paris e o Quartel-general da Força (FHQ) em Entebbe no Uganda. Foi a primeira vez que se conduziu uma operação militar sob o conceito de BG, usando exclusivamente meios da UE.

Mobilizados pelo sucesso desta operação, e em resposta ao mandato do Conselho Europeu que, determinava o desenvolvimento da capacidade de resposta rápida da UE, o Reino Unido, a França e a Alemanha elaboraram um documento, que designaram *food for thought paper*, com uma proposta para dotar a UE de uma capacidade de reacção rápida acrescida, para fazer face à prevenção de conflitos, operações de manutenção e imposição de paz.

Este conceito foi designado de BG, que são forças que deveriam estar disponíveis para assumir operações com elevado nível de autonomia, com pouco tempo de pré-aviso e maioritariamente, mas não exclusivamente, para actuar a partir de uma solicitação das NU, com capacidade de actuar em missões do capítulo VII da respectiva carta.

Os elementos que definem as características dos BG são:

- São pacotes coerentes e credíveis de forças (aproximadamente com 1500 militares) incluindo elementos de apoio (combate e serviços) e com o necessário transporte estratégico, sustentabilidade e capacidade de operar portos de desembarque (APOD e SPOD);
- Desenhado especificamente, mas não exclusivamente para responder a solicitações das NU e capazes de participar em operações de uma forma autónoma sob mandato do capítulo VII da Carta das NU;
- Apropriados para serem empregues em estados frágeis e falhados⁴⁷, mas não exclusivamente;
- Capazes de serem projectados com um aviso de 15 dias.

Requisitos e missões - Excepto para as missões de restabelecimento da paz, a maioria das missões de Petersberg, possuem uma característica de reacção rápida, estando o sucesso de algumas delas dependentes da velocidade de resposta. Forças de reacção rápida não necessitam ser de grandes dimensões mas necessitam de ser eficientes, credíveis, coerentes e capazes de auto sustentação, sendo o BG o escalão mínimo que observa todos estes requisitos. Inicialmente, existia uma associação implícita da aptidão dos BG para serem empenhados em TO`s em África, sendo indicada a área de projecção destas forças para um raio de 6000 Km com centro em Bruxelas (EUMS, 2004 pp 7, 13.). Esta limitação, colocaria de lado a possível intervenção de

militar, apoio de estado-maior, a enquadrante logística, comunicações, informações e contribui uma parte significativa de meios e capacidades para a operação (UE – EU Military Rapid Response Concept, pp.8-9, citado por Freire, 2005).

⁴⁷ Ver Introdução pp 2.

forças da UE, em países como Angola e Moçambique razão pela qual teve a oposição de alguns Estados Membros, entre os quais Portugal.

Composição - O critério chave para a composição dos BG é a eficiência, medida de acordo com as missões prováveis, capacidade de projecção e prontidão. Dado que as missões mais exigentes poderão envolver a separação de partes em conflito, é determinante que alguns dos BG sejam capazes de conduzir operações de alta intensidade bem como, servir de força de entrada inicial (IEF) para operações a ser conduzidas por unidades de maior escalão. São de qualquer forma baseadas na estrutura do Batalhão de Infantaria composto pelos seguintes módulos ⁴⁸:

- QG do BG;
- 3 Companhias de Infantaria (ligeiras ou mecanizadas);
- 1 Companhia de Apoio de Combate com os seguintes pelotões:
 - 1 Pelotão de Reconhecimento;
 - 1 Pelotão de Morteiros;
 - 1 Pelotão Anti - carro.
- 1 Companhia de Engenharia;
- 1 Esquadrão de CC ou Auto - metralhadoras;
- 1 Bateria de Artilharia de Campanha;
- 1 Bateria de Artilharia Anti - aérea
- 1 Pelotão de Sistemas de Comunicações e Informações (CIS);
- 1 Pelotão NBQR;
- 1 Pelotão de Guerra Electrónica (EW);
- 2 Equipas de Controlo Aéreo Tático (TACP)
- E outros meios tais como, aviação; transporte, entre outros. ⁴⁹

Fazendo uso deste menu de meios, os Comandantes conseguem desenhar uma força, adequada para uma missão específica (EUMC, 2004).

- Prontidão operacional - É indicado que, para que se obtenha o período de 15 dias como tempo de projecção para as áreas geográficas de mais provável emprego (África central ou noutro local), seja necessário um período de 10 dias para a projecção, após emitida a ordem do Conselho Europeu ⁵⁰.
- Multinacionalidade - Os BG podem ser formados por uma só nação, por uma nação que se assume como a *Framework Nation*, oferecimentos de nichos de capacidades de outras nações

⁴⁸ EUMC (2004), Battle Groups Concept – Q & A, pag 9

⁴⁹ Estes eventuais meios são designados, na terminologia Anglo-saxónica, por *enablers* pois facultam capacidades acrescidas ao grosso da força.

⁵⁰ Consultar apêndice H.

ou uma solução multinacional. Neste último caso, os BG deverão demonstrar um alto nível de interoperabilidade e terão de executar treino operacional em conjunto rotineiramente. Admite-se no entanto que, o nível de multinacionalidade, não deverá descer abaixo do escalão Companhia. (EUMC, 2004)

- Capacidade de projecção - Assegurar a capacidade de projecção, é uma pedra basilar de todo este conceito. Os Estados Membros que oferecem BG, terão de assegurar que as suas forças possuem os meios de projecção estratégica apropriados, pré-identificados, em exclusividade e disponíveis para possibilitar a sua projecção em 15 dias. Estes meios poderão ser próprios, obter-se através de contracto ou através de uma solução multinacional.
- Sustentabilidade - Como base de planeamento, os BG deverão possuir as capacidades necessárias para se auto sustentarem num TO durante 30 dias, sem qualquer tipo de reabastecimento e, após reabastecimento, até um período de 120 dias. Para se atingir este objectivo é reconhecido que, dependendo da missão, o BG poderá ter de ser reforçado com apoio médico, movimento e transporte, engenharia, manutenção, combustíveis e lubrificantes. É um pressuposto de planeamento que, na maioria dos casos, as operações serão conduzidas em TO's onde o apoio da nação hospedeira será variável sendo em muitos casos quase inexistente.
- Treino - O treino é uma responsabilidade nacional, sendo necessário que exista um exercício real onde terá de haver projecção de forças e condução de operações de apoio à paz ao nível BG. Tais exercícios asseguraram a existência de uma real capacidade expedicionária, incluindo as capacidades de desembarque (APOD e SPOD). Os períodos de empenhamento, de uma força oferecida para um BG, incluem seis meses iniciais de treino, seis meses seguintes de certificação e finalmente um período em *Standby*⁵¹.
- Comando e Controlo - As operações lideradas pela UE, serão conduzidas por um *Operational Headquarters* (OHQ) e um *Force Headquarters* (FHQ). O OHQ não faz parte do pacote do BG, (não projectável), sendo o FHQ parte integrante do mesmo (projectável). É assumido que para operações exigentes num potencial ambiente hostil, estes QG possuam todo o espectro de células de EM Conjunto bem como, especialistas em determinadas áreas (por ex. medicina tropical). Face aos acordos *Berlim Plus*, ficou expresso que em operações da UE poderão vir a ser usados meios da NATO para a sua condução. Os BG podem ser constituídos por um único Estado Membro da UE, ou através do método *Framework Nation*, admitindo-se nestes casos que a solução mais viável é a aplicação do *Framework Nation*

⁵¹ *Standby* – Período em que uma unidade se encontra, após a fase de treino e certificação, preparada para o seu eventual empenhamento numa missão operacional. (Bowyer, 2004, p. 231)

Concept, no que diz respeito ao comando e controlo da operação. Este conceito, permite ao Estado Membro, que assume essa responsabilidade, assumir o comando militar de uma operação conduzida sob o controlo político da União, de acordo com a estrutura de Comando e Controlo das operações lançadas pela UE.⁵²

Relativamente aos FHQ existem uma variedade de modalidades de emprego que podem ser utilizadas:

- Quando um BG é projectado para um TO para assistir uma outra força (NU ou outra organização regional) – Neste caso o OHQ coordenará com o QG da força que já se encontrava no TO, ligando-se com o Departamento de Operações de Manutenção de Paz / NU (DPKO) (caso esteja uma força das NU envolvida) e, apesar de continuar a ser responsável pelo levantamento, projecção e sustentação da força da UE, em vez de criar um FHQ separado, poderá contribuir com pessoal para o QG existente.
 - Para operações de pequena dimensão, com um alto nível de consentimento e maioritariamente terrestres – Poder-se-á estabelecer um FHQ com base num QG de uma Brigada existente, com os necessários aumentos em pessoal de EM que lhe confirmam o carácter conjunto da Força bem como, os oficiais de ligação julgados apropriados.
- Identificação e Geração das Forças - Inicialmente pensou-se que, para alcançar o HG 2010 e tendo em conta que determinado Estado Membro poderá não estar interessado em participar numa determinada operação específica, seria necessário dispor 3 a 5 BG. Considerando as rotações, os Estados Membros deveriam comprometer-se para um total de 7 a 9 BG. Estes BG constituem-se como uma Força de Reacção Rápida das Forças cometidas ao HFC. Actualmente existem 13 oferecimentos para BG.⁵³
- CrITÉRIOS Operacionais e Certificação - Desde o início do conceito que, quer os QG da NATO quer o da UE, acentuaram a ideia de que a palavra chave entre a NRF/NATO e BG/UE será a de cooperação e não competição. Nesse sentido, os mais altos órgãos, quer militares quer civis da NATO encontram-se periodicamente com os seus congéneres na União Europeia⁵⁴, para dirimir eventuais incongruências nos critérios operacionais a que uma e outra organização deverão obedecer. Tal harmonização é esperada que aconteça também ao nível da certificação e treino das forças, tendo para isso ambas as organizações estabelecido células de ligação em cada um dos seus Comitês Militares. Assim o futuro trará standarts de certificação e treino comuns quer aos BG quer às NRF, tendo sido sugerido que o *Joint*

⁵² Consultar apêndice I ao presente trabalho.

⁵³ Consultar apêndice J ao presente trabalho.

⁵⁴ Referimo-nos na NATO ao NAC e ao Comité Militar e relativamente à UE ao Comité Político e de Segurança e ao seu Comité Militar

Warfare Center na NATO em *Stavenger* na Noruega, possa desempenhar um papel importante no treino e certificação dos BG.

- **Tempo** - De acordo com o HG 2010 pretende-se que os BG oferecidos estejam com as suas capacidades operacionais interinas (IOC) até 2006, iniciando o período com capacidade operacional completa (FOC) a partir de 2007, devendo ser essa a altura adequada para se fazer uma análise às reais capacidades destas forças.

Foi também estabelecido que, para efeitos de rotação e para emprego operacional em dois TO em simultâneo, que o número desejável de BG oferecidos seriam de sete a nove.

Síntese Conclusiva

O primeiro emprego de uma força designada de BG, durante a operação ARTEMIS na República Democrática do Congo, foi uma história de sucesso. Este foi assim o conceito adoptado para dotar a UE de uma HRF, que poderia conduzir operações independentes por um curto período de tempo ou servir como IEF para uma força de maior dimensões. São cinco as suas características fundamentais – Coerência, credibilidade, capacidade de projecção, modularidade e sustentabilidade. É uma força desenhada para dotar a UE de uma capacidade de reacção rápida para a condução de missões de Petersberg, e assenta em critérios de eficiência, credibilidade, coerência e prontidão. Este pacote de forças permite aos seus comandantes escolher as capacidades necessárias para o cumprimento de uma missão específica.

Em comum com as BCT do Exército dos EUA, possui o facto de ser modular, ser o escalão mais baixo onde existe o conceito de armas combinadas, possuir valências ao nível da protecção NBQR, meios de engenharia, apoio de fogos, meios pesquisa e análise de informações e eventualmente outros apoios julgados necessários, sendo os seus QG estruturas flexíveis permitindo o adicionar de valências de acordo com a missão. Um outro ponto comum entre estas estruturas, é o facto de ambas assentarem numa sólida capacidade de comando e controlo, baseado numa rede de informações computadorizada.

As características que afastam os BG da UE das BCT do Exército dos EUA, são em primeiro lugar a dimensão da força tendo os BG sensivelmente metade dos efectivos das BCT. Por outro lado as BCT podem assumir todo o espectro de missões enquanto que os BG se confinam à condução de missões de Petersberg, podendo este ponto vir a ser alterado num futuro, na medida em que o TUE prevê o alargamento do espectro das missões de Petersberg⁵⁵.

⁵⁵ Consultar apêndice B p. 6

CAP IV – ANÁLISE

O Exército Americano

As alterações em curso no Exército dos EUA, estão intimamente ligadas à necessidade de aumentar a sua capacidade de actuar e influenciar os acontecimentos além fronteiras. Por outro lado, o elevado empenhamento das suas forças em vários TO, num total de 300000 militares espalhados por mais de 100 países, bem como dos elevados gastos com o seu orçamento de defesa, que ascende actualmente a 419,3 biliões de dólares, imprimiram uma lógica de rentabilização dos meios, levando por isso à referida reestruturação.

A nova tipologia das ameaças bem como, a facilidade com que surgem e se revelam, tornou pouco adequada a organização divisional optimizada para grandes campanhas contra forças organizadas de forma idêntica. Esta organização, dificulta também a capacidade de desenvolver diferentes tipos de missão num mesmo TO, quase uma regra no actual campo de batalha. Assim, o sistema de forças dos EUA do antecedente deixou de ter as capacidades necessárias para fazer face às actuais ameaças, concluindo que estas necessitariam de ser mais ligeiras, projectáveis, versáteis e com capacidade de actuação a nível global, levando à transformação no Exército dos EUA. Estas razões indiciam a inadequabilidade do escalão Divisão para lidar com a actual tipologia de ameaças confirmando assim a hipótese número um.

Os EUA, cedo se aperceberam das novas necessidades em matéria de segurança e defesa e iniciaram o seu processo de transformação que, apesar de manter a estrutura Divisão como elemento fundamental quando em território americano, transformou todas as suas forças expedicionárias de forma a torná-las modulares. A pedra base desses módulos tornou-se assim o escalão brigada através das suas BCT, tendo recebido organicamente capacidades que antes não possuía. As capacidades que as BCT adquiriram, para além de actuar como armas combinadas, foram unidades de CC, reconhecimento blindado, engenharia, módulos de informações, apoio de fogos, apoio logístico, polícia militar e reconhecimento NBQR. Além destas, os seus Batalhões dispõem de equipas sniper, essenciais para a condução de operações em áreas edificadas.

As BCT, à semelhança do escalão Divisão, continuam a poder desenvolver todo o espectro de missões militares e a ser capazes de se adaptar mais facilmente às alterações constantes do moderno campo de batalha.

O carácter modular das BCT do Exército dos EUA, quer seja a *Infantry*, a *Heavy* ou a *Stryker* permite-lhe a construção de forças mais robustas, adaptadas a campanhas mais duradouras com a adição de capacidades provenientes das Brigadas de Apoio (Apoio de Fogos, Aviação, Apoio à

Manobra, Vigilância do Campo de Batalha e Sustentação), bem como da projecção de um Comando para exercer o comando e controlo centralizado.

A única capacidade, que as actuais BCT não possuem organicamente, é o apoio de aviação. Esta decisão prende-se com razões de economia de meios, na medida em que tal capacidade necessita de infra-estruturas próprias o que o torna inviável. No entanto, se tal capacidade for julgada necessária a uma BCT para a condução de uma operação, pode ser cedida, numa relação de comando à mesma BCT. Desta forma, as BCT possuem a capacidade de desenvolver todo o espectro de missões e detêm as mesmas capacidades orgânicas que a Divisão, à excepção de aviação, confirmando-se assim parcialmente a hipótese número dois.

Battle Group da UE

A União Europeia, desde a divulgação do seu conceito estratégico em 2003, assumiu que o seu papel com actor global é relevante, pois contém cerca de 450 milhões de habitantes e é responsável por um quarto do produto nacional bruto mundial. No entanto, admite que necessita de fazer mais em matéria de segurança e defesa, para estar à altura do seu estatuto.

Partilhando com os Estados Unidos e a NATO os mesmos interesses estratégicos em matérias de segurança e defesa, a sua forma de actuar apresenta diferenças relativamente à estratégia Norte-americana. A UE privilegia soluções que empreguem o “*soft power*” e o multilateralismo efectivo, procurando actuar sempre debaixo do chapéu legitimador das NU e das decisões do CSNU. Quanto aos EUA, admitem a procura da legitimação internacional das suas acções se possível mas, actuando unilateralmente se necessário.

Desde o Conselho Europeu em Helsínquia em 1999, que os Estados Membros da UE assumiram o compromisso de desenvolver uma capacidade autónoma para tomar decisões e lançar e liderar operações militares, sempre que não exista participação da NATO no seu conjunto, em resposta a crises internacionais. O pacote de forças acordadas no HHG (EU, 1999b, II., 28.), foi um passo determinante na prossecução desse objectivo. Nesse mesmo documento, estava previsto a existência de *High Readiness Forces* (HRF) que complementaria o catálogo de forças de Helsínquia. Em Março de 2004 a UE encontrou uma forma de alcançar este objectivo, através do *Headline Goal 2010*.

Apesar de nunca ter assumido politicamente o abandono do HHG, parece que hoje em dia o HG 2010 é encarado como uma reacção à necessidade de adequar a resposta da UE às crises que despontam na sua área de interesse estratégico, e por outro parece ser uma abordagem mais realista e menos ambiciosa do HHG. O HG 2010 é documento estruturante do conceito de *Battle Group*, conceito esse descrito em pormenor no capítulo III ao presente trabalho.

Ao compararmos os documentos que definem as estratégias de segurança e defesa dos EUA, NATO, UE e Portugal, relativamente às ameaças levantadas, bem como aos seus objectivos estratégicos, chegamos à conclusão que partilham os mesmos valores, diferindo apenas em pormenores. Assim, face à sua dimensão como actor na cena política internacional, e à sua aspiração de assumir a sua quota parte de responsabilidade em matéria de segurança e defesa, também a UE se viu obrigada a adequar os seus instrumentos militares por forma a dar uma resposta credível aos problemas da moderna conflictualidade. Deste modo podemos deduzir que os BG, não são as forças que a UE desejaria, mas são as forças possíveis no actual momento, sendo no entanto capazes de dar uma resposta credível às novas ameaças levantadas, bem como o facto de se constituírem como um primeiro passo para eventuais evoluções futuras, confirmado-se deste modo a hipótese número três.

Sistema de Forças do Exército – Componente Operacional (SFE/COp)

Portugal, face à multiplicidade de organizações que têm uma dimensão de segurança e defesa, em que está inserido (UN, NATO, UE, OSCE, CPLP), vê-se na contingência de adequar de forma racional os seus escassos recursos militares.

Do Plano de Médio e Longo Prazo do Exército podemos extrair a necessidade de garantir a participação do Exército em forças da NATO, de forma permanente, no entendimento de que o empenhamento na Aliança continua a constituir um objectivo prioritário no âmbito das organizações de defesa colectiva que Portugal integra, e também contribuir para a progressiva consolidação de uma identidade de defesa europeia, articulando esforços com os compromissos assumidos perante a Aliança Atlântica. (Exército Português, 2005).

Destas duas frases, podemos inferir que a participação de forças militares portuguesas de forma permanente no âmbito da NATO se constitui como o eixo estruturante em matérias de segurança e defesa. No entanto Portugal deve articular estes oferecimentos de forma a contribuir progressivamente para a PESD, onde se afigura, de grande importância, o conceito de BG (Governo Português, 2003, p. 11).

A transformação em curso no Exército Português, desencadeada pela directiva 193/CEME/03 de 14 de Outubro de 2003 (Exército Português, 2003), provocou transformações no SFE-COp tendentes a transformar o mesmo no centro de gravidade do Exército. É ainda manifesta a intenção de dar prioridade à componente operacional e, dentro desta, às Forças Nacionais Destacadas (FND), NRF, BG e HRF, por esta ordem, considerando-se os BG no mesmo patamar das NRF (Exército Português, 2005, p. 49). Desta forma, apesar de haver intenção de, num futuro próximo, equilibrar os oferecimentos para forças NATO e para forças da UE, actualmente

Portugal privilegia a NATO como a organização por excelência para assuntos de segurança e defesa.

Nesse âmbito revela-se de importância os oferecimentos do Exército ao integrar as sucessivas NRF, pelo volume de forças cometido a essa organização. Da comparação entre os dois conceitos – NRF e BG⁵⁶ – podemos inferir alguns pontos comuns mas também algumas discrepâncias.

Como pontos comuns podemos referir que, em ambos, a força possui uma base multinacional e um carácter expedicionário, assente numa rápida projecção de uma componente terrestre. Possuem estruturas de comando semelhantes, com três níveis – um político, um estratégico e um operacional; assentam em requisitos operacionais semelhantes, havendo ainda espaço para uma maior integração, com a eventual certificação dos BG a ser conduzida futuramente por uma estrutura NATO. Encara-se a hipótese de num futuro próximo o *Joint Warfare Center* na NATO em *Stavenger* na Noruega, desempenhar um papel no treino e certificação dos BG. Ambas as estruturas deverão ter uma capacidade de sustentação de 30 dias, tendo como tempo para projecção 15 dias para o BG e cerca de 30 dias para a NRF.

Como divergências, poderemos ressaltar, em primeiro lugar a dimensão da força, mais numerosa no caso da NRF; o carácter essencialmente terrestre dos BG, em oposição do carácter conjunto da NRF, bem como a limitação imposta aos BG para o cumprimento das missões de Petersberg, enquanto que a NRF abarca o espectro completo das operações.

A projecção estratégica na NRF é responsabilidade nacional até a um ponto de embarque, a partir do qual será uma responsabilidade NATO. No caso dos BG essa responsabilidade nacional mantém-se até ao TO. As missões na NRF poder-se-ão estender por um período de 180 dias enquanto que os BG durarão 30 dias sem ser reabastecidas, podendo-se prolongar até 120 dias com um reabastecimento.

Por outro as forças cometidas à NRF não podem ser cometidas a outra, o que tem influência nos oferecimentos de Estados com limitados recursos militares como é Portugal.

Desde que se deu início ao processo de criação de forças militares europeias, que se tem assistido à intenção da NATO de reforçar, dentro da organização, a denominada Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), encarada como mais um dos seus pilares. Os acordos Berlim Plus, vieram aumentar o espectro de capacidades de uma e outra organização em matéria de segurança e defesa, na medida em que permitem a utilização de recursos de uma organização

⁵⁶ Consultar apêndice K.

para complementar eventuais lacunas da outra, como por exemplo a operação Althea da EUFOR⁵⁷.

Estes aspectos reforçam a ideia de que, apesar da NRF e dos BG, divergirem em alguns aspectos, noutros possuem denominadores comuns concorrendo, para a confirmação da hipótese número quatro.

Face ao nível de ambição e face à reorganização do Exército, em 2006 foram aprovados os novos quadros orgânicos da FOPE. Neles, o Exército reorganiza-se no Comando Operacional (CmdOp), dois Comandos das Zonas Militares da Madeira (CmdZMM) e dos Açores (CmdZMA) e num Comando do QG Conjunto de Operações Especiais.

Relativamente às suas forças operacionais, dispõe da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR) que materializa a Capacidade de Reacção Rápida, constituída por unidades de elevada prontidão, vocacionada prioritariamente para operações de escalão Batalhão ou Companhia, nomeadamente operações aeromóveis ou aerotransportadas e apta a ser empenhada em todo o espectro de missões e cenários que requeiram forças ligeiras, incluindo o combate ao terrorismo e a outras ameaças assimétricas. Esta Brigada não dispõe na sua orgânica meios de apoio de fogos, de apoio de combate e de apoio de serviços. A Brigada de Intervenção (BrigInt), núcleo base da Capacidade de Intervenção, equipada com sistemas de armas tem por base as Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) e é constituída por unidades de manobra, apoio de combate e apoio de serviços. A Brigada Mecanizada (BrigMec), materializa a Capacidade Mecanizada, é constituída por unidades de manobra, apoio de combate e apoio de serviços, com capacidade para projectar e empenhar, de forma sustentada, uma unidade mecanizada de escalão Batalhão.

Qualquer uma destas Brigadas pode constituir a base de um BG, integrar uma NRF ou, em situações excepcionais e numa perspectiva multinacional, ser projectada integralmente para operações em TO, à excepção da BrigRR que não pode ser projectada integralmente sem receber o reforço de meios de apoio de fogos, de apoio de combate e de apoio de serviços.

SFE-COP dispõe ainda de três Batalhões de Infantaria (BI) e duas Baterias de Artilharia Anti Aérea (BAAA) unidades essas que conferem a capacidade de Defesa Imediata dos Arquipélagos, não sendo por isso contabilizadas como forças com capacidade de serem cometidas em compromissos Internacionais. Para além destas, existe ainda o núcleo de Unidades de A/G, que materializa a capacidade de apoio geral, destinando-se a garantir o apoio de combate e de serviços adicional, de forma modular, às Brigadas ou às Forças de Defesa dos Arquipélagos. (Exército Português, 2006)

⁵⁷ Estrutura de Comando da EUFOR disponível em <http://www.euforbih.org/organisation/organisation.htm>

Ao analisarmos o *Capabilities Improvement Chart I/2006*, (EU, 2006) levantámos algumas das capacidades militares que a UE necessita para alcançar o HG 2010. Nos quadros seguintes, dos quais se eliminaram as unidades responsáveis pela defesa imediata dos Arquipélagos, pretende-se comparar estas necessidades com as capacidades residentes no SFE-COP.

Quadro 1 – Capacidades existentes nas Brigadas do SFE-COP

		Valências necessárias ao HG 2010														
		Capacidade C2 Network Centric	Helicópteros de transporte	Helicópteros de Reconhecimento	BIMec	BI	Companhia de Apoio de Combate	Esquadrão de Reconhecimento	Engenharia de Combate	Esquadrão de CC	Esquadrão de Auto-metralhadoras	Bateria de Artilharia de Campanha	Bateria de Artilharia Anti Aérea	Capacidade ISTAR	Unidades de Operações Especiais	Unidades de Apoio de Serviços
1 Comando Operacional		2016														
1 Cmd do QG Conj. OE		2016														
BrigRR	Cmd e CCS	2013												2015		
	CTm	2013 Módulo de Transmissões de Campanha 525 e SICCE														
	1 BIPara					2008	2008							2015		
	2 BIPara					2005	2005									
	1 UEB (1)	De constituição eventual dependente de decisão política														
	BAAT													2015		2006
	UALE		2010	2010												
	1 CCmds					2005										
	2 CCmds					2008										
FOE														2005		
BrigInt	Cmd e CCS	2015												2010		
	CTm	2010 Módulo de Transmissões de Campanha 525 e SICCE														
	1 BI					2008	2008							2010		
	2 BI					2010	2010									
	GAM									2008						
	ERec							2008								
	GAC Reb											2015				
	BAAA												2012			
	CEng								2013							
BApSvc																2010
BrigMec	Cmd e CCS	2015												2015		
	CTm	2013 Módulo de Transmissões de Campanha 525 e SICCE														
	1 BIMec				2017		2017							2015		
	2 BIMec															
	GCC									2010 ¹						
	ERec							2010								
	GAC 155 AP															
	BAAA												2016 ²			
CEng Mec								2016 ²								
BApSvc																

(1) Um esquadrão até 2010 e outro até 2016

(2) Não é dada a data limite apresentando-se, por isso, a data de início da melhoria da capacidade.

Fontes: Exército Português, (2005), *Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2005 – 2023)*, EME;
EU, *Capabilities Improvement Chart I/2006*;
Exército Português, (2006), *Quadros Orgânicos do SFE COP*, EME, Fevereiro de 2006
Lei Orgânica n.º 4/2006, *Lei de Programação Militar*

Quadro 2 - Capacidades existentes nas Unidades de Apoio Geral do SFE-COP

	Valências necessárias ao HG 2010										
	Unidades UAV	Hospital Cirúrgico Móvel	Engenharia de Combate	Engenharia de Apoio Geral	Pelotão CIS	Pelotão NBQR	Pelotão de Guerra Electrónica	Bateria de Artilharia Anti aérea	Unidades de Polícia do Exército	Equipas EOD	Módulos de Tratamento de Informação
Bateria de Artilharia Antiaérea (BAAA)								2011 ¹			
1 Esquadrão de Polícia do Exército									2010		
2 Esquadrão de Polícia do Exército											
1 Companhia de Engenharia de			2011	2012 ¹							
2 Companhia de Engenharia de A/G			2013	2012 ¹							
Companhia de Pontes				2012 ¹							
Companhia de Defesa NBQR						2012					
CTm de Apoio											
Companhia de GE							2015				
Centro de Informações Segurança Militar											2007
Destacamento Info e SegMil (2)											2007
Unidade de UAV tácticos (2)	2017 ²										
Equipas HUMINT (2)											2007
Companhia de Transportes											
Companhia de Manutenção											
Companhia de Reabastecimento e Serviços											
1 Grupo EOD										2006	
2 Grupo EOD										2006	
3 Grupo EOD										2012	
Hospital Cirúrgico Móvel											
Companhia Geral CIMIC											
Unidade de Apoio Geográfico											
Módulo de Operações Psicológicas											2008

(1) Não é dada a data limite apresentando-se, por isso, a data de início da melhoria da capacidade.

(2) Um UAV em 2017 e um segundo até 2023.

Fontes: Exército Português, (2005), *Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2005 – 2023)*, EME; EU, *Capabilities Improvement Chart I/2006*; Exército Português, (2006), *Quadros Orgânicos do SFE COP*, EME, Fevereiro de 2006
Lei Orgânica nº 4/2006, *Lei de Programação Militar*

As zonas a sombreado indicam onde é que no SFE-COP reside a valência referida como necessária ao HG 2010. Os algarismos inscritos nessas zonas sombreadas, indicam as datas onde se prevê que haja um aumento de capacidade dessa valência, pela aquisição de um novo equipamento ou de melhorias no actual. Nas células onde apenas aparece uma zona a sombreado sem algarismos inscritos, significa que não está prevista até ao ano de 2023 a melhoria da capacidade dessa valência. A análise dos quadros acima descritos, indica a existência de capacidades residentes no SFE-COP que podem ser oferecidas para integrar um BG confirmando a hipótese numero cinco.

É premente realçar a importância de que se revestem os programas de modernização em curso das capacidades do SFE-COP. Estes terão um impacto significativo na credibilidade,

coerência e capacidade de projecção de forças, oferecidas para integrarem um BG, resultando numa maior visibilidade de Portugal. Destes realçamos o programa de aquisição de VBR para equipar a BrigInt onde estão previstas a aquisição de 273 viaturas que equiparão os seus dois Batalhões de Infantaria, bem como o GAM com um sistema MGS. O prazo de conclusão está previsto para o ano 2010 sendo, até esse momento, a BrigInt equipada com as viaturas Chaimite V200 e Comando V150. Na BrigRR o programa de maior destaque, prende-se com a aquisição dos helicópteros que equiparão a UALE. Este programa significará um aumento significativo nas capacidades desta Brigada e implicitamente do SFE-COp. O programa prevê a aquisição de nove helicópteros ligeiros armados e 10 helicópteros médios de transporte, até ao ano de 2010.

Os programas de substituição do CC M60 e da modernização das viaturas da família M113 são dois programas que afectam a BrigMec. O primeiro, prevê o equipamento de um dos Esquadrões de CC até 2010 e o segundo até 2016 enquanto que a modernização dos M113 não tem ainda data de conclusão. Existem ainda dois programas que julgamos conveniente realçar, na medida em que afectam todo o SFE-COp – A modernização do C2 baseado num sistema de rede computadorizada e a aquisição de uma nova família de armas ligeiras. O primeiro programa, reveste-se de particular importância, dado que se Portugal tem pretensões a constituir-se como FwN de um BG esta é uma das condições para assumir o comando dessa força.

A inexistência desta valência no SFE-COp, implica a incapacidade de assumir o comando de um BG e assim não se poder constituir como FwN. Esta valência prevê-se que esteja disponível na BrigRR até ao ano de 2013 e no restante SFE-COp em 2016.

Quanto à aquisição de uma nova família de armas ligeiras, estava previsto a sua substituição gradual a partir do ano de 2006 não tendo, até ao momento, sido iniciado.

Para além das valências necessárias ao HG 2010, referenciadas nos Quadros 1 e 2, existem outras, como por exemplo, Batalhões de Helicópteros de Ataque, Batalhões STA e UAV, Laboratórios de Campanha projectáveis, Projecção Estratégica, que não foram incluídas nos quadros acima referenciados em virtude de não existirem no actual SFE-COp, não trazendo por isso nada de relevante à análise que se pretende executar.

No entanto, já aqui foram mencionadas as características desejáveis a um BG (capacidade de reacção rápida, eficiência, credibilidade e coerência). Estas características, acentuam a importância da qualidade do equipamento usado pelas as forças militares que os integram.

Também as unidades de A/G possuem algumas valências que poderão ser empregues num BG como facilitadores⁵⁸. O oferecimento de tais valências deverão ser avaliadas caso a caso em sede de conferência de geração de forças dos BG.

A participação do SFE-COP num BG está condicionada pelos empenhamentos a nível internacional das suas forças. Portugal tem assumido o empenhamento sustentado de FND desde 1996 nos TO da BiH, Kosovo, Iraque, Afeganistão, Timor e FYROM. Estes empenhamentos do SFE-COP têm sido flutuantes na sua dimensão encontrando-se descritos no apêndice L ao presente trabalho.

A previsão de empenhamentos de forças do SFE-COP contempla oferecimentos para a EUFOR (BiH), KFOR (Kosovo), a ISAF (Afeganistão), as várias NRF bem como, o empenhamento com a Força de Reacção Imediata. Ainda se contabiliza, apesar de necessitar de confirmação do poder político, a eventual participação Portuguesa num BG da UE liderado por Espanha em *standby* no 1º semestre de 2008. Uma lista consolidada da previsão de emprego de Forças do SFE-COP até 2008, encontra-se patente no apêndice M ao presente trabalho.

O factor financeiro poderá condicionar também a modalidade de participação do SFE-COP num BG. No apêndice N ao presente trabalho, apresenta-se uma estimativa de custos de participação num BG, para três situações distintas, onde é notório o significativo aumento de despesas, caso Portugal decida assumir um BG como FwN.

Em Novembro de 2005, teve lugar uma *Battlegroup Co-ordination Conference*, onde se pretendeu obter o comprometimento dos Estados Membros para colmatar as lacunas para a constituição dos BG necessários ao HG 2010. O resultado dessa conferência está expresso no quadro abaixo indicado.

Quadro 3 - Lista de oferecimentos para BG

	I/2007	II/2007	I/2008	II/2008	I/2009	II/2009	I/2010
1º BG	Alemanha Holanda + Finlândia	Itália + Hungria Eslovénia	Suécia Finlândia Noruega + Estónia	Alemanha França + Bélgica Luxemburgo Espanha	França		Polónia + Alemanha Letónia Eslováquia
2º BG	França + Bélgica Luxemburgo	Grécia + Bulgária Roménia Chipre	Espanha + Alemanha França		Itália Espanha Grécia <u>Portugal</u> (*)		

(*) Ainda a ser confirmado por decisão política.

Fonte: Comando Operacional

⁵⁸ Na terminologia Anglo-saxónica *enablers*.

Da análise do quadro é notória a falta de oferecimentos dos Estados membros para integrar BG no 2º semestre de 2008, 1 e 2º semestre de 2009 e no 1º semestre de 2010, constituindo estes períodos, janelas de oportunidade para a participação Portuguesa como FwN.

Recordamos aqui as modalidades de participação: por um só Estado Membro, constituindo-se como FwN, solução multinacional e oferecimento de nichos de capacidades.

Assim, passaremos de seguida à análise da participação do Exército em cada uma das modalidades levantadas.

A possibilidade de Portugal assumir um BG por si só implicaria um esforço cometido aos três ramos das FA, pois apesar do BG ser uma força essencialmente terrestre, são-lhe cedidos meios aéreos e navais, conforme referido no capítulo III ao presente trabalho. No entanto, a grande maioria das capacidades seriam terrestres, e destas existem algumas que o SFE-COp não possui. Assim, capacidades como Batalhões de helicópteros de ataque, Batalhões STA, Batalhões de UAV, Laboratórios de Campanha projectáveis, capacidade de Projecção Estratégica, pelo facto de não existirem no SFE-COP, impedem a participação portuguesa nestes moldes, necessitando sempre de um enquadramento multinacional para suprir tais lacunas.

Portugal constituir-se como FwN de um BG, revela-se como um segundo patamar em questões de visibilidade a nível europeu. No entanto, o actual quadro de empenhamentos do SFE-COp, com as FND, a EUFOR, a KFOR, a ISAF e a FRY não permite, até 2008, o empenhamento do Exército Português num BG, adoptando este sistema. Paralelamente o segundo semestre de 2008 constitui-se como um período crítico, de oferecimento de forças dado que, coincide com a fase de *standby* da NRF 11 e fase de treino multinacional da NRF 12 (ambas sob o Comando do JHQ Lisbon) e que empenham, respectivamente, um AgrMec / BrigMec e um BI / BrigInt.

A participação de Portugal como FwN num BG, obriga ao empenhamento significativo da quase totalidade de uma das Brigadas do SFE-COp, pelo que tal situação só poderá ocorrer se cessarem os empenhamentos na EUFOR e KFOR e mantendo a participação numa NRF com um efectivo não superior a uma UEB e a participação na ISAF.

Não se prevê que as capacidades militares residentes no SFE-COp sofram grandes modificações até 2010, nem o aumento dos orçamentos da defesa, pelo que de acordo com a actual LPM, só a partir dessa data se poderão observar aumentos de capacidades. Paralelamente com o previsível aumento de capacidades do Exército a partir de 2010, está prevista a aquisição de uma LPD (Navio Polivalente Logístico) pela Armada em 2010. Este meio será um elemento determinante para aumentar exponencialmente a capacidade de projecção estratégica de forças, condição primordial para a constituição de um BG. Ao assumir a liderança de um BG, o SFE-

COp, terá de possuir as necessárias capacidades de comando e controlo baseadas em rede computadorizada, que só se prevê estar disponível na BrigRR a partir de 2013 e nas restantes Brigadas em 2015.

Os oferecimentos, dos Estados Membros para os BG obedecem ao critério da reciprocidade⁵⁹ significando isto que, se Portugal aspirar a assumir-se, em data a definir, como FwN de um BG terá de garantir a sua participação, coerente e credível, noutros BG em que outros Estados Membros assumam a liderança, de acordo com os seus interesses estratégicos.

A solução multinacional e nichos de capacidades poderão ser as que mais se adequam ao SFE-COp actualmente. Nos quadros 1 e 2 ao presente trabalho, estão patentes as valências existentes no SFE-COp e Unidades de A/G, que possuem capacidades de integrar um BG, nesta modalidade. No entanto, os constrangimentos relativos ao empenhamento do SFE-COp anteriormente mencionados, impedem uma participação volumosa (acima do escalão UEC) até que cessem as missões da EUFOR e KFOR e NRF.

O esforço de participação num BG, nunca poderá ser encarado como uma responsabilidade única do Exército, apesar do cariz maioritariamente terrestre dessa força. Deve antes ser um esforço conjunto, onde os três ramos das FA colaborem para um mesmo fim. Neste âmbito, a capacidade de projecção estratégica que poderá vir a ser conferida pelo LPD da Armada Portuguesa, estimada para entrar em operação a partir de 2010, constituirá um factor multiplicador das potencialidades do SFE-COp. Também os meios de projecção existentes na Força Aérea Portuguesa, possuem o mesmo cariz multiplicador. A capacidade de projecção estratégica nos BG, que recordamos é uma responsabilidade de cada nação, levanta a necessidade da existência de uma estrutura capaz de montar e operar APOD e SPOD, capacidade essa que deveria residir ao nível dos três ramos das FA.

⁵⁹ Situação que ocorre quando um Estado A oferece determinada capacidade para um BG onde o Estado B é FwN, com o compromisso de que, quando a situação se inverter, e o Estado A for FwN, o Estado A oferece também determinadas capacidades a acordar.

CAP V – CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES

Conclusões

As razões que levaram à transformação das FA dos EUA, prendem-se com a nova tipologia de ameaças, caracterizadas pela assimetria da sua actuação bem como, pela surpresa e imprevisibilidade. As Divisões do Exército dos EUA estão pouco vocacionadas para fazer face a combates assimétricos, levando à necessidade da sua transformação em pacotes de forças modulares, com elevada mobilidade, maior capacidade de projecção estratégica, mantendo no entanto as mesmas capacidades. As BCT vieram dar resposta a esta necessidade, na medida em que possuem organicamente a quase totalidade das capacidades detidas pelas Divisões. Para colmatar as falhas detectadas, existem as SB que detêm exactamente essa função.

As melhorias significativas dos sistemas operativos, contribuíram para o aumento da letalidade e precisão dos fogos. Ao mesmo tempo, relativamente à manobra, concentrou-se na BCT o escalão mais baixo onde se encontra o conceito de armas combinadas a nível orgânico.

Para uma melhor adaptação ao combate em áreas edificadas, as BCT possuem, ao nível Companhia, equipas sniper.

A nível tecnológico, foram dados passos significativos ao dotar as BCT com capacidade de C2 assente numa rede computadorizada, permitindo-lhe aumentar a velocidade de decisão, tornando-se tal facto uma vantagem significativa.

A actuação das BCT decorre, em regra, num TO descontínuo face à sua menor dimensão, implicando tal facto o desenvolvimento da capacidade de ISR, na medida em que, à falta de forças no terreno contrapõem-se um aumento na capacidade de vigilância, reconhecimento e recolha de informações. Para tal hoje é possível o lançamento de satélites para apoio directo a uma operação específica, com um baixo custo.

Sendo as BCT uma força mais ágil do que as Divisões, necessita de uma capacidade de tomada de decisões mais ágil também. Para além da capacidade acrescida em C2 conferida pela rede computadorizada, o Exército dos EUA eliminou os escalões de comando Corpo de Exército e Divisão e substituiu-as por duas estruturas designadas por UE_x e UE_y . As primeiras para exercer o comando de duas ou mais BCT e as segundas para apoio a uma operação numa determinada região, não existindo por isso relação hierárquica entre elas.

A UE, na procura de assumir a sua parte de responsabilidade nos assuntos de segurança e defesa, propôs-se a adequar o seu instrumento militar para fazer face às actuais ameaças. O instrumento que respondeu a tal desígnio foi o conceito designado de BG, que designa pacotes

de forças coerentes e credíveis (aproximadamente com 1500 militares) incluindo elementos de apoio e com o necessário transporte estratégico, capacidade de sustentação e projecção com um aviso de 15 dias.

Têm em comum com as BCT a sua modularidade, coerência, credibilidade e capacidade de projecção, sendo no entanto forças de dimensões díspares. As missões que os BG podem assumir designam-se por missões de Petersberg não abrangendo, por isso, o espectro total de operações, o que acontece com as BCT.

O Exército Português encontra-se em processo de transformação desde 2003 desencadeada pela directiva 193/CEME/03 (Exército Português, 2003), o que determinou a reorganização do seu SFE-COp (Exército Português, (2006).

Portugal, membro fundador da NATO e Estado Membro da UE, vê-se na contingência de participar no esforço de segurança e defesa comum das duas organizações. A participação do SFE-COp na NRF, não permite o oferecimento destas forças para outras organizações, limitando-lhe as opções de emprego de forças do SFE-COp.

No entanto, ambos os conceitos respondem a uma mesma necessidade e a integração que se observa entre a NATO e a UE permite que, forças preparadas para integrarem um BG, usem os mesmos critérios base de uma NRF, não oferecendo por isso qualquer restrição. Recordamos aqui que uma força oferecida para uma NRF o será em regime de exclusividade, não podendo por isso estar oferecida também para um BG.

O actual SFE- COp possui as capacidades necessárias para serem oferecidas para integrarem um BG da UE, encontrando-se tais capacidades enumeradas nos quadros 1 e 2 ao presente trabalho. Não permitem, no entanto, que Portugal assuma um BG isoladamente necessitando que algumas das capacidades lhe sejam conferidas por uma solução multinacional.

Portugal poderá ter como aspiração constituir-se como FwN de um BG como forma de assumir uma posição de relevo, preferencialmente numa altura em que assuma politicamente um lugar de destaque, como por exemplo, ao assumir a Presidência da UE no segundo semestre de 2007. O actual SFE-COp bem como as Unidades de A/G possuem as valências necessárias para integrarem um BG, evidente através da análise dos quadros 1 e 2 ao presente trabalho.

A previsão de empenhamento do SFE-COp, conjugado com o previsível aumento de capacidades, fruto dos programas de aquisição de equipamentos, apontam como a data mais adequada para Portugal se oferecer como FwN de um Battlegroup a partir do ano de 2010, onde se conjugam três situações. Primeiro, o equipar da BrigInt com a nova família de VBR, dotando o SFE-COp de capacidade adicional de intervenção; segundo a conclusão do programa de equipamento da UALE com os helicópteros de transporte médios e helicópteros ligeiros

armados, contribuindo para a capacidade de reacção rápida; terceiro, e apesar de ser um programa da Armada Portuguesa, a aquisição do LPD. Tais programas aumentarão exponencialmente quer a credibilidade quer a coerência bem como a capacidade de projecção das forças do SFE-COp.

Até ao eventual assumir de um BG sendo Portugal a FwN, dever-se-á privilegiar oferecimentos até ao escalão Companhia, tendo em atenção o cariz da reciprocidade, que prevalece nos oferecimentos de forças para integrar BG. No entanto tal só será possível se até essa data se adquira a capacidade de C2 baseado em rede computadorizada (*Network Centric*⁶⁰), essencial para assumir um BG como FwN. Para tal é necessário acelerar o programa de aquisição do sistema C2 *Network Centric*, essencial para assumir o comando de tal força, até à mesma data, caso contrário tal só poderá acontecer a partir de 2013, data prevista para a aquisição dessa capacidade por parte da BrigRR.

Até que tal aconteça, e em virtude no carácter de reciprocidade dos oferecimentos para os BG, Portugal poderá oferecer capacidades do SFE-COp até ao escalão companhia, privilegiando aqueles que lhe providenciem maior visibilidade, face às relações de comando que venham a ser estabelecidas.

Outra possibilidade de participação é o oferecimento de nichos de capacidades que, em sede de conferência de geração de forças, venham a ser identificadas como necessárias a um BG e que, ao mesmo tempo, confirmem a visibilidade desejada pelo Estado português. Esta visibilidade será tanto maior, quanto mais elevada for a dependência hierárquica, das forças a ser cometidas para esses BG.

⁶⁰ Consultar Corpo de Conceitos ao presente trabalho p 5.

Recomendações

1. Os BG, serão num futuro a pedra de toque da componente operacional das Forças de Reacção Rápida da Europa, sendo assim importante a participação de todos os Estados Membros. Portugal, e mais concretamente o Exército deverá participar nesta iniciativa, pois é, sem dúvida, um factor de desenvolvimento. Um verdadeiro “tubo de ensaio” da integração militar em termos europeus, promovendo uma aproximação em termos de doutrina, níveis de instrução e equipamentos. É importante assegurar a participação contínua do Exército, sob pena de se poder perder uma importante fonte de desenvolvimento e actualização;
2. O actual quadro de empenhamentos do SFE-COp, conjugado com o previsível aumento de capacidades aponta o ano de 2010, como o ano a partir do qual será possível o empenhamento do Exército Português num BG, adoptando o sistema FwN, devendo-se para tal assegurar que se acelere o programa de aquisição da capacidade C2, de forma a estar disponível também a partir da mesma data;
3. Até que Portugal tenha capacidade de se constituir como FwN, face ao cariz da reciprocidade, o SFE-COp deverá privilegiar oferecimentos para os BG até ao nível UEC, e a alguns nichos de capacidades que lhe possam conferir maior visibilidade, face às relações de comando que venham a ser estabelecidas, como por exemplo: Esquadrão de Reconhecimento, Companhia de Engenharia de Apoio Geral, Módulo de Operações Especiais, Módulo de Operações Psicológicas, Equipas HumInt ou grupos EOD;
4. Apenas a BrigRR possui organicamente equipas sniper nos seus BIPara, julgando-se conveniente que, para uma melhor adequação ao combate em áreas edificadas, devessem existir ao mesmo nível, na BrigInt e BrigMec;
5. A capacidade de projecção de uma força cometida a um BG é essencial, tendo implicação directa na sua credibilidade e coerência, sendo para isso fundamental a existência da capacidade de montar e operar APOD e SPOD, pelo que, deveria ser criada no SFE-COp esta valência ao nível das Unidades de Apoio Geral.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

- BOWYER, Richard (2004), *Dictionary of Military Terms*, Bloomsbury Publishing, ISBN – 0747574774, 2004.
- CLARK, Wesley K. (2003), *Vencer as guerras modernas – Iraque, Terrorismo e o Império Americano*, Rolo & Filhos, ISBN – 972-759-708-4, Fevereiro de 2003.
- COUTO, Abel Cabral (1988a), *Elementos de estratégia: Apontamentos para um curso*, Volume 1. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1988b), *Elementos de estratégia: Apontamentos para um curso*, Volume 2. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.
- ECO, Humberto (1977), *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Editorial Presença, 11^a edição, ed. 2004.
- FREIRE; J.M.M (2005) Trabalho Individual de Longa Duração; *O Catálogo de Forças de Helsínquia, Participação Nacional. Compatibilização com o conceito de NRF/NATO;* IAEM; Abril de 2005.
- JANUS (2005), *A Nova Diplomacia*, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, Mirandela Artes Gráficas, AS., ISBN – 989-619-020-8.
- JANUS (2006), *A Guerra e a Paz nos nossos dias*, Público & Universidade Autónoma de Lisboa, Mirandela artes Gráficas, AS., ISBN – 972-8892-28-4.
- LEWIS, Bernard (2003), *O Médio Oriente e o Ocidente – O que correu mal?*, Gradiva Publicações Lda., ISBN – 972-662-906-3, Junho de 2003.
- MOREIRA, Adriano (2004), *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Etigafe, Lda., 4^a Edição, ISBN – 972-8726-27-9, Setembro de 2004.
- NOGUEIRA, Fernando (1995), *A Política de Defesa Nacional*; Imprensa Nacional Casa da Moeda, E.P., ISBN -972-96007-4-0, Março de 1995.
- NYE, Joseph S. Jr (2002), *Compreender os conflitos internacionais – Uma introdução à Teoria e à História*, Gradiva Publicações Lda., ISBN – 972-662-845-8, Maio de 2002.
- RAND (2005), *Network Centric Operations Case Study – The Stryker Brigade Combat Team*, RAND Corporation, ISBN0-8330-3846-X, Fevereiro de 2005.
- REIS, Neves; BERGSTRÖM, Magnus (2001), *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*, Editorial Notícias, ISBN 972-46-0563-9, Abril de 2001.

- SANTOS, Loureiro dos (2000), *Reflexões Sobre Estratégia. Temas de Segurança e Defesa*, Mem Martins: Publicações Europa-América. Edição nº: 104302/7378, Março 2000.
- SANTOS, Loureiro dos (2001), *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio. Reflexões sobre Estratégia II*, Mem Martins: Publicações Europa-América., Edição nº:104307/7683, Setembro 2001.
- SANTOS, Loureiro dos (2003), *A Idade Imperial. A Nova Era. Reflexões sobre Estratégia III*, Mem Martins: Publicações Europa-América. Edição nº: 104312/8117, Fevereiro 2003.
- SANTOS, Loureiro dos (2004), *Convulsões. Ano III da “Guerra” ao Terrorismo. Reflexões sobre Estratégia IV*, Mem Martins: Publicações Europa-América., Edição nº:104316/8410, Abril 2004.
- SOLANA, Javier (2003), *Uma Europa Segura Num Mundo Melhor*, Estratégia Europeia em Matéria de Segurança, Conselho Europeu, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003.
- STAFF, Joint Chiefs of (2004), *The National Military Strategy of the United States of America*, A Strategy for Today; A Vision for Tomorrow. Janeiro de 2004.
- TRANSFORMATION, Office of (2005), *The implementation of a Network Centric Warfare*, Department of Defence, Janeiro de 2005.
- VIANA, Vítor Rodrigues (2002), *Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz*, Instituto de Defesa Nacional, Edições Cosmos, ISBN – 972-762-241-0, Outubro de 2002.
- VITORINO, António (1998), *Discursos do Ministro da Defesa Nacional*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, E.P., ISBN - 972-96007-6-7, Junho de 1998.

MANUAIS MILITARES

- HEADQUARTERS, Department of the Army, (2000a), *FM 7-10 The Infantry Rifle Company*, Washington, DC, 31 de Outubro de 2000.
- HEADQUARTERS, Department of the Army, (2000b), *FM 7-20 The Infantry Battalion*, Washington, DC, 29 de Dezembro de 2000.
- HEADQUARTERS, Department of the Army, (2000c), *FM 7-30 The Infantry Brigade*, Washington, DC, 31 de Outubro de 2000.
- HEADQUARTERS, Department of the Army, (2000d), *FM 7-8 The Infantry Rifle Platoon and Squad*, Washington, DC, 01 de Março de 2000.
- HEADQUARTERS, Department of the Army, (2002), *FM 3-21.9 The Striker Brigade Combat Team Infantry Rifle Platoon and Squad*, Washington, DC, 01 de Dezembro de 2002.

HEADQUARTERS, Department of the Army, (2003a), *FM 3-21.11 The Striker Brigade Combat Team Infantry Company*, Washington, DC, 23 de Janeiro de 2003.

HEADQUARTERS, Department of the Army, (2003b), *FM 3-21.21 The Striker Brigade Combat Team Infantry Battalion*, Washington, DC, 31 de Julho de 2003.

HEADQUARTERS, Department of the Army, (2003c), *FM 3-21.31 The Striker Brigade Combat Team*, Washington, DC, 13 de Março de 2003.

HEADQUARTERS, Department of the Army, (2005a), *FMI 3-20.96 Heavy Brigade Combat Team Reconnaissance Squadron*, Washington, DC, 15 de Março de 2005.

HEADQUARTERS, Department of the Army, (2005b), *FMI 3-90.6 Heavy Brigade Combat Team*, Washington, DC, 15 de Março de 2005.

IAEM (2005), *RC 00 - Regulamento de Campanha Operações*, Instituto de Altos Estudos Militares, Setembro de 2005.

MC 417/1 (2001), *NATO Force Structure*, North Atlantic Treaty Organisation, Julho de 2001

NATO (2001), *Manual da OTAN*, Office of Information and Press, ISBN 92-845-0177-6, Fevereiro de 2001.

SÍTIOS DA INTERNET

EUFOR, *Estrutura de Comando da EUFOR*, [Em linha], acedido em 12 de Junho de 2006, disponível em:

<http://www.euforbih.org/organisation/organisation.htm>

POLICY, Foreign (2006), *The failed States Index*, [Em linha], Maio – Junho de 2006, acedido em 14 de Julho de 2006, disponível em:

http://www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=3420&page=0

TIRPAK, J. (2005). *The network way of war*. [Em linha], acedido em 14 de Janeiro de 2006, disponível em:

[http://www.afa.org/magazine/March 2005/0305.network.asp](http://www.afa.org/magazine/March%202005/0305.network.asp)

DoD (2004), *The Army Modular Force*, [Em linha], acedido em 10 de Fevereiro de 2006, disponível em:

http://www.blueskybroadcast.com/Client/Army_Stratcom/

ARTIGOS

A.A.V.V. (2005); *O navio polivalente logístico e a mobilidade estratégica*, in Revista da Armada, n.º 384, Março de 2005, pp 8-9.

DUNCAN, John S. – *Rethinking NATO*, in Nação e Defesa, Lisboa. ISSN 0870-757X. (Verão 2002) pp 65-95.

EUROFOR – *Operação Concordia*, in Jornal do Exército. Lisboa. ISSN 0871/8598, Abril 2004. 32-38.

GARCIA, F.P. (2005); *A transformação dos conflitos armados e as forças RMC*, in Revista Militar n.º 2446, Novembro de 2005.

HAINE, Jean Yves (2002); *Berlim Plus*, in European Union Institute for Security Studies, Março de 2002.

PINTO, Luís Valença (2000) – *Segurança e Defesa na Europa – A NATO e a União Europeia*, in Revista Militar n.º 2380, Lisboa. ISSN: 0873-7630. pp 419-433, Maio 2000.

SILVA, Nuno Miguel P. D. Pereira da (2001) – *Helsinki Headline Goal*, in Revista Militar n.º 2392, Lisboa. ISSN 0873-7630. pp 419-426, Maio 2001.

SILVA, Nuno Miguel P. D. Pereira da (2002) – *Briefing sobre a NATO, a União Europeia e as EUROFORÇAS*, in Revista Militar n.º 2407/2408. Lisboa. ISSN 0873-7630, pp 587-605, Agosto/Setembro 2002.

SILVA, Nuno Miguel P. D. Pereira da (2005) – *Actualização da Política Externa de Segurança e Defesa (PESD)*, in Revista Militar n.º 2441/2442. Lisboa, pp 689, Junho/Julho 2005.

DISCURSOS

Discurso proferido por S.Ex.^a O Ministro da Defesa Nacional, Dr. Paulo Portas aquando do encerramento do encerramento do seminário da Euro Defense, em 26 de Setembro de 2002.

Discurso proferido por S.Ex.^a O Ministro da Defesa Nacional, Luís Amado, durante o Seminário “Defesa Europeia” que decorreu no Instituto de Altos Estudos Militares, a 6 de Abril de 2005.

Discurso proferido por S.Ex.^a General Loureiro dos Santos, do Centro de Estudos de Estratégia do IAEM, durante o Seminário “Defesa Europeia” que decorreu no Instituto de Altos Estudos Militares, a 6 de Abril de 2005.

Discurso proferido pelo Sr. Julian Lindley-French do Geneva Center for Security Policy, durante o Seminário “Defesa Europeia” que decorreu no Instituto de Altos Estudos Militares, a 6 de Abril de 2005.

Discurso proferido pelo Sr. Contra-Almirante Christopher H. T. Clayton da NATO, durante o Seminário “Defesa Europeia” que decorreu no Instituto de Altos Estudos Militares, a 6 de Abril de 2005.

LEGISLAÇÃO

REPÚBLICA, Assembleia da (2006), *Lei Orgânica n.º 4/2006, Lei de Programação Militar*,

Diário da República, 1.ª série – n.º 166-29 de Agosto de 2006.

EMGFA (2004), *Conceito Estratégico Militar*, Estado Maior General das Forças Armadas, Janeiro de 2004.

EU (1987), *Single European Act*, Official Journal of the European Communities, 29 de Junho de 1987.

EU (1992), *Tratado de Maastricht*, Official Journal of the European Communities, 7 de Fevereiro de 1992.

EU (1997), *Treaty of Amsterdam amending the Treaty On European Union, the Treaties establishing the European Communities and Certain Related Acts*, Office for Official Publications of the European Communities, , ISBN 92Ü828Ü1652Ü4, 02 de Outubro de 1997.

EU (1999^a), *Conselho Europeu de Colónia*, Conclusões da Presidência, 3 e 4 de Junho de 1999.

EU (1999^b), *Conselho Europeu de Helsínquia*, Conclusões da Presidência, 10 e 11 de Dezembro de 1999.

EU (2000^a), *Conselho Europeu de Santa Maria da Feira*, Conclusões da Presidência, 19 e 20 de Junho de 2000.

EU (2000^b), *Conselho Europeu de Nice*, Conclusões da Presidência, 7, 8 e 9 de Dezembro de 2000.

EU (2001^a), *Council Decision of 22 January 2001 setting up the Military Committee of the European Union*, Official Journal of the European Communities (2001/79/CFSP), 30 de Janeiro de 2001.

EU (2001^b), *Council Decision of 22 January 2001 setting up the Political and Security Committee*, (2001/78/CFSP), Official Journal of the European Communities, L 27/1, 30 de Janeiro de 2001.

EU (2001^c), *Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses tratados*, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 10 de Março de 2001.

UE – (2002), *Military Rapid Response Concept (Rev 1)*, Acessível (Comando Operacional, Oeiras, Portugal), 01 Outubro 2002.

EU (2003^a), *Conselho Europeu de Bruxelas*, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 5 de Maio de 2003.

- EU (2003b), *Council Joint Action 2003/423/CFSP*, Operação Militar da União Europeia na República Democrática do Congo, Jornal Oficial da União Europeia, 5 de Junho de 2003.
- EU (2004), *Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa*, Jornal Oficial da União Europeia, 16 de Dezembro de 2004.
- EU (2005), *Council Decision 2005/395/CFSP of 10 May 2005 amending Decision 2001/80/CFSP on the establishment of the Military Staff of the European Union*, Official Journal of the European Union, L 132/17, 26 de Maio de 2005.
- EU (2006), *Capabilities Improvement Chart I/2006*, Council of Europe, Maio 2006.
- Governo Português, (2003), *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Resolução do Conselho de Ministros N.º 6/2003, Diário da República N.º 16, Série I-B, de 20 de Janeiro de 2003.
- MDN (2006), *Lei Orgânica do Exército*, Decreto-lei N.º 61-2006, Diário da República – I Série – A N.º 57, 21 de Março de 2006.
- NATO (1949), *The North Atlantic Treaty*, Washington D.C., - 4 de Abril de 1949.
- NATO (1999), *The Alliance's Strategic Concept*, Conselho do Atlântico Norte em Washington D.C., 23 e 24 de Abril de 1999.
- NATO (2003), *MC 477 - Military Concept for the NATO Response Force*, Conselho do Atlântico Norte, 10 de Abril de 2003.
- UEO (1992), *A Declaração de Petersberg*, Conselho de Ministros, Bonna, 19 de Junho de 1992.
- UN (1945), *Carta das Nações Unidas*, São Francisco, 26 de Junho de 1945.
- UN (2003), *Resolução do Conselho de Segurança n.º 1484*, 30 de Maio de 2003.

DOCUMENTOS

- BUSH, George W. (2006^a), *State of The Union Address by The President*, United States Capitol, Washington, D.C. 31 de Janeiro de 2006.
- BUSH, George W. (2006b), *The National Security Strategy of the United States of America*, The White House, 16 de Março de 2006.
- CEBROWSKI, A. K. (2003), *Military Transformation – A Strategic Approach*, Office of Force Transformation, Office of the Secretary of Defense Pentagon, Washington, DC 20301-1000, 2003.
- CENTER, The Henry L. Stimson (2004), *Review of European Union Field Operations*, Peace Operations Factsheet Series, Março de 2004.
- DEFENCE, Department of (2001a), Joint Publication 1-02 / *Dictionary of Military and Associated Terms*, Department of Defence, 12 de Abril 2001.

DEFENSE, Department of (2001b), *Quadrennial Defense Review Report*, 30 de Setembro de 2001.

DEFENSE, Department of. (2004), *Elements of Defense Transformation*, 1000 Defence Pentagon, Washington, DC 20301-1000. 1 de Outubro de 2004.

DEFENSE, Department of. (2005), *The National Defence Strategy of The United States of America*; Março de 2005.

DEFENSE, Department of (2006), *Quadrennial Defense Review Report*, 6 de Fevereiro de 2006.

Exército Português, (2003), *Directiva 193/CEME/03 Directiva para a Transformação do Exército*, 14 de Outubro de 2003.

Exército Português, (2005), *Plano de Médio e Longo Prazo do Exército (2005 – 2023)*, EME.

Exército Português, (2006), *Quadros Orgânicos do SFE COp*, EME, Fevereiro de 2006.

LINDSTROM, Gustav (2005), *The Headline Goal*, Instituto de Estudos Estratégicos da União Europeia, Abril de 2005.

LINDSTROM, Gustav (2006), *The Headline Goal*, Instituto de Estudos Estratégicos da União Europeia, Abril de 2006.

NEGROPONTE, John D. (2005), *The National Intelligence Strategy of the United States of America*, Office of the Director of National Intelligence, Outubro de 2005.

EUMC (2004), *Battle Groups Concept – Q & A*, 25 de Fevereiro de 2004.

UEMS (2004), *EU Battlegroups Concept Revision 2*, Council of the European Union, Bruxelas, 26 de Maio de 2004.

ENTREVISTAS

Tenente Coronel Pereira da Silva nos dias 17 de Novembro e 18 de Dezembro de 2005 na Divisão de Planeamento Estratégico Militar / EMGFA.

Tenente Coronel Grilo no dia 21 de Junho de 2006 na Divisão de Planeamento de Forças /EME.

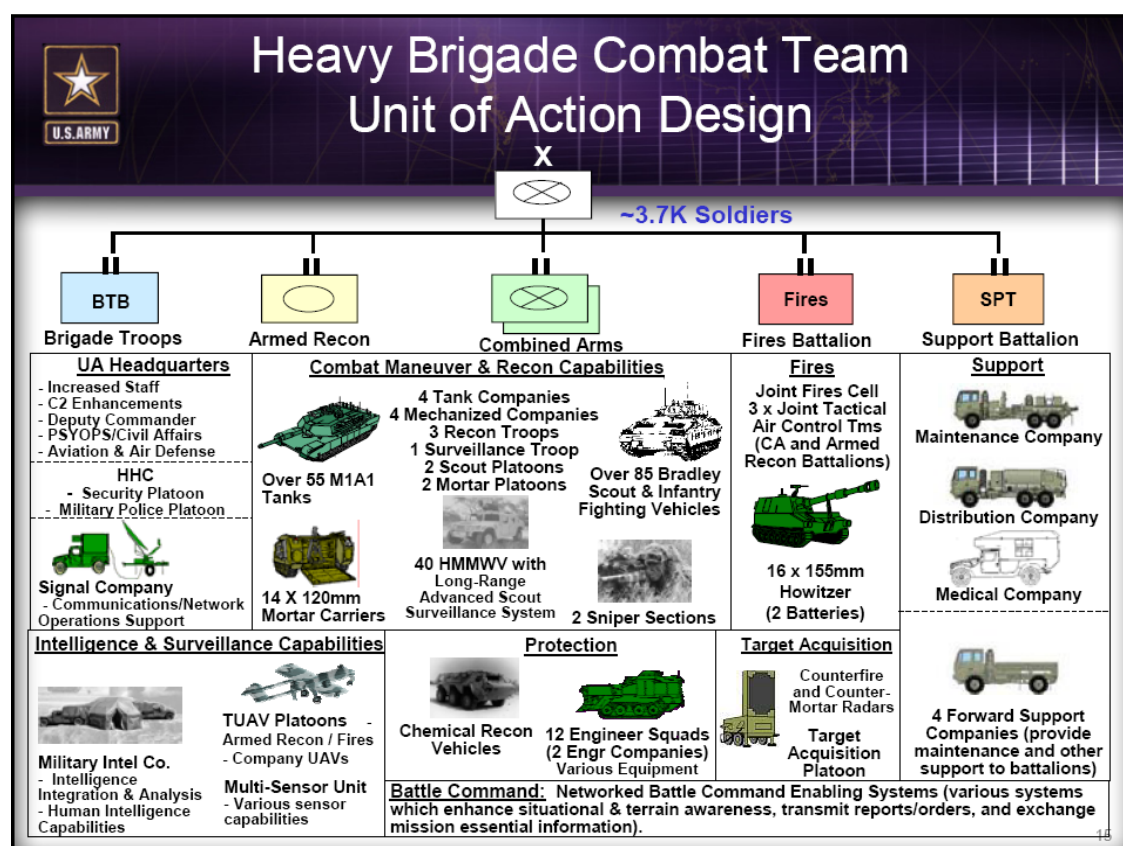
NORMAS

IAEM (2005), *Norma de execução permanente nº19, Trabalhos de investigação*, Instituto de Altos Estudos Militares, 03 de Exército, Lisboa.

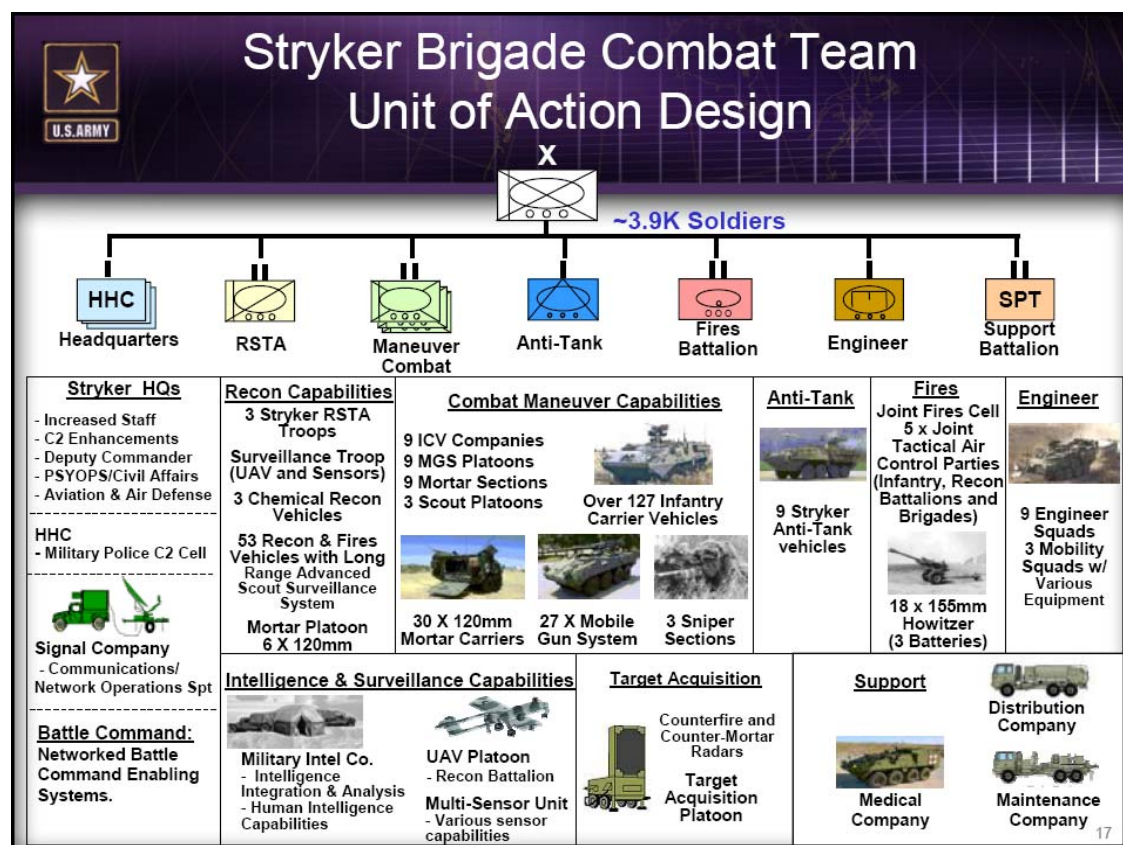
REPÚBLICA, Diário da. (1994), *Norma Portuguesa*, III Série, Nº 128 de 3 de Junho de 1994.

Anexo A – Características das Actuais Brigadas

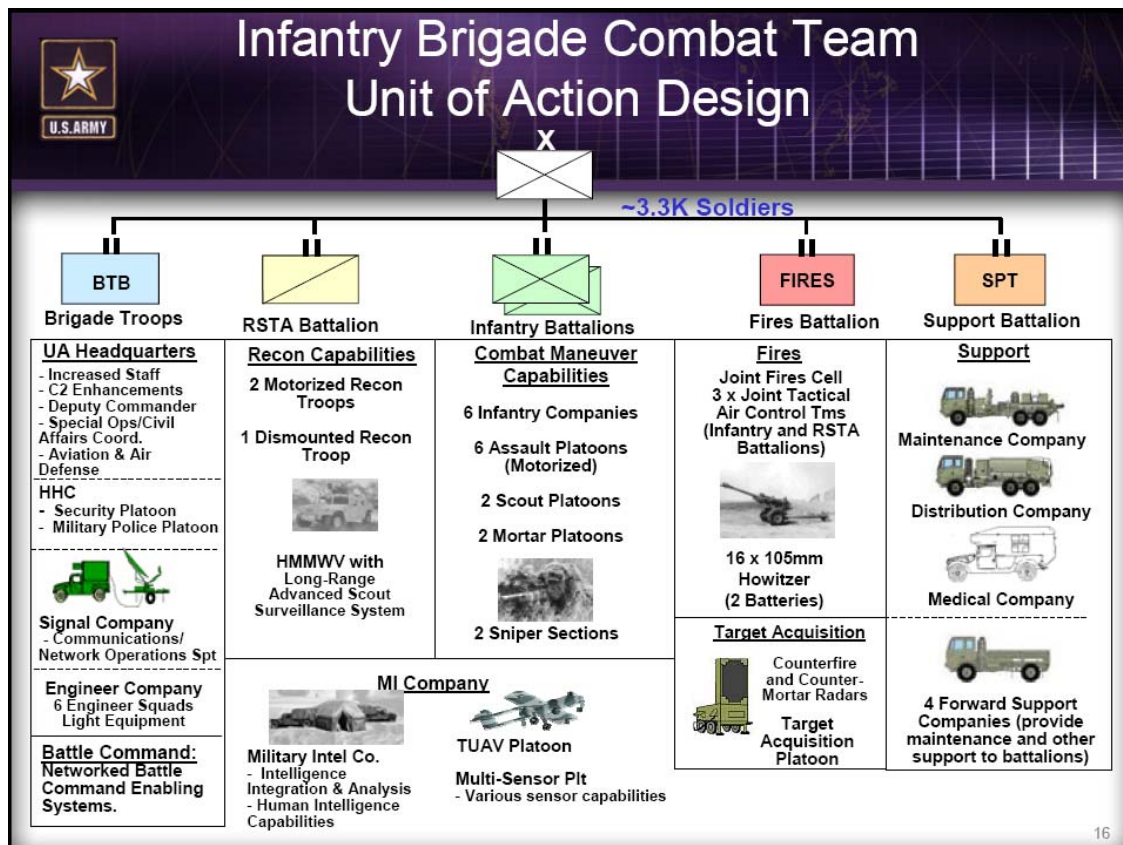
1. Heavy Brigade Combat Team - HBCT



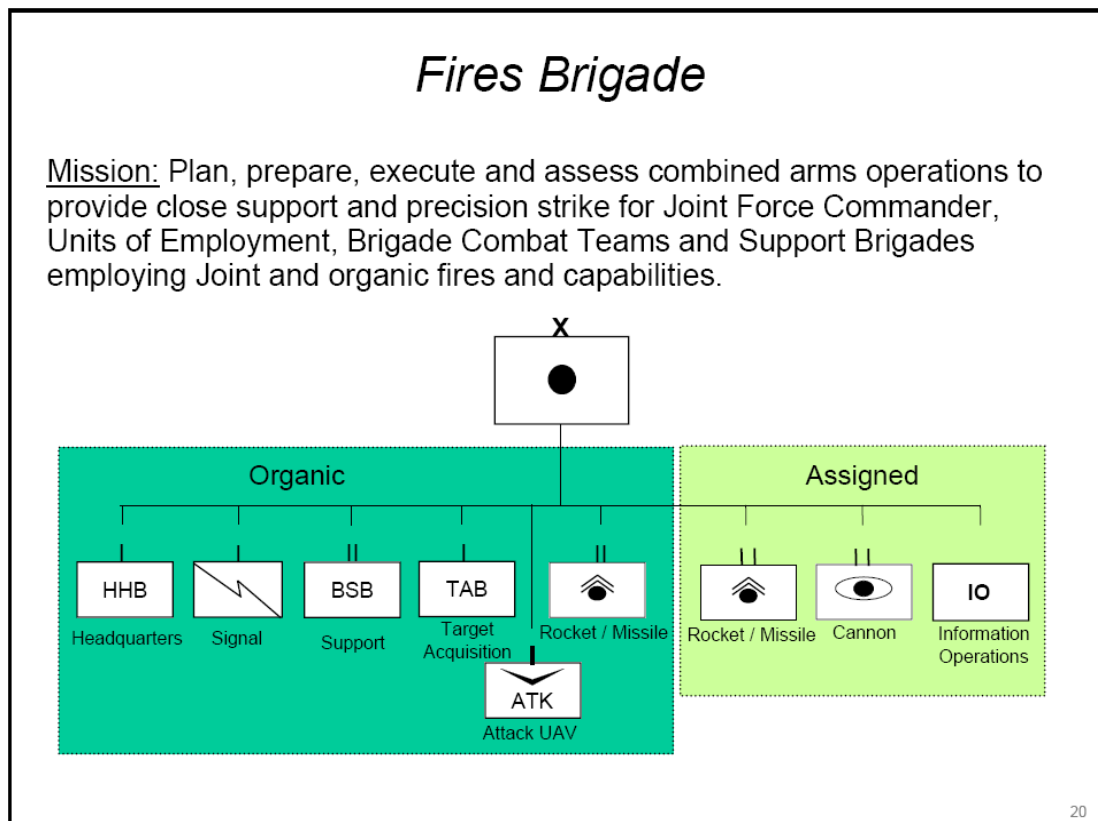
2. Stryker Brigade Combat Team – SBCT



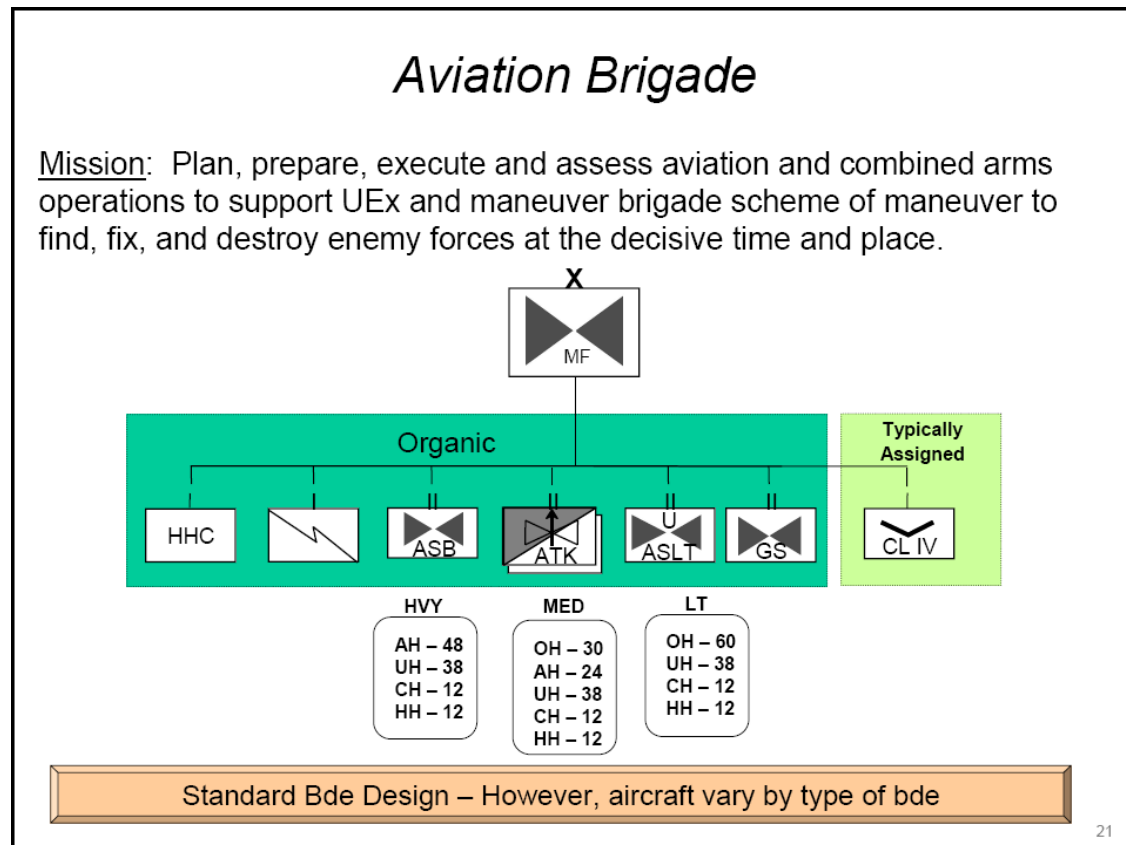
3. Infantry Brigade Combat Team - IBCT



4. Brigada de Apoio de Fogos

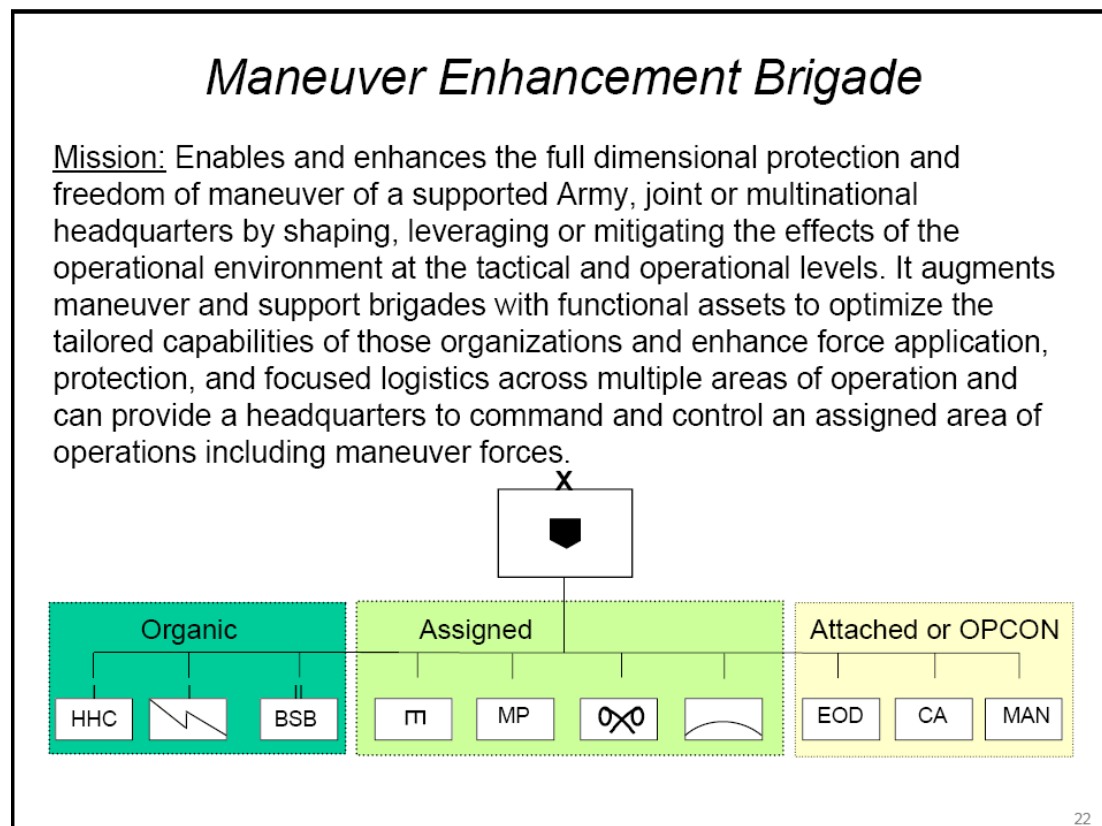


5. Brigada de Aviação



21

6. Brigada de Apoio à Manobra

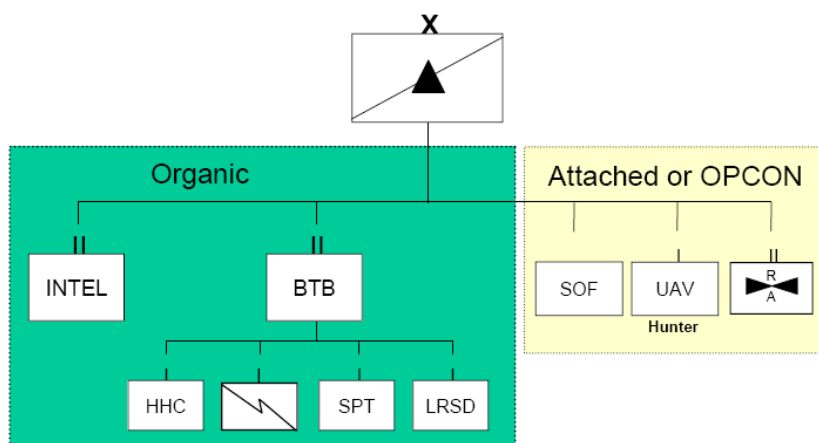


22

7. Brigada de Vigilância do Campo de Batalha

Battlefield Surveillance Brigade

Mission: Conducts Reconnaissance, Surveillance, and Intelligence operations to enable the UEx, JTF, or Joint Force Commander to focus joint combat power and effects with precision to simultaneously support current and future operations throughout the Area of Operation.

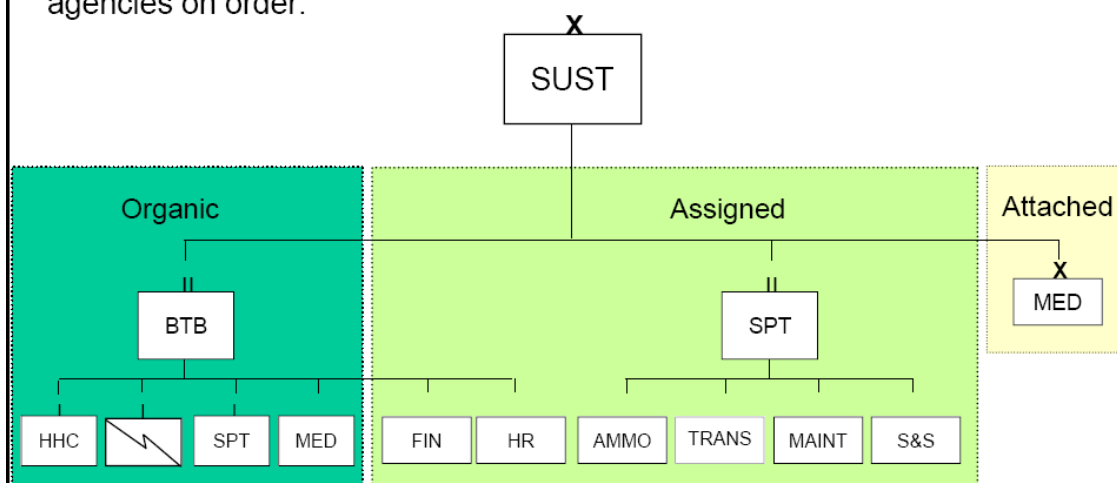


23

8. Brigada de Sustentação

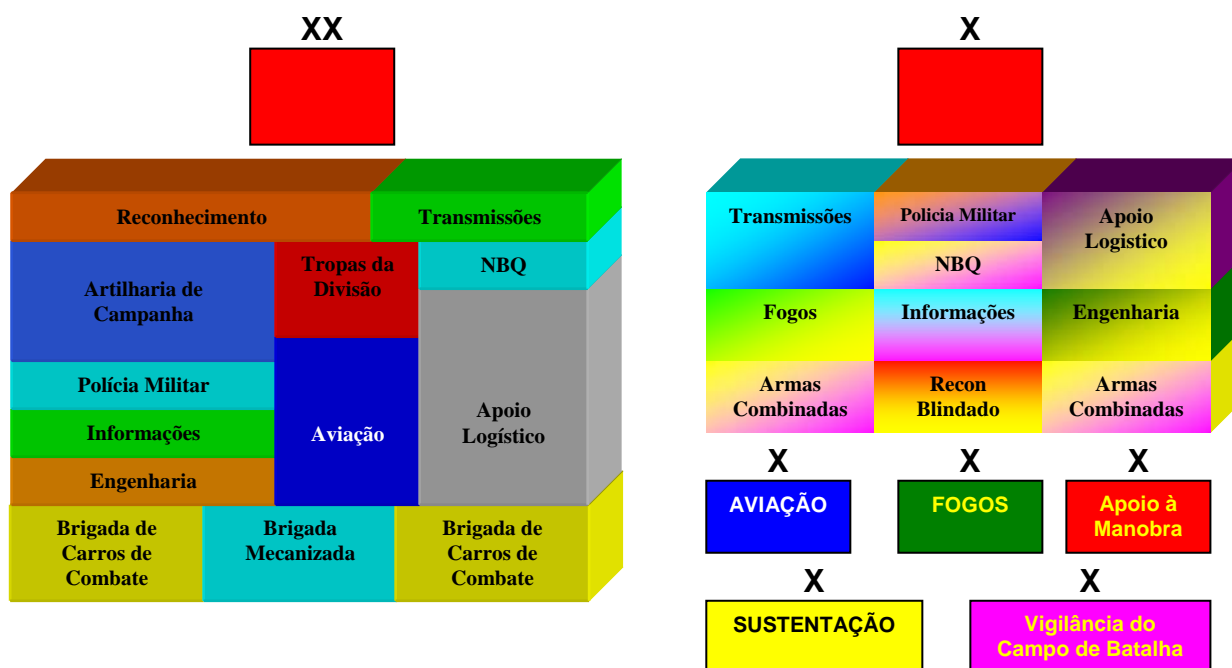
Sustainment Brigade

Mission: Plan, coordinate, synchronize, monitor, and control sustainment within assigned Area of Operations. Conduct Host Nation Support (HNS) and contracting. Provide support to joint, interagency, and multinational agencies on order.



24

9. A comparação das Divisões e as actuais BCT



Fonte: The Army Modular Force, disponível em http://www.blueskybroadcast.com/Client/Army_Stratcom/

Apêndice A – Modelo de Análise

1. Questão Central

De que forma, à luz da transformação em curso no Exército dos EUA e da adopção do conceito de BG pela UE, poderá o SFE-COp participar num BG?

2. Questões Derivadas

QD 1	Quais as razões que deram origem a este processo de transformação no Exército dos EUA?
QD 2	Quais as transformações que estão a ocorrer nos sistemas operativos do Exército dos EUA?
QD 3	Quais as capacidades dos BG da EU?
QD 4	De que forma a participação de Portugal na NATO condiciona a sua participação nos BG?
QD 5	Que capacidades existentes no SFE-COp são passíveis de integrar um BG?

3. Hipóteses

H1	O sistema de forças dos EUA, baseado em Divisões, não é adequado para fazer face à nova tipologia de ameaças.
H2	A Brigada do actual sistemas de forças dos EUA, tem as mesmas capacidades que as anteriores Divisões.
H3	A dimensão e capacidades do BG da UE dão respostas às novas ameaças;
H4	Os conceitos de NRF e de BG são complementares podendo coexistir.
H5	O SFE-COp possui as capacidades para integrar um BG.

3. Modelo Dedutivo

CONCEITOS	DIMENSÕES	HIPÓTESES	INDICADORES
Transformação	Exército Norte-americano	H1	Intenções futuras do DoD Norte-americano.
			Capacidades das Divisões do Exército dos EUA e comparação com as capacidades nas BCT.
			Análise dos documentos estratégicos dos EUA.
			Papel pretendido pelos EUA como actor do SPI.
Capacidades	BCT	H2	Comparação das capacidades da IBCT com Divisão de Infantaria.
	BG / UE	H3	Comparação das capacidades da HBCT com a Divisão Blindada.
			Capacidades dos BG.
			Ameaças actuais à segurança e defesa da UE.
			Possibilidades de emprego dos BG
Complementaridade	NATO	H4	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
	UE		Conceito Estratégico Militar
			Plano a Médio e a Longo Prazo do Exército
			Posições do MDN
Adaptação	SFE-COp	H5	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
			Conceito Estratégico Militar
			Plano a Médio e a Longo Prazo do Exército
			Compromissos Internacionais e Capacidades do SFE-COp
			LPM
			Constrangimentos orçamentais
	BG		Capacidades necessárias para atingir o HG 2010
	Janelas de tempo com lacunas de oferecimentos para constituição de BG		

Apêndice B – Evolução da PESC e PESD

Evolução da Política Externa de Segurança Comum (PESC) e a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD)

Durante os 40 anos de construção europeia, a expressão “política externa comum” nunca foi mencionada em qualquer tratado. Após Outubro de 1970, os estados-membros da comunidade europeia, esforçavam-se por obter consensos sobre os grandes problemas da política internacional. No entanto, esta cooperação passava-se a nível inter-governamental, no quadro da “Política de Cooperação Europeia”. Em 1987, o Acto Único Europeu (EU, 1987) tornou oficial esta cooperação inter-governamental, sem no entanto, definir as modalidades de execução. A grande transformação foi levada a cabo em Maastricht, onde os Estados-membros inscreveram no tratado os objectivos de uma “Política Externa Comum” (EU, 1992) . Após a entrada em vigor do tratado a 1 de Novembro de 1993, a UE adquire a capacidade de se fazer ouvir na cena política internacional. Assim, passa a exprimir a sua posição relativamente aos conflitos armados, direitos do homem bem como, em todos os outros assuntos ligados aos princípios fundamentais e aos valores comuns, que são a base da UE. As disposições da PESC, foram revistas pelo tratado de Amsterdão (EU, 1997), que entra em vigor em 1999. Após esta data, os artigos 11 a 28 do tratado da UE são expressamente consagrados à PESC. A nomeação de um alto representante para a PESC, uma inovação do tratado de Amsterdão, na pessoa do senhor Javier Solana, é uma decisão de importância em termos de eficácia e visibilidade da política externa europeia.

O Tratado de Maastricht no seu preâmbulo refere “*resolvidos a implementar uma Política Externa de Segurança Comum incluindo o delineamento de uma eventual política de defesa comum, que a seu tempo poderá levar a uma defesa comum, reforçando assim a identidade Europeia e a sua independência de forma a promover a paz, segurança e prosperidade na Europa e no Mundo*” (EU, 1992 pp 2), o que parece assim os primeiros passos no que hoje se conhece como PESC. Em 19 Junho de 1992 na Declaração de Petersberg em Bona, (UEO, 1992 pp 6) a União da Europa Ocidental (UEO) veio a definir o que hoje se convencionou denominar de Petersberg Tasks, que incluem missões humanitárias e de salvamento; missões de peacekeeping; e missões de forças de combate em gestão de crises (incluindo peacemaking). Estas missões levaram ao desenho de cenários pelos Chefes de Estado-Maior dos Estados Membros em Setembro de 2000 categorizados da seguinte maneira:

- Separação pela força de partes em conflito;
- Prevenção de conflitos;

- Acções humanitárias;
- Evacuação de nacionais.

O Tratado de Amsterdão, celebrado a dois de Outubro de 1997, veio a retirar a expressão “eventual” do parágrafo anteriormente referido do Tratado de Maastricht, demonstrando a determinação dos estados da União em prosseguir o caminho para a prossecução de uma política de defesa comum (EU, 1997, Parte I, pp12, Artº J7-1.). O Tratado define ainda a UEO como a organização que determinará a elaboração e implementação das decisões e acções da União no âmbito da defesa e salvaguarda os arranjos de cada estado, em matérias de defesa, com a NATO, conferindo-lhe um carácter de complementaridade (Idem, Parte I, pp12, Artº J7-1. e 3.). No entanto, parece que o maior salto em termos qualitativos para a PESC, foi o facto de ficar acordado a nomeação de um Alto Representante para este campo, capacitando a UE para falar a uma só voz, relativamente a aspectos de segurança.

Em 1999 a NATO elabora um novo Conceito Estratégico da Aliança (NATO, 1999) onde está patente, a necessidade de cooperação próxima entre a UEO e a NATO, em matérias de segurança e defesa, deixando em aberto a possibilidade de este diálogo ser feito entre a NATO e a UE, quando e se for apropriado. Abre-se assim a possibilidade futura de, contrariamente ao expresso no Tratado de Maastricht, ser a UE a lidar com os problemas de segurança e defesa em detrimento da UEO.

O Conselho Europeu de Colónia, em Junho de 1999, veio trazer de novo para o cerne do reforço da Política Europeia de Segurança e Defesa as missões de gestão de crises, também designadas por missões de Petersberg¹. O Conselho Europeu determinou que a União deve dispor de capacidade para acção autónoma, apoiada em forças militares credíveis, dos meios para decidir sobre o seu emprego, e de uma prontidão para o efeito, de forma a responder a crises internacionais (EU, 1999a, Anexo III, 1.).

Em Dezembro de 1999, em Helsínquia, o Conselho Europeu sublinhou a sua determinação em desenvolver uma capacidade autónoma para tomar decisões e, sempre que não exista uma participação da NATO no seu conjunto, lançar e conduzir operações militares lideradas pela UE em resposta a crises internacionais (EU, 1999b, II., 27.). Este processo evitaria a duplicação de esforços não implicando, no entanto, a criação de um exército europeu. Foi acordado o *Helsinki Headline Goal* (HHG) (EU, 1999b, II., 28.), que determina que, em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados-Membros deveriam estar em condições, até 2003, de posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, forças

¹ O nome deriva do local da realização do Conselho de Ministros da UEO em Junho de 1992, no Hotel Petersberg em Bona, onde se realizou este encontro.

militares até 50000 – 60000 efectivos (15 Brigadas), capazes de desempenhar toda a gama de missões de Petersberg. Estas forças deveriam ser auto sustentadas e possuírem a necessária capacidade de comando e controlo, informações, logística e apoio de combate e adicionalmente, se apropriado, componentes navais e aéreas. Para além destas forças, os Estados-Membros deveriam dispor de unidades de menor escalão, em elevado estado de prontidão com o objectivo de preparar a entrada destas forças. Paralelamente, foi decidida a criação do Conselho Europeu, de novos órgãos e estruturas políticas e militares que permitissem à União assegurar a necessária orientação política e direcção estratégica a essas operações, respeitando ao mesmo tempo o quadro institucional único. Assim, a título provisório foram criados:

- Um **Political and Security Committee** permanente (PSC) (EU, 2001b) em Bruxelas, que será constituído por representantes nacionais a nível de altos funcionários/embaixadores. O PSC ocupar-se-á de todos os aspectos da PESC, de acordo com as disposições do Tratado da UE e sem prejuízo da competência da Comunidade. No caso de uma operação militar de gestão de crises, o PSC exercerá, sob a autoridade do Conselho, o controlo político e a orientação estratégica da operação. O PSC fornecerá igualmente orientações ao Comité Militar.
- O **European Union Military Committee** (EUMC) (EU, 2001a) será constituído pelos Chefes do Estado-Maior, na pessoa dos seus representantes militares. O EUMC reunir-se-á a nível de Chefes de Estado-Maior se e sempre que necessário. Este comité prestará aconselhamento militar e fará recomendações ao PSC, fornecendo ainda orientação militar ao EUMS. O Presidente do EUMC assistirá às reuniões do Conselho sempre que devam ser tomadas decisões que tenham implicações no domínio da defesa.
- O **European Union Military Staff** (EUMS) (EU, 2005), incluído nas estruturas do Conselho, fornecerá peritagem e apoio no domínio militar à PESD, incluindo a condução de operações militares de gestão de crises lideradas pela UE. Desempenhará funções de alerta precoce, avaliação da situação e planeamento estratégico para as missões de Petersberg, incluindo a identificação das forças europeias nacionais e multinacionais.

No Conselho Europeu que teve lugar em Portugal em Stª Maria da Feira (EU, 2000a) a 19 e 20 de Junho de 2000, foi mais uma vez reiterado o empenhamento da União na criação de uma Política Europeia Comum de Segurança e Defesa (PECSd), tendo sido manifestado, mais uma vez, a intenção de atingir o HHG. Foi também acordado, os princípios e modalidades para a celebração de acordos a fim de permitir que, os membros europeus da NATO que não fazem parte da UE e outros candidatos à adesão à UE, possam contribuir para a gestão militar de crises pela UE.

Foram igualmente identificados, os princípios que deverão reger a consulta com a NATO sobre questões militares e as modalidades de desenvolvimento das relações UE-NATO em quatro sectores: questões de segurança, objectivos de capacidade, modalidades de acesso da UE à logística da NATO e definição do regime de consulta permanente. O Conselho Europeu, deliberou ainda que as estruturas políticas e militares permanentes anteriormente referidas, deveriam ser criadas o mais rapidamente possível logo após o Conselho Europeu de Nice.

De salientar o reforço em matéria de segurança, com o comprometimento dos Estados Membros na criação e o fomentar da primeira reunião do Comité para os Aspectos Cíveis da Gestão de Crises.

Neste âmbito, os Estados-Membros, a título de cooperação voluntária, comprometeram-se a disponibilizar até 5 000 agentes da polícia até 2003 para missões internacionais no âmbito de operações de prevenção de conflitos e gestão de crises. Os Estados-Membros comprometeram-se também a designar e posicionar, num prazo de trinta dias, um efectivo que poderá ir até 1 000 agentes da polícia.

O Tratado de Nice (EU, 2000b), dotou a UE de uma política comum em matéria de segurança e de defesa. Esta inclui as questões relativas à sua própria segurança, bem como, compreende a definição progressiva de uma política de defesa comum, podendo-se assim afirmar que, a PESD faz parte da PESC. A PESD, não afecta o carácter específico da política de segurança e defesa de cada Estado membro, sendo mesmo compatível com a política levada a cabo no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Tendo entrado em vigor a 1 de Fevereiro de 2003, contém novas disposições em matéria de PESC, alargando sensivelmente o número de domínios relevantes do voto por maioria qualificada, e reforça o papel do Comité Político e de Segurança nas operações de gestão de crises.

Este Conselho Europeu teve ainda a particularidade de tornar permanentes as estruturas militares e cíveis que até então eram provisórias: o PSC, o EUMC e o EUMS. Outro importante avanço foi a transferência de duas agências da UEO para a UE, nomeadamente, o Centro de Satélites da União Europeia (SATCEN) e o Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (EUISS). Este passo, veio reforçar a já acentuada tendência de afastar a UEO das matérias ligadas à segurança e defesa da UE. A primeira foi criada na UEO de forma a satisfazer as necessidades de informações e análise, baseadas em imagens de satélite, dos Estados-Membros da UE. Para além de dar apoio às missões de Petersberg possui ainda as seguintes tarefas:

- Vigilância do estado de segurança nas áreas de interesse da União;
- Apoio à verificação de Tratados;
- Apoio à verificação do controlo da proliferação e armamento;

- Vigilância marítima;
- Vigilância ambiental;
- Apoio à luta contra o terrorismo;
- Apoio a exercícios (UE, NATO, EuroCorpo etc.)

O EUISS não representa ou defende qualquer interesse particular de um Estado-Membro da UE, mas pretende ajudar a criar uma cultura de segurança Europeia, a enriquecer o debate estratégico e promover os interesses da União. Contribui para o desenvolvimento da PESD ao desempenhar três funções:

- Pesquisa e debate sobre os principais assuntos de segurança e defesa relevantes para a UE;
- Análise prospectiva para ser usada pelo Conselho Europeu e o Alto Representante da PESC;
- Desenvolvimento de um diálogo transatlântico sobre todos os assuntos de segurança com os estados da Europa, Canadá e EUA.

Em Março de 2004, logo após a adopção da Estratégia de Segurança da União Europeia em Dezembro de 2003² foi adoptado o *Headline Goal 2010*. Se por um lado, é encarada como uma reacção à necessidade de adequar a resposta da UE às crises que despontam na sua área de interesse estratégico, por outro parece ser uma abordagem mais realista e menos ambiciosa ao HHG. As ideias chave do *Headline Goal 2010* são:

- Estabelecer durante o ano de 2004, uma Agência Europeia de Defesa para adequar as capacidades do equipamento de defesa Europeu ao seu nível de ambição;
- A implementação, até 2005, de um Centro de coordenação conjunto de projecção aérea estratégica da UE;
- Alcançar, até 2010, capacidade de projecção estratégica (aérea e marítima);
- O desenvolvimento até 2007 do número de BG julgados necessários incluindo, a identificação dos meios de projecção, sustentação e portos (aéreos e marítimos) necessários;
- A disponibilidade de um porta-aviões e respectivas aeronaves e escolta até 2008;
- A disponibilidade, até 2010, de um sistema de comunicações baseado em redes informáticas, incluindo os necessários satélites espaciais;
- Adequar os equipamentos de comunicações, até 2010, de forma a conseguir uma perfeita interoperabilidade;
- Até 2010, implementar sistemas de controlo que permitam a determinação dos critérios a obedecer por forças nacionais.

A 29 de Outubro de 2004, foi assinado em Roma o Tratado de Constituição da União Europeia cujos objectivos são, sobretudo, simplificar as séries de sobreposições de Tratados e

² Documento conhecido como o documento Solana. (Solana, 2003)

protocolos que providenciam actualmente o quadro legal da constituição da Europa, e melhorar o funcionamento da União após a entrada de 10 novos países da Europa de Leste, que se juntaram aos 15 membros previamente existentes a 1 de Maio de 2004.

Uma das inovações apresentadas neste Tratado é a existência de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União, nomeado por maioria qualificada do Conselho Europeu e com o acordo do Presidente da Comissão Europeia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da União conduz a política externa e de segurança comum da União. Contribui, com as suas propostas, para a definição dessa política, executando-a na qualidade de mandatário do Conselho. Actua do mesmo modo no que se refere à política comum de segurança e defesa (PCSD) (EU, 2004, Parte I, pp C310/23, Artº I-28) que passa a ser a designação da anterior PESD. A segunda e talvez a mais relevante, para o decurso deste trabalho, é o alargamento do espectro de missões anteriormente definido como missões de Petersberg dos quais se apresenta de seguida um quadro resumo (Idem, Parte III, pp C310/138, Secção II, Artº III-309):

Comparação das missões de Petersberg e Petersberg alargadas

Missões de Petersberg	Missões acrescentadas no Tratado Constitucional
→ Missões Humanitárias	→ Acções conjuntas em matéria de desarmamento,
→ Missões de Evacuação	→ Missões de aconselhamento e assistência em matéria militar
→ Missões de Manutenção da Paz	→ Missões de prevenção de conflitos
→ Missões de forças de combate em gestão de crises	→ Luta contra o terrorismo
→ Missões de restabelecimento da paz	→ Operações de estabilização após conflitos.
	→ Missões que possam contribuir para a luta contra o terrorismo, no próprio território da UE.

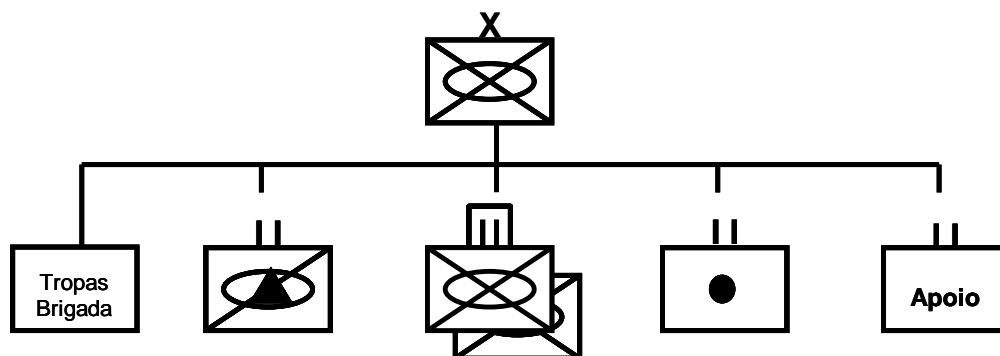
É visível o aumento do espectro de missões que o Tratado Constitucional pretende que sejam abordadas em sede da UE. No entanto este Tratado só entrará em vigor após a consulta dos Estados-Membros em sede de referendo.

Esse processo de referendo teve um início desastroso, ao ser rejeitada por Estados como a França e a Holanda, levando a ocorrência de uma “*pausa para reflexão*”, admitindo-se que o impasse gerado por estas rejeições deverá chegar ao fim até 2009, aquando das próximas eleições para o Parlamento Europeu e da entrada em funções da nova Comissão Europeia.

Será a entrada em vigor deste Tratado, que eventualmente trará mudanças significativas na agilização dos conceitos hoje designados por PESC e PESD.

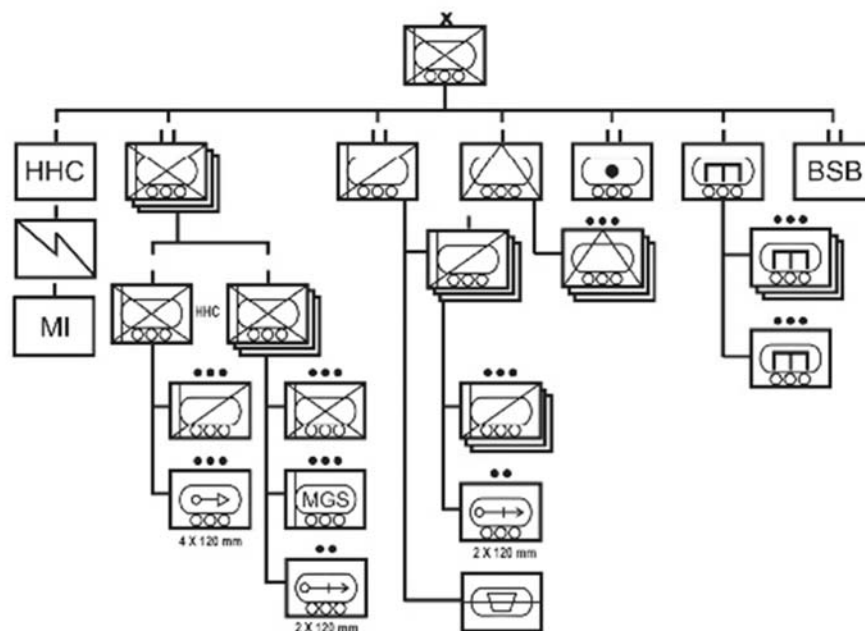
Apêndice C – Constituição das Actuais BCT

1. Heavy Brigade Combat Team - HBCT



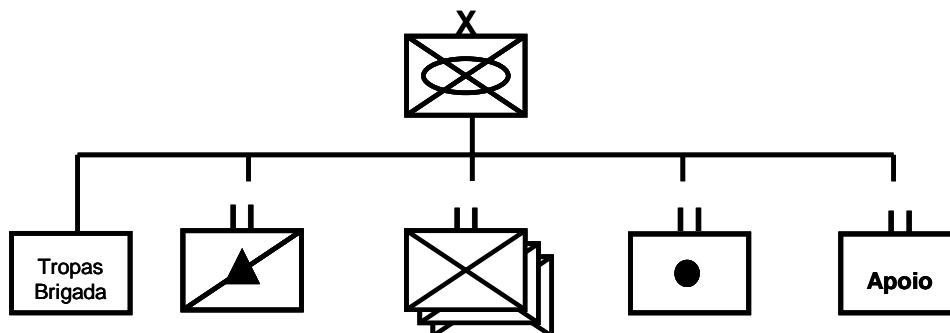
Fonte: FMi 30-9.6 Heavy Brigade Combat Team

2. Stryker Brigade Combat Team - SBCT





















Fonte: FM 3-21.31 Stryker Brigade Combat Team

2. Infantry Brigade Combat Team - IBCT

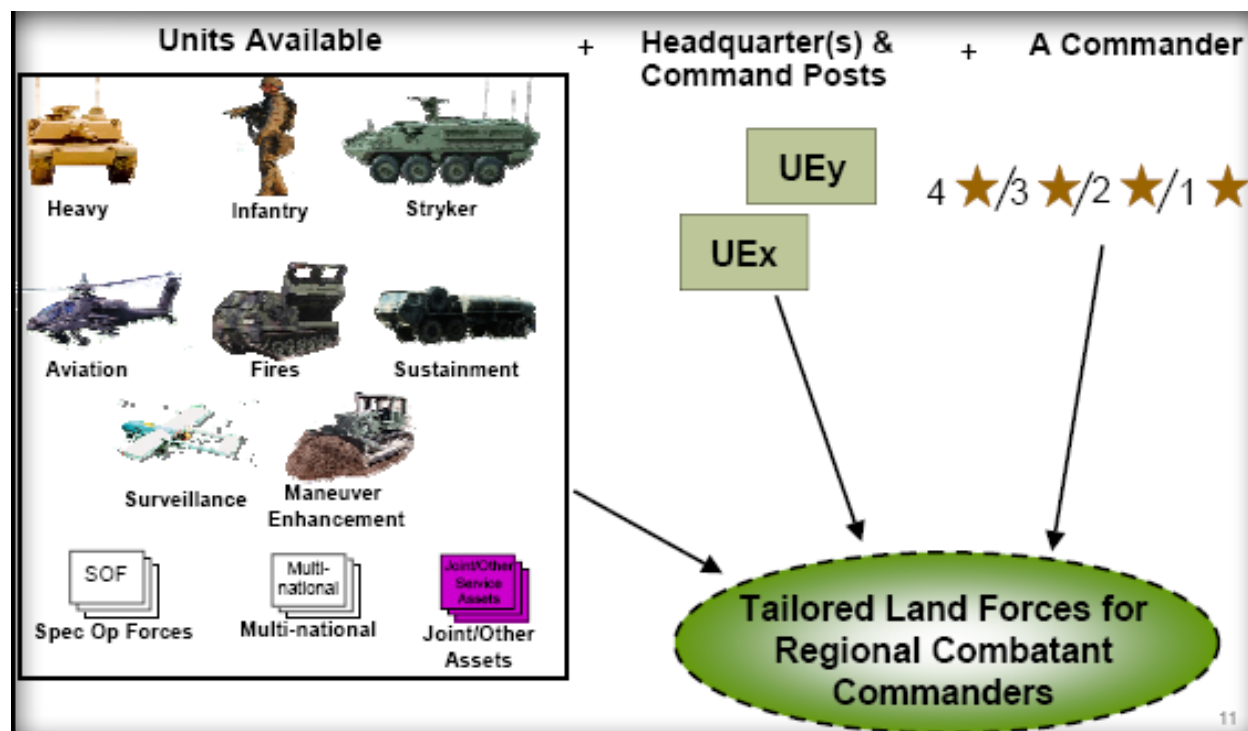
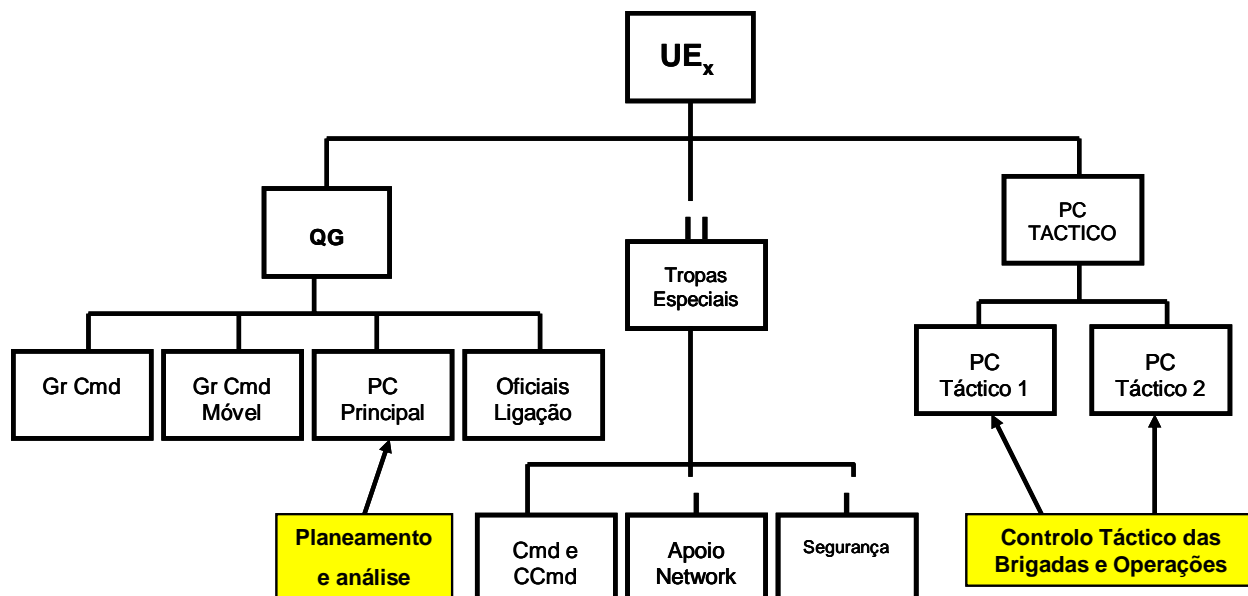


Fonte: FM 25-100 Infantry Brigade Combat Team

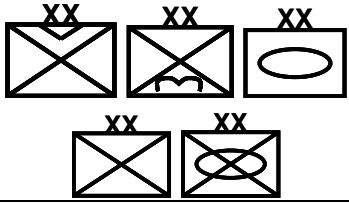

Legenda:

	Infantry Brigade Combat Team
	Reconnaissance Surveillance and Target Acquisition Battalion (RSTA)
	Combined Arms Battalion
	Field Artillery Battalion
	Brigade Support Battalion
	Headquarters and Headquarters Company
	Signal Company
	Military Intelligence Company
	Stryker Combat Team
	Stryker Heavy Mortar Team
	Stryker Main Gun System
	Stryker Reconnaissance Team
	Stryker Anti Armor Team
	Stryker Field Artillery Team
	Stryker Engineer Team
	Sensor Team
	Reconnaissance Surveillance and Target Acquisition
	Infantry
X	Brigade
II	Battalion
I	Company
• • •	Platoon
• •	Section
•	Squad
Ø	Team

Apêndice D – Constituição da Unit of Employment X



Apêndice E – Análise comparativa dos QG das Divisões e as UE_x

DIVISÕES ACTUAIS	UNIT OF EMPLOYMENT X
	
<ul style="list-style-type: none"> • QG táctico apenas 	<ul style="list-style-type: none"> • QG Operacional – <ul style="list-style-type: none"> → ARFOR¹ se receber mais pessoal → JTF² com SJFHQ³ → JFLCC⁴ se receber pessoal do Corpo de Marines
<ul style="list-style-type: none"> • Organização Fixa 	<ul style="list-style-type: none"> • Completamente modular <ul style="list-style-type: none"> → O QG → A organização das suas subunidades
<ul style="list-style-type: none"> • O QG depende de apoio de pessoal de EM de unidades subordinadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Não necessita de pessoal adicional
<ul style="list-style-type: none"> • Conectividade Conjunta é limitada 	<ul style="list-style-type: none"> • Conectividade Conjunta a 100%
<ul style="list-style-type: none"> • Organizado de acordo com o ramo da Força 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizado funcionalmente
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade limitada em termos de Oficiais de Ligação 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipas de Oficiais de Ligação designadas para fazer face a necessidades de ligação JIM⁵
<ul style="list-style-type: none"> • Depende de unidades subordinadas para comunicações, segurança, apoio logístico e protecção e sobrevivência 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança, comunicações, apoio logístico e protecção e sobrevivência orgânicas

¹ ARFOR – Army Forces Commander

² JTF - Joint Task Force

³ SJFHQ - Standing Joint Force HQ

⁴ JFLCC - Joint Force Land Component Commander

⁵ Joint, interagency, and multinational

Apêndice F - Conceito Estratégico da NATO

O conceito estratégico da NATO

A versão actualizada do Conceito Estratégico da NATO, datada de 1999, fornece uma orientação global para as políticas e para os planos militares. Descreve os objectivos e as tarefas da Aliança e faz uma análise das suas perspectivas estratégicas à luz do ambiente estratégico envolvente e dos desafios relacionados com a segurança e com os riscos.

Assim, o ambiente estratégico levantado no Conceito Estratégico da Aliança, é fortemente influenciado pelo facto de se assumir que, uma agressão convencional em larga escala, a um membro da NATO é bastante improvável, sendo no entanto considerada possível a longo prazo.

Outro factor que determina a postura da NATO, é o facto de alguns dos Estados vizinhos do espaço Euro-Atlântico se debaterem com crises económicas, sociais e políticas com alguma gravidade. Este facto aponta, naturalmente, para as problemáticas regiões da Europa de Leste, o Sul do Cáucaso, o Médio Oriente, a África Mediterrânea bem como algumas regiões asiáticas tais como a Coreia do Norte.

Outro factor condicionante do ambiente estratégico actual, são os confrontos étnicos e religiosos, disputas territoriais, abusos dos direitos do homem e os estados em colapso, que poderão originar instabilidade quer local quer degenerar em conflitos regionais.

Um factor de instabilidade, é a existência de potências nucleares não integradas na Aliança, bem como o fenómeno da proliferação de armas de destruição maciça quer sejam nucleares, biológicas ou químicas, bem como os meios de projecção associados a essas armas.

Se por um lado, qualquer ataque ao território de um dos aliados, estaria coberto pelo Artº 5º do Tratado de Washington, por outro, e face ao actual contexto internacional, a segurança do espaço da Aliança poderá ser afectado por outros riscos, onde se incluem os actos de terrorismo, a sabotagem, o crime organizado e a interrupção do fluxo de recursos vitais para um dos aliados, abrindo assim o caminho para a possibilidade de uma operação NATO ser lançada com um carácter preenptivo ou mesmo preventivo.¹

O Conceito Estratégico da Aliança de 1999, reitera que o objectivo essencial e duradouro da Aliança é salvaguardar a liberdade e a segurança dos seus membros, através de meios políticos e

¹ Reveste-se de particular interesse a definição de dois conceitos.

Ataque preventivo - É um ataque lançado na certeza de que um conflito militar, ainda que não iminente, é inevitável e que o seu atraso acarretaria maiores riscos. (Defense, 2001a, pp 420)

Ataque preenptivo - É um ataque iniciado tendo por base provas incontroversas de que um ataque inimigo é eminente. (Defense, 2001a, pp 417)

militares. Realça ainda a inclusão de políticas económicas, sociais e ambientais concertadas de forma concorrente com esses objectivos.

A forma como pretende trilhar o caminho que conduzirá a um reforço do espaço de segurança Euro-Atlântica passa pela preservação do elo transatlântico, a manutenção de capacidades militares efectivas suficientes para dissuadir e defender, para cumprir todo o espectro das missões da Aliança. O desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e de Defesa dentro da Aliança é outro aspecto que conduzirá para alcançar os seus objectivos bem como, possuir capacidade para gerir crises de uma forma multidisciplinar.

Finalmente, a contínua procura de parcerias, cooperação e diálogo com outras nações nomeadamente, no que diz respeito ao controlo de armamento e desarmamento. Neste aspecto, admite-se que, para proteger a paz e prevenir a guerra ou qualquer tipo de coerção, a NATO continuará a manter estacionada na Europa, um volume de forças convencionais e nucleares. Os elementos mais significativos destas parcerias são o Conselho de Parceria Euro-Atlântico, a Parceria para a Paz, as relações especiais com a Rússia e com a Ucrânia, e o diálogo Mediterrânico.

Dito isto, as missões que a Aliança atribui às suas Forças Militares determinam que o seu papel primordial continua a ser proteger a paz e garantir a integridade territorial, independência política e segurança dos seus Estados-membros. Deverão combinar capacidade de dissuasão e defesa eficiente para manter ou restabelecer a integridade territorial das nações Aliadas e, em caso de conflito, terminá-lo rapidamente, obrigando o agressor a reconsiderar a sua decisão, cessar as hostilidades e retirar. As Forças Militares da Aliança deverão possuir esta capacidade e paralelamente possuir a capacidade de conduzir operações não cobertas pelo Artº 5º, mais concretamente, Operações de Resposta a Crise (CRO).

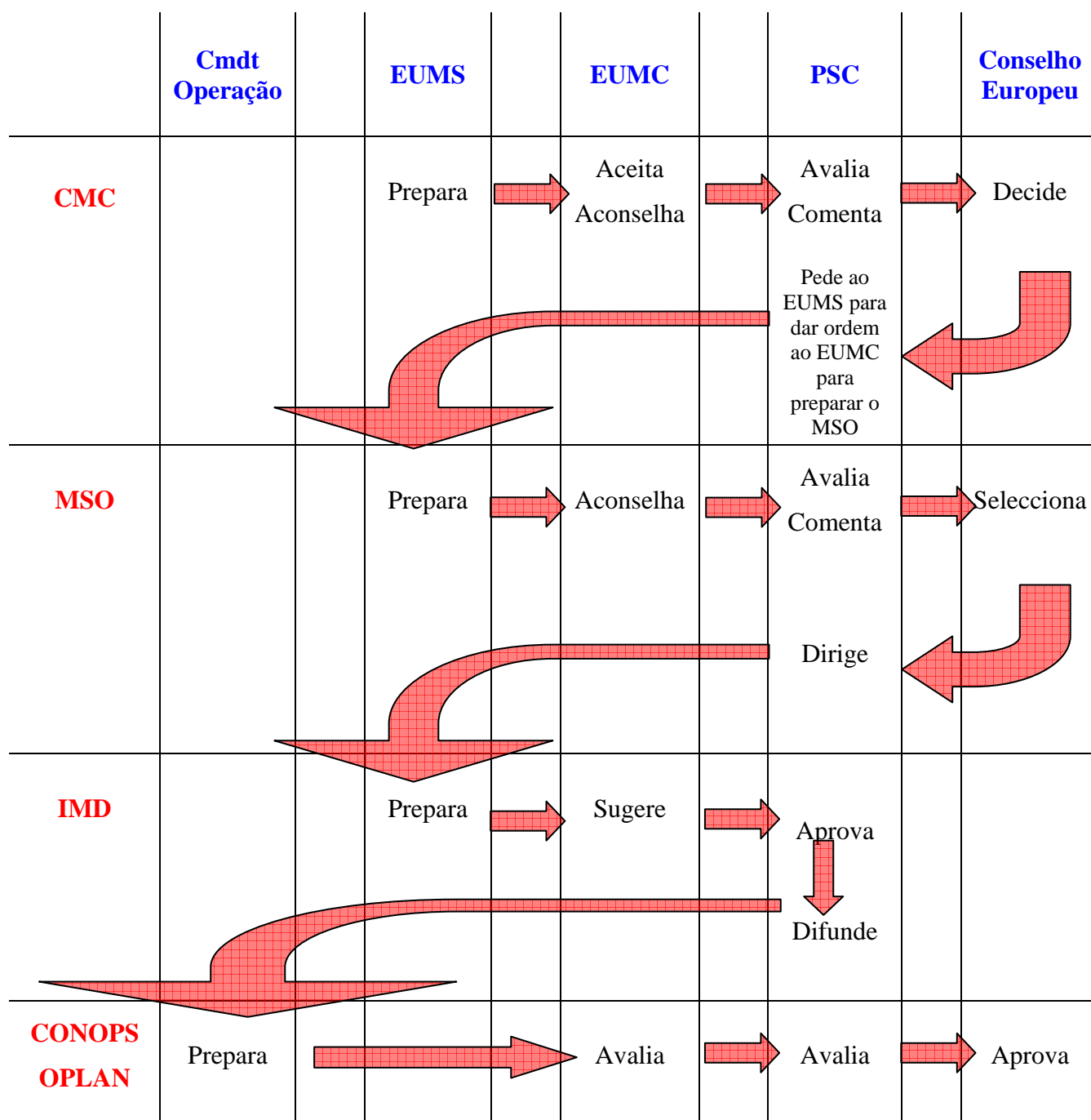
Um objectivo importante da Aliança e das suas Forças Militares, é manter as ameaças ao espaço Euro-Atlântico fora desse espaço e a uma distância confortável, lidando com as potenciais crises nos seus estágios iniciais. Assim, se uma crise despontar que possa afectar a segurança dos membros da Aliança, as suas forças poderão ser empregues em CRO's, bem como, em apoio a outras organizações internacionais.

A possibilidade de Forças Militares da Aliança poderem ser empregues para CRO, determina que terão de lidar com um TO complexo e com um variado leque de actores, riscos, situações e solicitações, onde se incluem emergências de cariz humanitário, o que poderá levar a que algumas destas missões sejam mais exigentes que missões conduzidas ao abrigo do Artº 5º.

Apêndice G - Análise das Ameaças

	TERRORISMO	PROLIFERAÇÃO DE WMD	CONFLITOS REGIONAIS	FRACASSO DOS ESTADOS	CRIMINALIDADE ORGANIZADA	DOENÇAS PANDÉMICAS	TRÁFICO DE SERES HUMANOS E ESTUPEFACIENTES	DESASTRES NATURAIS	AGRESSÃO MILITAR	EXTREMISMOS RELIGIOSOS, ÉTNICOS E POLÍTICOS	DESREGULAÇÃO AMBIENTAL E ECOLÓGICA	DESREGULAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	FLUXOS MIGRATÓRIOS
Estratégia de Segurança e Defesa dos EUA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Estratégia de Segurança e Defesa da UE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Estratégia de Segurança e Defesa da NATO	X	X	X	X				X	X	X			
Estratégia de Segurança e Defesa de Portugal	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X	X

Apêndice H - Processo de Decisão na UE



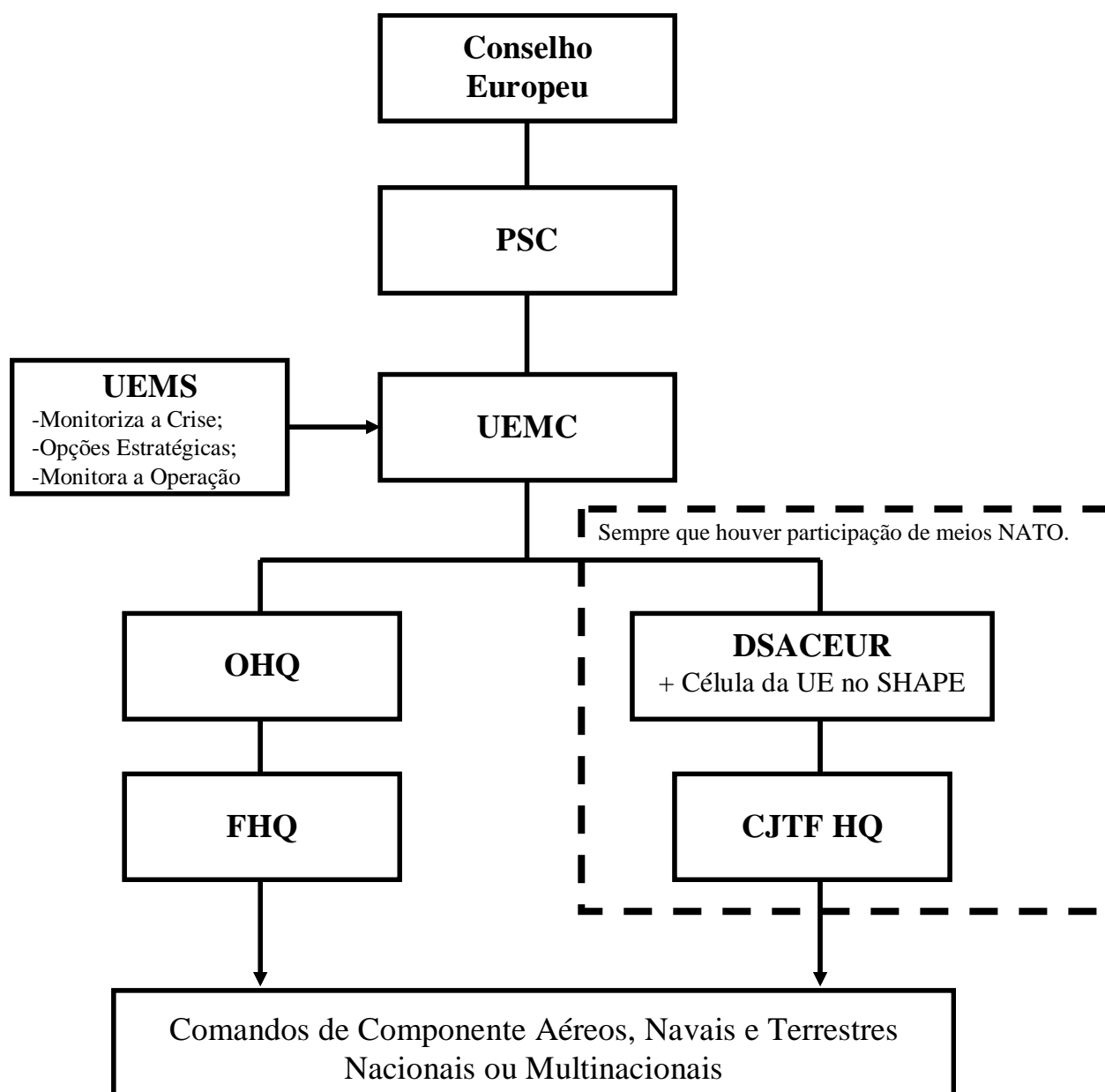
CMC – Crises Management Concept – Definição e decisão de condução de uma operação de gestão de crise.

MSO – Opções Estratégicas Militares (Military Strategic Options)

IMD – Directiva Militar Iniciadora (Initiating Military Directive)

CONOPS / OPLAN – Conceito de Operação / Plano de Operação

Apêndice I – Estrutura de Comando e Controlo de operações da UE



PSC: Comité Político e de Segurança;

EUMC: Comité Militar da União Europeia;

EUMS: Pessoal Militar da União Europeia;

OHQ: Quartel General Operacional (Estratégico);

FHQ: Quartel General da Força (Operacional na Área de Operações Conjunta);

DSACEUR: General Europeu que é o Deputy SACEUR no SHAPE;

CJTF HQ: Quartel General da Força Conjunta e Combinada .

Apêndice J - Oferecimentos dos Estados Membros para os BG

1. Oferecimentos para os BG

	Estados Membros Participantes
1	França
2	Itália
3	Espanha
4	Reino Unido
5	França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e eventualmente Espanha
6	França e Bélgica
7	Alemanha, Holanda e Finlândia
8	Alemanha, Áustria e República Checa
9	Itália, Hungria e Eslovénia
10	Itália, Espanha, Grécia e Portugal
11	Polónia, Alemanha, Eslováquia, Letónia e Lituânia
12	Suécia, Finlândia e Noruega como terceiro Estado
13	Reino Unido e Holanda

2. Nichos de capacidades oferecidos para apoio aos BG

Estado Membro	Capacidades Oferecidas
Chipre	Unidade Médica
Lituânia	Unidade de Purificação de água
Grécia	Centro de Coordenação de Projecção Marítima Estratégica de Atenas
França	Estrutura de um FHQ multinacional projectável

Fonte: LINDSTROM, Gustav (2005), *The Headline Goal*, Instituto de Estudos Estratégicos da União Europeia, Abril de 2005.

Apêndice K – Comparação NRF e BG

NATO Response Force V Battle Groups

Dado que o empenhamento de forças da UE em operações militares, está dependente da não participação da NATO no seu conjunto, é importante fazer uma breve análise comparativa entre o pacote de Forças de Reacção Rápida NATO, desenhado para a condução de operações militares, a NRF e o conceito de BG da UE, bem como pelo facto de a NRF ocupar uma parte importante dos compromissos de forças do SFE-COp. Ambas as forças constituem-se como HRF das organizações a que pertencem.

Relativamente à composição e articulação da força, ambos os conceitos privilegiam o carácter multinacional da mesma, reforçando este facto, a legitimidade do seu emprego. No entanto, enquanto que a NRF se constitui como uma força conjunta e combinada podendo atingir cerca de 21000 militares, o BG é essencialmente terrestre e assenta numa estrutura de 1500 militares com o necessário transporte estratégico, sustentabilidade e capacidade de operar portos de desembarque (APOD e SPOD). Apesar dos BG não possuírem um carácter conjunto, podem-lhes ser atribuídos meios aéreos e marítimos julgados convenientes para o desempenho de uma missão específica. Admite-se que a grande maioria dos oferecimentos para BG, serão formados maioritariamente por um único Estado Membro ou pelo sistema *Framework Nation*, em detrimento da solução multinacional.

Quanto ao processo de decisão para o emprego de uma destas forças, a NRF necessita da existência de consenso por parte do Conselho do Atlântico Norte (NAC), na UE os BG podem ser empregues desde que haja unanimidade no Conselho Europeu, mas permite a abstenção dos seus membros, caso não seja do seu interesse estratégico o envolvimento numa determinada operação.

No que diz respeito à duração da operação, apesar de ambos os conceitos apontarem para a rápida projecção de uma força terrestre para preparar a entrada de outras forças, a NRF é projectada de 5 a 30 dias podendo desenvolver operações durante 6 meses, aumentando este período, através do redimensionamento da força ou mesmo de rotação de pessoal.

Por outro lado o BG, face à sua dimensão, a sua projecção ocorre até 10 dias após a decisão do Conselho Europeu e pode permanecer em operações até 30 dias extensíveis a 120 dias caso ocorra um reabastecimento logístico, devendo assim que possível, ser substituída por outras forças (*follow on forces*).

O tipo de missões que uma e outra força podem assumir, é outros dos pontos em que actuam em carácter de complementaridade. Enquanto que a NRF pode assumir todo o espectro de missões incluindo a luta contra o terrorismo, o BG está consignado à condução das missões de

Petersberg. Estas últimas incluem Missões Humanitárias, Missões de Evacuação, Missões de Manutenção da Paz, Missões de Forças de Combate em Gestão de Crises, Missões de Restabelecimento da Paz.

De salientar aqui que, no Tratado de Constituição da União Europeia, este espectro de missões é alargado e inclui também: acções conjuntas em matéria de desarmamento; missões de aconselhamento e assistência em matéria militar; missões de prevenção de conflitos; luta contra o terrorismo; operações de estabilização após conflitos; e missões que possam contribuir para a luta contra o terrorismo no próprio território da UE. Estas missões só serão assumidas se eventualmente o Tratado de Constituição for referendado positivamente pelos Estados Membros.

No que diz respeito à estrutura de comando e controlo, a NRF e o BG possuem arranjos semelhantes na medida em que são conduzidos politicamente e possuem três níveis de comando: o Estratégico, o Operacional e o Tático. Uma grande diferença reside no facto de enquanto que para a NRF os Cmdts dos dois primeiros níveis são conhecidos e fazem parte da estrutura de comando da NATO, no caso dos BG os Cmdts são negociados para cada missão.

No caso da NRF o Comité Militar assume a condução política da operação, sendo o comando estratégico partilhado entre o Comando Estratégico para as Operações e o Comando Estratégico para a Transformação. No caso do BG a condução política está a cargo do Comité Militar, que por sua vez reporta ao Comité Político e de Segurança, sendo o Comando Estratégico exercido pelo OpCdr ou pelo DSACEUR no caso de usar forças e meios NATO.

Nos restantes níveis o Operacional e o Tático são assumidos pelo Joint Force Commander na NRF e pelo Force Commander nos BG e pelos comandantes de componentes respectivamente. De notar que os BG poderão ter só uma ou mais componentes enquanto que a NRF possui todas as componentes.

No que diz respeito ao apoio logístico, ambos os pacotes de forças deverão ter capacidade de auto-sustentação por um período de 30 dias, devendo os países contribuintes ser responsáveis por prover os meios de apoio de serviços necessários para o efeito. No entanto, face à dimensão da NRF e face à extensão das suas missões que podem durar seis meses ou mais, este apoio será bem mais oneroso do que o suportado por um BG dado que a sua missão se estende a um máximo de 120 dias. Relativamente à projecção da força, em ambas as situações são os países contribuintes que detêm essa responsabilidade e suportam esses custos devendo esses meios estar referenciados. No entanto, enquanto que na NRF os Estados Membros são responsáveis pela projecção da Força entre o seu território e um *point of embarkation*, passando a NATO assumir a responsabilidade de projecção até ao TO, nos BG são os Estados contribuintes com Forças que detêm essa responsabilidade desde o território Nacional até ao TO (NATO, 2003).

Um outro ponto divergente entre os dois pacotes de forças, é o facto de as forças que estão cometidas para uma NRF o estarem em regime de exclusividade, ou seja, não poderão estar cometidas para outro tipo de força desde o início do cometimento até ao fim do período em Stand By. Este simples facto torna impossível que a duplicação de responsabilidade recaia numa mesma força, pelo que tem influência nos cometimentos de Estados com limitados recursos militares como é Portugal.

Pontos em análise	Semelhanças	Diferenças	
		NRF	BG
Composição e articulação das forças	Carácter multinacional da força.	Força conjunta e combinada de cerca de 21 000 militares	Força essencialmente terrestre de 1 500 militares
Situação		Pressupostos: -Unanimidade política (decisão por consenso no NAC)	Pressupostos: -Unanimidade no Conselho (permite a abstenção de Estados membros)
Missão	Missões de Petersberg	Espectro completo das operações (pode incluir a luta contra o terrorismo)	Só missões de Petersberg (podem contribuir para a luta contra o terrorismo)
Conceito de Operação	Projectação rápida de uma componente terrestre.	Projectados em 5 a 30 dias e manterem-se no terreno até seis meses	Projectados em 15 dias e manterem-se no terreno pelo menos por 30 dias
Apoio Logístico	Países contribuintes responsáveis pela projecção da força e do seu custo.	Capacidade logística autónoma por 30 dias; não conta com apoio de <i>host nation</i> .	Reconhece que o apoio logístico depende da capacidade e vontade da(s) <i>host nation(s)</i> e dos recursos locais disponíveis
Comando e transmissões	Conceitos e procedimentos comuns Estrutura de comando a três níveis: estratégico, operacional e tático.	Os Cmdt's de cada nível são conhecidos e fazem parte da estrutura C2 da NATO -Estratégico: SACEUR -Operacional: JFC -Tático: Cmdt das componentes	Os Cmdt's de cada nível são "acordados" em antecipação no processo de criação da força -Estratégico: OpCdr -Operacional: FCdr -Tático: Cmdt das componentes

Adaptado de: FREIRE; J.M.M; Trabalho Individual de Longa Duração; *O Catálogo de Forças de Helsínquia, Participação Nacional. Compatibilização com o conceito de NRF/NATO*; IAEM; Abril de 2005.

Apêndice L - Quadro Histórico das FND

1. BiH

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
2BIAT	IFOR	BAI	16JAN96/12AGO96	917
3BIAT	IFOR	BAI	12AGO96/10FEV97	917
1BIMEC	SFOR	BMI	10FEV97/30JUL97	319
2BIMEC	SFOR	BMI	30JUL97/14JAN98	319
1BIAT	SFOR	BAI	14JAN98/15JUL98	319
AGRALFA	SFOR	BLI	15JUL98/12JAN99	319
1BIMEC	SFOR	BMI	12JAN99/10JUL99	319
2BIPARA	SFORII	BAI	10JUL99/31JAN00	320
AGRconjALFA	SFORII	BLI	31JAN00/29JUL00	323
2BIMEC	SFORII	BMI	29JUL00/28JAN01	323
AGRECHO	SFORII	BMI	28JAN01/29JUL01	323
1BIPARA	SFORII	BAI	29JUL01/29JAN02	351
2BIMEC	SFORII	BMI	29JAN02/30JUL02	352
2BI/BLI	SFORII	BLI	30JUL02/30JAN03	323
CMDT MN BG	SFORII	BAI	05JAN03/01MAI03	12
CMDT MN BG	SFORII	BMI	01MAI/05JAN04	14
CEM MN BG	SFORII	BAI	05JAN04/JUL04	1
CMDT MN BG	SFORII	POLÓNIA	05JAN04/JUL04	1
1BIPARA	SFORII	BAI	30JAN03/30JUL03	290
AGR GOLF	SFORII	BMI	30JUL/24JAN04	290
3ºBIPARA	SFORII	BAI	24JAN04/23JUL04	276+14=290
2º BIMEc	SFORII/EUFOR	BMI	24JUL04/12JAN05	275
2º BIPara	EUFOR	BAI	12JAN05/30JUN05	185
1BI/BLI	EUFOR	BLI	30JUN05/15JAN06	217
Comp PRT/RC4	EUFOR	Brig Mec	15JAN06/21JUL06	217
1BI/Comp PRT	EUFOR	Brig Int	22JUL06/	172

Fonte: Comando Operacional

2. Kosovo

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
AGRBRAVO	KFOR	BAI	09AGO99/11FEV00	300
AGRCHARLIE	KFOR	BLI	11FEV00/11AGO00	300
AGRDELTA	KFOR	BMI	11AGO00/31MAR01	295
DOE/KFOR	KFOR	CIOE	30JAN01/16AGO01	13
EQSAN / APOD	KFOR	BSS	18FEV03/22SET03	04
EQSAN / APOD	KFOR	BSS	22SET03/04FEV04	04
2BI / BLI	KFOR	RI 14	16FEV05/16SET05	300
3BIPara	KFOR	BrigRR	16SET05/16MAR06	300
1BIMec	KFOR	BrigMec	16MAR06/	300

Fonte: Comando Operacional

3. Iraque

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
NATO	NTM-I	BMI	26FEV05/02SET05	06
NATO	NTM-I	BAI	02SET05/24FEV06	06
NATO	NTM-I	BrigInt	24FEV06/16AGO06	06
NATO	NTM-I	BrigMec	16AGO06/	08

Fonte: Comando Operacional

4. Afeganistão

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
-----	ISAF	SVÇ SAUDE	27FEV02/ 20ABR02	3
CCmds	ISAF VIII	RI 1	10AGO05/18FEV06	157
CCmds	ISF VIII	RI 1	18FEV06/29AGO06	157
11ª CAtPara	ISF IX	1º BIPara	29AGO06/	149

Fonte: Comando Operacional

5. FYROM

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
NATO	TFH	SMAT	27AGO01/03OUT01	5
NATO	TFF	BMI	12OUT01/15JAN02	6
NATO	TFF	BAI	15JAN02/18JUL02	6
NATO	TFF	BMI	18JUL02/17DEC02	6
NATO	ALLIED HARMONY	BMI	17DEC02/31MAR03	6
UNIÃO EUROPEIA	OP. CONCORDIA	BMI	31MAR03/06JUN03	4
UNIÃO EUROPEIA	OP. CONCORDIA	BMI	06JUN03/15DEC03	4

Fonte: Comando Operacional

6. Timor

FND	OPERAÇÃO	UN MOBILIZ	PERIODO	EFFECTIVO
1BIPARA	TFOR	BAI	14FEV00/21AGO00	707
-----	MON. COOP, FDT-L	EPI	21JAN01/07DEC01	10
2BIPARA	TFOR	BAI	21AGO00/26FEV01	707
2BI/BLI	PKF/UNTAET	BLI	26FEV01/08OUT01	759
-----	APOIO 2BAT/FDT-L	CPAE	11JAN02/11FEV02	03
1BI/BLI	PKF/UNTAET	BLI	08OUT01/08JUN02	759
2BIPARA	PKF/UNMISSET	BAI	08JUN02/24JAN03	645
1BIMEC	PKF/UNMISSET	BMI	24JAN03/25JUL03	645
AGR FOXTROT	PKF/UNMISSET	BLI	25JUL/24JAN04	645
AGR HOTEL	PKF/UNMISSET	BLI	24JAN04/JUL04	505

Fonte: Comando Operacional

Apêndice M – Previsão de Emprego de Forças até 2008

	2005 2º Semestre	2006 1º Semestre	2006 2º Semestre	2007 1º Semestre	2007 2º Semestre	2008 1º Semestre	2008 2º Semestre	2009 1º Semestre	2009 2º Semestre
BrigRR									
BIPara	KFOR					EUFOR		NRF 12 tbc	
BIPara		NRF 6	KFOR				KFOR		
CCmd	ISAF		ISAF		ISAF		ISAF		ISAF
CCmd		ISAF		ISAF		ISAF		ISAF	
FOE			NRF 7	NRF 8		NRF 10			
CEng							BG Esp -tbc		
FRI – 1 Cmd de UEB + UEC + DOE + PelMort									
BrigInt									
BI	EUFOR			EUFOR		KFOR			
BI			EUFOR		KFOR				
GAM									
ERec									
CEng									
BrigMec									
AgrMec	NRF 5	EUFOR			EUFOR				
AgrMec		KFOR		KFOR			NRF 11		
ERec							BG Esp -tbc		
CEng									
UnApGeral									
EsqPE					NRF 9				
EsqPE									
CEng A/G									
CEng A/G									
CGerCimic									
ModOpPsic									



Aprontamento



Treino

Fonte: Adaptado do Anexo B à Directiva N° 3278/COFT/05

Apêndice N - Estimativa de custos de participação num BG

Custos de 1 CEng:

	Custos de Aprontamento, Treino e Certificação	Custos de Projecção, Sustentação e Retracção na fase de “Standby”
CEng+CSS+NSE+El. EM	5.825	11.528

(valores estimados em Milhares de Euros)

Custos de 1 ERec:

	Custos de Aprontamento, Treino e Certificação	Custos de Projecção, Sustentação e Retracção na fase de “Standby”
ERec+CSS+NSE+El. EM	6.048	12.124

(valores estimados em Milhares de Euros)

Custos de 1 CEng+ERec

Baseia-se no oferecimento de 2 UEC para 2 BG distintos, com diferentes Nações como FwN, não havendo neste caso economia em termos de CSS, NSE e Elementos para o EM da Força.

	Custos de Aprontamento, Treino e Certificação	Custos de Projecção, Sustentação e Retracção na fase de “Standby”
CEng + ERec + CSS+ NSE + Elementos EM	11.873	23.652

(valores estimados em Milhares de Euros)

Custos do BG com Portugal como FwN

	Custos de Aprontamento, Treino e Certificação	Custos de Projecção, Sustentação e Retracção na fase de “Standby”
BG Português	50.325	77.083

(valores estimados em Milhares de Euros)

Fonte: EME / DPF / Informação N° 01 - A / DPF / 2005